



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 109

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de outubro de 2019

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, iniciou-se os trabalhos com o Debate de Urgência sobre "Desigualdades Sociais nos Açores", apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Mendes, intervieram no debate os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Domingos Cunha (*PS*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), José Ávila (*PS*), as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

De seguida, passou à Apresentação do Projeto de Resolução n.º 166/XI – “Recomenda que o Governo Regional assegure, de forma urgente, o regular e adequado abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas do Corvo e das Flores, obtendo, para o efeito, o concurso de um navio com capacidade para transportar o número de contentores necessários para concretizar a referida operação”, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2001/A, de 6 de março, que desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno do Núcleo Florestal da Achada, nas freguesias de São Bento, Porto Judeu e Ribeirinha do concelho de Angra do Heroísmo” foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), tendo pedido a palavra o Sr. Deputado António Parreira (*PS*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, passou para o Projeto de Resolução n.º 139/XI – “Apoio à recuperação, produção e comercialização do inhame e do café em S. Jorge”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Após a aprovação por unanimidade, proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e o Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*).

Posteriormente, procedeu-se à votação por unanimidade do Projeto de Resolução n.º 164/XI – “Primeira alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro - Comissões Especializadas Permanentes”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e PPM.

Antes do término dos trabalhos foram apresentados e votados por unanimidade o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 163/XI – “Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Aplicação e Revisão do Subsídio Social de Mobilidade (CEAARSSM)”**,

apresentado e justificado pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 165/XI – “Acompanhamento pela Comissão Permanente de Economia do processo de revisão do subsídio social de mobilidade em curso entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

De seguida, passou-se ao debate em conjunto do Projeto de Resolução n.º 163/XI – “Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Aplicação e Revisão do Subsídio Social de Mobilidade (CEAARSSM)” e do Projeto de Resolução n.º 165/XI – “Acompanhamento pela Comissão Permanente de Economia do processo de revisão do subsídio social de mobilidade em curso entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República”.

Proferiram, respetivamente, intervenções iniciais os Srs. Deputados António Lima (*BE*) e José Ávila (*PS*), tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Vasco Viveiros (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Em votação, foi rejeitado o diploma apresentado pelo Bloco de Esquerda e aprovado por maioria o projeto de resolução do Partido Socialista.

Usaram da palavra para declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*) e José Ávila (*PS*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de outubro.**

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 33 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais. Agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 13 minutos)

Secretário: Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Eduarda Silva Moniz **Pimenta**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Ávila de **Matos**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Elisa Lima **Sousa**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao **Debate de Urgência** requerido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sobre "**Desigualdades Sociais nos Açores**".

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do Regimento e os tempos são os seguintes: o interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD, 24 minutos; o CDS-PP, 15 minutos; as Representações

Parlamentares do PCP e do PPM, 10 minutos; e a deputada Independente, 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

Deputado Paulo Mendes (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Decidimos trazer hoje a esta Casa as desigualdades sociais como tema para debate de urgência. Se a pobreza tem a ver com o rendimento médio e mediano das pessoas numa sociedade, a desigualdade evidencia-se pela distribuição deficiente da riqueza gerada por entre os cidadãos e cidadãs.

Assim sendo, é possível que a desigualdade aumente sem que a pobreza aumente, mas também é possível assistir à redução da desigualdade independentemente do aumento ou redução da pobreza. Todavia, não são esses os cenários vividos na Região.

Na Região a desigualdade persiste e aumenta em linha com a pobreza, daí se pode concluir que é a desigualdade que alimenta a riqueza. É um cenário que de tão persistente cristalizou, tornou-se num fado e numa certeza inevitável, sem que o Partido Socialista tivesse sequer aligeirado.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade!

O Orador: A sociedade açoriana é desigual, porque mantém modelos produtivos e de desenvolvimento incapazes de quebrar com o ciclo de desigualdades sociais. Subsistem traços feudais no modo como a nossa sociedade se estrutura com efeitos perniciosos para a coesão social e territorial e contrário aos objetivos e princípios de autonomia inaugurada graças ao advento da democracia.

Deputado Carlos Silva (PS): Oh, Sr. Deputado, isso não é os Açores!

O Orador: Continuamos sem ver investimentos de monta aplicados na valorização do que se produz, como por exemplo no setor dos lacticínios em

que se insiste em colocar o leite e seus derivados em linhas de venda e diferenciadas e que pouco pagam ao produtor.

Estamos perante um incentivo ao desinvestimento no setor leiteiro com prejuízo incalculável no valor acrescentado dos nossos produtos.

Se a esta estratégia tremendamente incorreta acrescentarmos a eliminação do principal e quase único fator regulador do setor dos lacticínios (as quotas leiteiras) então o cenário é desastroso.

Apesar dos discursos oficiais indiciarem o contrário, na realidade tudo se conjuga para que os produtores tentem intensificar a sua produção leiteira para competir num mercado cada vez mais global e dominado pelos interesses das multinacionais.

Quando o PS, PSD e CDS abraçaram o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Canadá e contribuíram para a extinção das quotas leiteiras escolheram estar ao lado das multinacionais contra os produtores da Região.

Como vê o Governo Regional o acordo de associação estratégica entre a União Europeia e o MERCOSUL?

Qual a razão para a reduzida procura por formação superior em Ciências Agrárias e porque não se aproveitou o conhecimento adquirido pela Universidade dos Açores para se apostar na extensão rural?

A prática feudal do quinhão para remunerar o trabalho no setor da pesca é o sinal mais evidente da incapacidade para valorizar a atividade.

Face à possibilidade de se impor um salário neste setor assistem-se às mais variadas formas de resistência a tal ideia, porque o hábito de ter mão de obra desesperadamente barata é um ato fundamental para garantir elevados rendimentos a uma minoria.

Quantas horas de trabalho no mar são necessárias para engordar os elevados lucros de alguns na pesca?

Para não melindrar os interesses desta minoria o Governo Regional até inventou um salário mínimo de 150€ para o setor da pesca e o restante depende dos quinhões e da caldeirada consoante as horas em que o pescador for ao mar.

Deputado José San-Bento (PS): Caldeirada é a sua intervenção!

O Orador: Mais uma vez o Governo Regional demonstra total incapacidade para tomar medidas arrojadas para pelo menos atenuar a desigualdade tremenda da distribuição da riqueza no setor da pesca.

Nos últimos anos temos vindo a assistir à viragem da atividade económica para o turismo. Esta geração, a mais preparada de sempre, formada nas mais diversas áreas, entre as quais o turismo, vê-se condenada à precariedade, à polivalência exaustiva e aos salários de miséria.

O Partido Socialista indignou-se com a insensibilidade dos empresários do setor que teimam em não conhecer e reconhecer que a riqueza produzida também se deve às qualificações, esforço e dedicação dos seus trabalhadores numa demonstração clara de mais uma situação de desigualdade na distribuição de rendimentos.

Mas indignação não chega e perante a possibilidade por proposta do Bloco de Esquerda de se aumentar o salário mínimo na Região, uma forma de forçar o patronato a esse reconhecimento, o Partido Socialista recua ...

Deputado Carlos Silva (PS): Aumentou 20%!

O Orador: ... e apoia a criação de mais programas de estágio e de emprego, os quais nem excluem os incentivos à contratação a termo tão somente porque o que importa é continuar a fornecer mão de obra barata que estes empresários tanto precisam.

O Partido Socialista com o apoio do PSD, CDS e associações patronais possibilitou o aumento do período experimental de 3 para 6 meses recentemente na República.

Deputado Carlos Silva (PS): Na República ou aqui?

O Orador: No programa deste Governo Regional é assumida a necessidade de, atendendo às nossas especificidades regionais, adaptar o Código do Trabalho.

Não são as desigualdades sociais na distribuição da riqueza com efeitos no aprofundamento da desigualdade de género aprofundadas por uma crescente precarização precisamente quando a Região se consolida como a mais desigual do país? Não é esta uma especificidade que deve ser combatida?

O crescimento dos proveitos económicos do setor do turismo é um facto, aliás, bastante mencionado pelo Partido Socialista, o mesmo Partido Socialista que se indigna pela desigualdade da distribuição dessa riqueza.

Ora, não é a adaptação do Código do Trabalho à Região um meio para evitar que se aprofunde ainda mais a precariedade no setor do turismo?

O Partido Socialista está nos Açores com o respaldo do seu próprio programa, das nossas competências autonómicas ...

Deputado Carlos Silva (PS): Oh, Sr. Deputado, a câmara do comércio é que tem essa responsabilidade!

O Orador: ... e de uma maioria absolutíssima, posição privilegiada para evitar que o alargamento do período experimental sirva como mais um expediente para os patrões, principalmente no setor do turismo contratarem e despedirem ao seu mais belo prazer.

Reverter o alargamento do período experimental é o mínimo para precaver uma ainda maior precarização e, por conseguinte, o reforço na desigualdade na distribuição da riqueza.

Se somarmos a contratação barata aos despedimentos baratos temos o caldo perfeito para premiar quem fica com tudo.

A distribuição de rendimentos também se faz pela promoção dos direitos laborais, motivo para desafiarmos o Partido Socialista para também reverter a redução das compensações por despedimento, para repor a remuneração do trabalho suplementar e o regime de férias para os moldes do seu próprio Código de Trabalho de 2009, ou o Partido Socialista pretende manter a Troika na Região?

Estas são medidas que dependem única e exclusivamente da vontade política do Partido Socialista, não dependem, pois, de maior ou menor sensibilidade dos empresários.

O aumento do PIB da Região não tem sido acompanhado por uma mais justa distribuição da riqueza, basta contrapor esse crescimento do PIB com o valor do índice de Gini e conclui-se que de segunda região mais desigual do país passámos a ser a mais desigual.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor também lê tudo o que lhe metem à frente!

O Orador: Os valores do INE nas estatísticas do rendimento ao nível local atestam a lógica e a tendência segundo a qual o crescimento do rendimento é acompanhado pelo aumento do fosso entre ricos e pobres.

Considerando a realidade local os municípios de Vila do Porto, Lagoa, Vila Franca do Campo, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Povoação e Angra do Heroísmo são os mais desiguais. Não deixa de ser curioso que as duas principais bolsas de pobreza localizadas, conforme defendido pelo Governo Regional, coincidam com dois desses conselhos.

A desigualdade social na Região traduz-se na distribuição de rendimentos pelas famílias. Dados referentes a esta distribuição que constam do inquérito às despesas das famílias 2015-2016 mostram que os Açores é a Região do país com uma maior percentagem de famílias a aferir até 6.790€

por ano, ou seja, 8% das famílias açorianas auferem de rendimentos até somente 480€ por mês.

Destaque para o setor da atividade económica do alojamento e restauração, cujo desempenho caracteriza-se por uma crescente desigualdade na linha do que se assiste na economia da Região. Enquanto o valor acrescentado bruto neste setor registou um incremento na ordem dos 30% de 2015 para 2016, nesse mesmo período o salário médio dos trabalhadores só aumentou 4% e o peso relativo dos trabalhadores com salário igual ou inferior ao salário mínimo praticado na Região passou de 62% para 64%.

Não temos ainda dados disponíveis referentes a 2017 quanto à evolução das remunerações, mas já é possível verificar um novo aumento do valor acrescentado bruto num setor que aumentou mais 30% relativamente a 2016 e mais de 60% se tivermos em consideração o ano de 2015.

Por outras palavras: somos uma Região de trabalhadores cada vez mais precários, mal pagos, com perspetivas nulas de carreira, mas também de empresários que prosperam cada vez mais à sombra do que poupam com salários de miséria ou até mesmo trabalho não declarado.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Isso não bate certo com a realidade. Os indicadores contrariam!

O Orador: Perante a normalização desta desigualdade social serão, pois, exetáveis efeitos demográficos significativos. São diversos os dados demográficos publicados quer pelo INE, quer pelo SREA demonstrativos da continua degradação dos saldos natural e migratório. Esta não é uma tendência única e exclusiva dos Açores no que toca ao saldo biológico e poder-se-á aduzir que mimetiza o resto do país e mesmo a Europa. Há quem até considere que se trata de uma tendência civilizacional.

De acordo com o SREA continuamos a perder população, registamos mais óbitos do que nascimentos e somos a única região do país que teve no ano

passado um saldo migratório negativo de 974 pessoas naquela que foi uma tendência com particular agravamento a partir de 2014, tendo atingido o seu valor mais negativo em 2017 num período de nove anos. As razões para esta tendência generalizada no mundo ocidental, e com especial gravidade pelos números evidenciados nos Açores, é uma matéria controversa que também pode ser explicada não por um pretenso progresso civilizacional, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ah! Fico mais descansado ao saber isso!

O Orador: ... mas pela aplicação das políticas neoliberais por toda a Europa com vista à desproteção do emprego e à diminuição da proteção social, políticas estas que deixaram as pessoas entregues à sua sorte, com receio do futuro e sem esperança de alcançar patamares de qualidade de vida superior aos de gerações anteriores.

Neste contexto e para percebermos a evolução associada ao todo nacional e as particularidades da nossa Região atente-se ao saldo migratório.

Se é verdade que o processo de degradação de rendimentos e direitos laborais imposto pela Troika levou o país à penúria, num processo responsável direto pela emigração em massa de nacionais e de emigrantes que cá residiam e viram-se obrigados a procurar novas e melhores condições de vida em outros países, não deixa igualmente de ser verdade que se registou uma evolução que levou o nosso país a alcançar a partir de 2016 um saldo equilibrado ao atingir um saldo positivo nos dois últimos anos. Chegam mais imigrantes desde há dois anos e partem menos nacionais para viver e trabalhar em outros países. Essa é uma tendência que se restabeleceu, mas há uma região que é exceção: os Açores.

Continuamos a perder desde 2012 população em todas as ilhas, à exceção do Corvo. Perdemos 3.687 residentes no período de cinco anos mediado entre 2012 e 2017. A taxa de natalidade continua a regredir e o primeiro

(cada vez mais frequente único filho) nasce de mãe cada vez menos jovem, quando simultaneamente se assiste ao envelhecimento da população.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso está tudo no boletim estatístico!

O Orador: Este saldo negativo natural contínuo nos Açores desde 2013 é assustador, tendo já o censo nacional de 2011 dado um sinal de alerta.

A conclusão que se pode retirar é de que os açorianos e açorianas são obrigados a emigrar, ou porque não encontram emprego, ou porque o emprego que encontram é precário e mal remunerado.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor disse que isso já tinha acabado!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade!

O Orador: É uma corrente migratória diferente das correntes migratórias do século passado, já não estamos perante a emigração de açorianos sem grandes qualificações académicas ou profissionais. Hoje, emigram jovens açorianos mais bem preparados academicamente de sempre aos quais se somam aqueles que depois de completarem a sua formação académica fora dos Açores não regressam, porque são reduzidas as expetativas de empregabilidade ou de emprego estável e bem remunerado. São estes números que traduzem uma tendência que contraria os constantes festejos da enorme evolução económica.

Como demonstram estes números, as políticas do Governo Regional fazem crescer o PIB, mas também fazem crescer taxas de pobreza e índices de desigualdade da distribuição de rendimentos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Isso não é verdade! O senhor não pode dizer o que lhe apetece assim sem mais nem menos!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, todo este proveito é só para alguns. As políticas que alinham pelo diapasão de que antes um contrato a prazo do que o

desemprego, não dão futuro a ninguém. Baixa taxa de natalidade associada a uma população cada vez menos jovem, (uma em cada duas pessoas tem mais de 45 anos, mais quatro anos do que na década passada) é motivo para concluirmos de que esta região também não é para novos e cada vez menos para jovens qualificados, pois com a exceção do projeto Terceira Tech Island, a regra é adubar com incentivos de toda ordem projetos sem verdadeira implantação na Região e que pouca ou nenhuma verdadeira riqueza nos deixa.

O futuro encontra-se no conhecimento e na tecnologia se pretendemos viver numa região desenvolvida e com uma mais justa distribuição da riqueza. Só assim conseguiremos fugir a uma adequação perversa entre empresas que pouco valor acrescentam à nossa produção e à mão de obra abundante sem qualificações. Essa é a razão para que a pobreza na Região se encontre mais associada à precariedade e não ao desemprego.

O Governo Regional procura dar um sinal de que o futuro encontra-se de facto no conhecimento e na tecnologia, razão para se multiplicar em campanhas mediáticas para anunciar uma série de projetos que parecem esse desiderato. Foi o Air Center, o Observatório do Atlântico, o Porto Espacial de Santa Maria.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Onde isso já vai! Isso é também desigualdades sociais?

O Orador: Contudo, a prática dita outra realidade.

O Air Center funcionará como um facilitador de contatos e não como uma verdadeira instituição de investigação e de desenvolvimento.

Quanto ao Porto Espacial de Santa Maria esperemos que se minimizem os impactos ambientais daí decorrentes até porque ao que tudo indica grande parte do investimento para a produção de conhecimento científico será em Peniche.

O Observatório do Atlântico ainda nada produziu e desconhecem-se quaisquer projetos enquanto investigação científica que se faz na gestão dos recursos marinhos tarda em ser objeto de investimento, pois nem se dota o navio oceanográfico *Arquipélago* das condições necessárias para operar e nem se garante um local fixo para a sua amarração no porto da Horta.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não quer discutir o assunto!

O Orador: Impõe-se medidas conducentes ao reequilíbrio na distribuição de rendimentos quer de forma direta, ou indireta para além do aumento do acréscimo regional ao salário mínimo nacional em posição de condições contrárias à precariedade, às empresas que se candidatarem ao COMPETIR+, o Bloco de Esquerda tem apresentado iniciativas de combate à precariedade no setor público.

Contudo, o Partido Socialista opta na Região por ficar sempre isolado na sua maioria absoluta, sem apoiar a integração de professores contratados que preencham necessidades permanentes e a aplicação à Região do PREVPAP, mesmo que tais posições impliquem contrariar a imposição de diretivas europeias, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já vai nos professores! Oh, Sra. Presidente, isso não são desigualdades!

O Orador: ... como no primeiro caso, e a aplicação de um programa de combate à precariedade pelo seu Governo da República, como no segundo caso.

Só é possível dar perspectivas de um futuro melhor para as gerações vindouras com políticas verdadeiramente alternativas conducentes à revalorização do trabalho e da vida das pessoas, assente num modelo económico verdadeiramente transformador da sociedade, capaz de aliar o combate à pobreza, à atenuação das desigualdades sociais.

Obrigado.

Deputado António Lima (BE): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Nem sei como hei de responder!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não sei se o Governo vai usar da palavra agora.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu de facto tinha uma intervenção preparada sobre o tema desigualdades sociais, mas fomos brindados com uma intervenção de abertura que toca tudo no que diz respeito a modelo de desenvolvimento, políticas económicas e muito pouco realmente relativamente ao tema das desigualdades sociais nos Açores. Permita-me que comece por aqui. Isso na medida em que quando se propõe um debate desta natureza restringindo ao tema desigualdades sociais há naturalmente temáticas que são imprescindíveis que sejam abordadas num debate desta natureza e foi nesse sentido que eu preparei aqui uma intervenção e que não gostaria de passar sem, pelo menos, parte dela partilhar convosco sobre efetivamente desigualdades sociais que foi aquilo a que os senhores se propuseram.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora vamos a isso!

A Oradora: De facto, os Srs. Deputados do Bloco de Esquerda trazem a debate o tema 'Desigualdades Sociais nos Açores'.

Um tema que tem de facto muito de complexo e também muito de atual e que, naturalmente, exige dos políticos uma atenção permanente e uma ação determinada.

Enquadrar uma primeira intervenção hoje sobre este tema passa por assinalarmos, desde logo, a vastidão de aspetos associados a esta questão, é um

facto, e, decorrente disso, a opção por abordarmos prioritariamente as alterações ocorridas nos rendimentos e nas condições de vida dos Açorianos e Açorianas. Com esse enquadramento, trazemos aqui alguns dados que nos parecem relevantes para uma abordagem serena e séria, que tenta dar resposta às inquietações dos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda, mas, sobretudo, pretende prestar contas aos Açorianos e Açorianas: de onde partimos, onde estamos e, sobretudo, para onde caminhamos.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A promoção do acesso de todos os cidadãos a um conjunto de direitos sociais, nomeadamente à proteção social, ao mercado de trabalho, à educação e formação, à habitação, aos cuidados de saúde e a serviços e equipamentos sociais, constitui um desafio estratégico a que este Governo tem vindo a dar resposta, de forma coerente e articulada.

Nesse sentido, temos vindo a adotar ações muito significativas para minorar as dificuldades sentidas pelas famílias açorianas através de um conjunto de medidas de política social ativa, que impulsionam o trabalho de parceria alargada para o desenvolvimento social da Região, desempenhando assim um papel relevante na promoção da coesão social e bem-estar das populações.

Pretendemos que a nossa ação conjunta contribua para uma consciência coletiva dos problemas sociais, para a otimização dos recursos de intervenção ao nível das ilhas, dos concelhos e das freguesias, definindo assim uma estratégia centrada no território, designadamente por meio de medidas de intervenção social e familiar, assente em respostas de proximidade que potenciem as sinergias e o dinamismo das estruturas locais.

A este propósito, gostaríamos de relembrar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, cujas linhas orientadoras e prioridades definidas dão bem nota do caminho que estamos a seguir.

Em primeiro lugar, assegurar a todas as crianças e jovens, desde o início da sua vida, um processo de desenvolvimento integral e inclusivo, que não é mais do que combater desigualdades desde a primeira infância, apostando em mudanças estruturais e transversais aos vários domínios da intervenção política.

Em segundo lugar, reforçar a coesão social na Região, apostando no combate às desigualdades sentidas pelos idosos, pessoas com deficiência e doença mental.

Em terceiro lugar, promover uma intervenção territorializada, porque as desigualdades não são sentidas de igual forma em todo o território.

Estas prioridades traduzem-se num conjunto de ações concertadas que se refletem como verdadeiras medidas de combate às desigualdades existentes na nossa Região.

Tais desigualdades, ainda que transversais a todas as faixas etárias, atingem contornos diferentes no que respeita às crianças e jovens, daí que as ações desenvolvidas para esta faixa etária sejam primordiais.

De facto, as desigualdades começam muitas vezes na 'barriga da mãe'. Importa, pois, desde a primeira hora, garantir que todos, incluindo as crianças de ambientes mais vulneráveis, têm acesso a serviços públicos de qualidade e promotores de um desenvolvimento saudável, equilibrado e potenciador das suas capacidades.

Tomando por base o balanço de execução do I Plano de Ação Bianual, até final de 2018, podemos verificar, por exemplo, a melhoria registada na vigilância infantil, com a taxa de crianças com pelo menos três consultas no segundo ano de vida a ter subido de 50% em 2016 para 65% em 2018.

A meta que havia sido definida para 2018 foi assim superada e por isso reforçada em 2019 para 70%.

Destaque ainda para a melhoria do acesso à resposta de creche por parte de crianças entre um e três anos de idade.

Em 2018, disponibilizaram-se mais 84 novas vagas e reabilitaram-se cerca 100, o que permitiu que a taxa de cobertura na Região Autónoma dos Açores subisse de para 38,9% para 45,8%.

Mas o maior destaque nesta matéria prende-se com a taxa de integração em creche das crianças provenientes de famílias mais desfavorecidas, que passou de 27,2% em 2017 para 34,35% em dezembro 2018, estando já também acima da recomendada pela OCDE, de 33%.

Este resultado foi possível porque assenta em políticas públicas que, além de garantirem um melhor acesso por parte dos cidadãos, em geral, a serviços e respostas sociais de qualidade, garantem também que esse acesso é igualitário e que, detetadas desigualdades no acesso, elas são corrigidas.

Regista-se, igualmente, para a faixa etária das crianças entre três e cinco anos, um reforço crescente da pré-escolarização, tendo sido alcançado: para crianças de três anos de idade com dados provisórios do ano letivo 2018/2019 85% partindo de 73,8% em 2016/2017; para crianças de quatro anos - 97% no ano letivo 2018/2019; e para as crianças de cinco anos mantém-se, há muito, próxima dos 100%.

É bem claro o investimento contínuo que tem sido feito nesta área, de forma a garantir às crianças açorianas a frequência do ensino pré-escolar, aspeto promotor do seu desenvolvimento e potenciador do seu sucesso, permitindo-nos, inclusive, posicionarmo-nos nesta matéria acima da média nacional.

De salientar também o Programa Regional de Intervenção Precoce, que agrega 17 Equipas Técnicas distribuídas pelas nove ilhas da Região, que têm como objetivo detetar, prevenir e enquadrar eventuais incapacidades ou risco de um atraso grave no desenvolvimento da criança, prestando assim apoio educativo e educação especial, intervindo também no âmbito familiar.

Estas Equipas Técnicas acompanharam, no ano de 2018, um total de 337 crianças por toda a Região.

Gostaríamos ainda de destacar o trabalho que está a ser desenvolvido nos Polos Locais de Desenvolvimento e Coesão Social, criados em cinco territórios regionais – Água de Pau, Arrifes, Fenais da Ajuda, Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, e Terra Chã, na Terceira - onde se verificam um conjunto de problemáticas potenciadoras das desigualdades, com o objetivo de garantir a melhoria significativa desses indicadores de desenvolvimento.

Estão aprovados os cinco planos de ação desses polos, que serão apresentados até ao final de novembro, tendo sido apresentado ainda esta semana o Plano de Ação do Polo Local na freguesia dos Arrifes.

Neste âmbito, destacamos a dinamização do Centro Comunitário de Arrifes, que desenvolverá um conjunto de atividades lúdico-pedagógicas direcionadas às crianças, atividades ao nível do apoio aos pais na educação dos seus filhos e ainda atividades dirigidas ao reforço da empregabilidade dos jovens.

Não podemos deixar de referenciar a implementação em várias escolas da Região, da 'Parceria de Intervenção Comunitária para o Sucesso Educativo - Escola, Família, Comunidade', assente numa forte integração entre a escola, os pais dos alunos, os técnicos da segurança social, a autarquia e as associações locais, de forma a criar condições para que o sucesso educativo esteja ao alcance de todos, independentemente das suas condições socioeconómicas, e cujos resultados já alcançados foram muito positivos ao nível da progressão escolar dos alunos.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Este é um projeto que será agora implementado na Escola dos Arrifes, conforme previsto no plano de ação local, tendo já sido realizado noutras escolas nos concelhos da Lagoa, Vila Franca do Campo e, no ano passado, na Povoação e Nordeste.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

No que diz respeito à coesão social e no âmbito da igualdade de oportunidades, têm vindo a ser implementados alguns projetos na área da deficiência, de que são exemplo o projeto 'Sementes', desenvolvido pela Cáritas da Ilha Terceira, o projeto 'EmpregON', desenvolvido pela Casa de Saúde de São Rafael e o projeto 'Apoio ao emprego de jovens com deficiência', desenvolvido pela Associação Cristã da Mocidade e pela APADIF, aqui na ilha do Faial.

Este ano foi ainda criado o programa 'Inclui+', promotor de experiências profissionalizantes para pessoas com deficiência.

Estes projetos surgiram com o intuito de promover a empregabilidade da pessoa com deficiência, fazendo com que os conceitos de inclusão e de não discriminação sejam palavras de ordem.

Os mesmos têm vindo a contribuir para uma sociedade mais inclusiva, sensibilizando a comunidade em geral para a temática da igualdade de oportunidades, nomeadamente por fomentar a autonomia financeira da pessoa beneficiária e legitimar a pessoa com deficiência em participar ativamente na sociedade em que se insere.

Também em matéria de saúde mental se têm registado avanços na Rede de Cuidados integrados de Saúde Mental através do estabelecimento de parcerias que permitem reforçar a centralidade da resposta em cuidados primários na promoção da saúde mental.

Este mês foi assinado um acordo com a Casa de Saúde de S. Rafael, na Terceira, e para breve será estabelecida uma nova parceria em S. Miguel no sentido de proporcionar uma resposta adequada e atempada às situações sinalizadas nos centros de saúde.

Relativamente ao emprego, é de conhecimento público que a taxa de desemprego atingiu os 8,2% no segundo trimestre de 2019, menos de metade do que se verificava há cinco anos atrás, e que existem menos 9.140 Açorianos

desempregados face a 2014, estando mais 2.823 Açorianos a trabalhar do que há um ano a esta parte.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é combater as desigualdades!

A Oradora: As estatísticas sobre esta matéria mostram que há mais 7.048 Açorianos a trabalhar do que no início da legislatura e que a população empregada atingiu o maior valor de sempre desde 1985 na Região Autónoma dos Açores, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... sinal de que as políticas de emprego têm vindo a melhorar substancialmente e as empresas começam a sair da situação instável em que se encontravam e a contratar mais.

Tudo isto são indicadores que se traduzem em mais rendimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Falamos, não apenas de mais pessoas empregadas, mas com um reforço da intensidade laboral. No segundo trimestre de 2019, face ao período homólogo, houve um crescimento, entre a população empregada, do peso do trabalho a tempo completo em detrimento do trabalho a tempo parcial.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Registaram-se mais 4.472 pessoas a trabalhar a tempo completo e menos 1.650 trabalhadores a tempo parcial.

Esta questão é particularmente relevante dada a influência que a baixa intensidade laboral tem nos níveis de pobreza.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabemos que os níveis de desigualdade se agravaram após a crise.

É um facto. Até 2009 tínhamos um 'Coeficiente de Gini' melhor que a média nacional. Nos primeiros dados disponíveis após a crise (2014) e depois em 2017, a situação inverteu-se.

Esse foi um dos motivos que levou à conceção e implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028. Porque temos a certeza que a desigualdade no rendimento se previne com a educação e formação dos jovens, com um desenvolvimento equilibrado das crianças, para que amanhã tenham as competências necessárias para uma boa integração profissional e, por essa via, acesso a mais rendimento.

Temos, naturalmente, também a consciência muito clara de que a adoção de medidas estruturais, de longo prazo, na prevenção e combate às desigualdades tem necessariamente de ser complementada com um conjunto de políticas que permita o reforço do rendimento disponível das famílias no imediato, no seu dia-a-dia.

Existe, por isso, na Região um quadro de instrumentos de redistribuição de recursos que respondem a essa necessidade, de que são exemplos o valor acrescido de 5% do salário mínimo face ao nacional, ...

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: ... o Complemento Regional de Pensão, que em 2018 representou um apoio suplementar a 33 mil idosos na Região, num investimento superior a 25,5 milhões de euros, o Complemento Regional ao Abono de Família de crianças e jovens, que se traduziu em 2,5 milhões de euros distribuídos por 35 mil crianças e jovens, ou o apoio na aquisição de medicamentos, o COMPAMID, que apoiou mais de cinco mil Açorianos em quase um milhão de euros.

Mas existem ainda outros instrumentos que, não se traduzindo em transferências monetárias efetivas para as famílias, aliviam, em muito, o seu orçamento familiar através do acesso a serviços a custos diminutos.

Refiro-me ao acesso a respostas sociais a custos reduzidos – ainda em 2016 foram revistas as tabelas (e é bom lembrar!) de comparticipações das valências de creche, ama, jardim de infância e centros de atividades de tempos livres com vista a reforçar os descontos no valor a pagar por parte das famílias com dois ou mais filhos nestas respostas sociais.

Também o acesso facilitado à medicina dentária ao nível das unidades de saúde familiar ou o acesso, a todos os alunos do 1.º Ciclo, a um vasto leque de atividades desportivas proporcionadas em período pós-letivo de forma gratuita, as 'Escolinhas do Desporto'. São alguns exemplos.

Para além destes, existem ainda outro tipo de serviços para outras faixas etárias, nomeadamente os idosos, que têm em conta os rendimentos mais baixos.

Falamos, por exemplo, do alargamento dos Serviços de Apoio ao Domicílio, dos Centros de Dia ou até das Estruturas Residenciais para Idosos, que dispõem de acordos de cooperação com o Instituto de Segurança Social dos Açores, sendo o valor da comparticipação familiar determinado em função do rendimento dessas pessoas, de forma a que o valor a pagar não condicione a acessibilidade a esses serviços.

Também na área da habitação, o Governo Regional tem promovido políticas de acesso e apoio às famílias, através dos programas em vigor, quer na recuperação de habitação degradada, quer por via do apoio à aquisição ou construção de habitação própria, mas, a este propósito, é fundamental realçar o Incentivo ao Arrendamento e os programas de habitação social/renda social.

Nestes domínios, foi assegurado apoio na corrente legislatura a cerca de 3.900 famílias em todas as ilhas.

Para terminar, Srs. Deputados:

Naturalmente, todos o sabemos, que o combate às desigualdades é um processo longo, exigente e de muita persistência, que não se compadece com imediatismos.

Sabemos que nos é exigido um esforço acrescido de convergência, decorrente dos condicionalismos naturais, históricos e sociais que enfrentamos.

Quando comparamos uma pequena região arquipelágica com o todo nacional, o nosso ponto de partida e o caminho a percorrer são substancialmente diferentes.

É importante que todos tenhamos essa consciência de que, quando alocamos recursos públicos em medidas destinadas à promoção do desenvolvimento das crianças e jovens, não há impacto direto nos indicadores de rendimento atual das famílias ou na redução da taxa de risco de pobreza.

É, pois, um investimento de longo prazo que permitirá, pela via da educação e da qualificação, que as crianças de hoje tenham, efetivamente, acesso a padrões de qualidade de vida diferentes dos seus pais.

É esse o caminho que escolhemos, é esse o caminho que estamos a trilhar.

Em suma, e para terminar, gostaria de reforçar a centralidade que a questão do combate às desigualdades, à pobreza e exclusão social tem assumido nesta governação.

Embora estejamos todos bem cientes de que se trata de um processo complexo, demorado, feito de avanços e recuos, estamos convictos de que este é o rumo certo no que respeita ao combate às desigualdades na Região Autónoma dos Açores.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa já tem algumas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bom dia, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais queria felicitar o Bloco de Esquerda pela abordagem correta e adequada que fez do problema das desigualdades na Região Autónoma dos Açores, uma abordagem que é intersectorial, transversal a toda a sociedade e isso mesmo vem demonstrar neste debate que acabámos de ter o retrato perfeito porque é que 23 anos de socialismo, 4 mil e 500 milhões de euros depois de fundos comunitários, os Açores continuam a ser a região mais desigual, ...

Deputado José Ávila (PS): É um pouco como uns 20 anos atrás!

O Orador: ... com mais desigualdades sociais e com mais problemas de pobreza no país e na Europa e esse é realmente o retrato daquilo que nos demonstram esses valores indignos da nossa sociedade no que diz respeito às desigualdades sociais nos Açores.

Esta abordagem que o Bloco de Esquerda faz correta do problema das desigualdades é confrontada pelo Governo Regional com anúncio de medidas e de políticas que ao longo de 23 anos não resolveram os maiores problemas sociais dos Açores.

Se nós pensarmos que em termos da abordagem das desigualdades nem todas as desigualdades geram pobreza, mas toda a pobreza gera desigualdades, se nós pensarmos que em todos os setores de atividade na Região Autónoma dos Açores há problemas sérios de desigualdades no acesso ao desenvolvimento humano, nós temos a certeza de que o Governo Regional e o socialismo dos Açores continuam a olhar ao lado dos problemas e a não ser capazes de enfrentar aquilo que é referido por um

relatório do Desenvolvimento do Banco Mundial de 2006 que fala exatamente desse conceito, da armadilha da desigualdade, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já passaram 13 anos desde 2006!

O Orador: ... porque a armadilha da desigualdade é aquilo que gera o problema da pobreza que nós estamos a viver nos Açores, um problema que se manifesta realmente nas desigualdades sociais que são relevantes em termos de rendimento, que são relevantes em termos de riqueza, que são muito relevantes em termos de poder, em termos de liberdades e em termos de cidadania. São essas desigualdades que nos têm levado aqui, hoje, as políticas do Governo Regional, do Partido Socialista ao fim de 23 anos que continuem a apontar para um conjunto de medidas que apesar de serem importantes e úteis para combater as desigualdades não vão resolver o problema, porque o Governo Regional teima e o socialismo dos Açores teima em não olhar para esta questão de forma abrangente que tenha a ver precisamente com estes fatores relacionados com o poder, com a riqueza, com a distribuição de rendimentos e com o acesso a profissão ou a desenvolvimento humano, ou então mesmo aos direitos de cidadania dos açorianos.

Diz-nos esse relatório curiosamente que a “interação das desigualdades políticas, económicas e sociais ou socioculturais modela as instituições” e em regra fá-lo em todas as sociedades.

Esse relatório é altamente importante ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): De...?

Deputado Carlos Silva (PS): 2006, é?

O Orador: ... para percebermos o que se tem passado nos Açores e o que se tem passado com este socialismo. É importante relevarmos, como a Sra. Secretária disse, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não há nenhum relatório mais recente?

O Orador: ... alguns aspetos das questões sociais e dos indicadores sociais que nos levam a que tenhamos hoje 36% de açorianos, em 2018, a viver em risco de pobreza.

Deputado João Paulo Ávila (PS): 2006! Afinal já não é 2006?

O Orador: É o INE que traz esses dados, portanto, não são dados ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é de 2006!

O Orador: Oh, Sra. Secretária, são 36,4% de cidadãos em risco de pobreza, ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Em 2007! Mas não é hoje!

O Orador: ... mais de um terço dos açorianos. Mais de um terço dos açorianos vivem em risco de pobreza na Região Autónoma dos Açores!

Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, mais do dobro da área metropolitana de Lisboa, mais do dobro com 16% da área metropolitana de Lisboa.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Pelo menos hoje sabemos quantos são! No seu tempo não se sabia!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Por acaso os Açores são muito parecidos com a área metropolitana de Lisboa!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Oh, Sr. Deputado, vamos ter uma discussão séria sobre este assunto!

O Orador: É de facto importante olharmos para esse relatório do Banco Mundial sobre desenvolvimento mundial, quando nos alerta para a armadilha das desigualdades e quando diz que o modo de funcionar das instituições afeta as oportunidades das pessoas e as suas capacidades de investir e prosperar. Esse relatório diz-nos também que as oportunidades económicas desiguais conduzem a resultados desiguais e reformam o poder

político desigual. O poder desigual modela as instituições e políticas que tendem a promover a persistência das condições iniciais.

A Sra. Secretária e todos aqueles que nos oiçam e que queiram de alguma forma aprofundar as razões pelas quais falham os planos de pobreza certamente percebe este problema muito bem, que é o problema das desigualdades, que depois leva a que as políticas não resultem e que voltemos ao princípio e à situação que temos nos Açores.

Muitos parabéns ao Bloco de Esquerda, ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não disse anda!

O Orador: ... porque abordou o tema de forma correta, transversal e intersectorial e lamento que o Governo continue fechado nessa bolha de sucesso virtual ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Que não teve nada a ver com aquilo que o senhor disse!

O Orador: ... que é até um péssimo indicador para aqueles que vivem em dificuldades ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Bastava dizer que concordava com o Bloco!

O Orador: ... e que não se sentem inseridos numa sociedade que de facto olha para eles como alguém que não é capaz de vencer e ninguém gosta de ser visto como alguém que não é capaz de vencer.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso não é verdade! Essa é a vossa perspetiva!

O Orador: Esse é o problema mais grave da política e essa é a razão pela qual as políticas sociais, apesar de essenciais e de alguma forma correta, não funcionam.

Olhemos para aqueles que são os indicadores ...

Eu bem sei que ao Partido Socialista lhe custa ouvir a verdade e dói ouvir a realidade, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): A si é que lhe custa dizer a verdade!

O Orador: ... olhemos para o coeficiente de Gini. O coeficiente de Gini que mede aquilo que são as diferenças entre os que mais têm e os que menos têm. Nos Açores era em 2017 de 37,9, o valor mais alto do país, o que significa que 20% dos mais ricos ganham dezenas de vezes mais que 20% dos mais pobres. É uma desigualdade que tolda a possibilidade de haver mobilidade social. Não é possível haver mobilidade social nestas condições.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Quais são as propostas do PSD?

O Orador: Mas olhemos para os nossos indicadores sociais que são indignos, que envergonham a sociedade açoriana e que deviam sobretudo envergonhar 23 anos de socialismo e 4 mil e 500 mil milhões de euros de fundos comunitários que era suposto servir para coesão também social: na violência doméstica nós temos gravíssimas situações de incidência de violência doméstica e é certo que se tem trabalhado e bem para atender às vítimas da violência doméstica, mas olhemos para as causas. Onde é que tem sido feito um verdadeiro trabalho para eliminar ou trabalhar sobre as causas da violência doméstica.

Olhemos para a gravidez na adolescência ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Sim! Olhemos!

O Orador: ... e para os indignos valores que os Açores têm revelado. A desigualdade que isso gera em jovens que deixam de poder levar uma vida que seria o seu desenvolvimento normal para fazerem face a um problema de gravidez na adolescência.

Olhemos para o abuso sexual e para os indignos valores de abuso sexual nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde estão esses valores?

O Orador: Olhemos sobretudo não apenas ... Se bem que devemos fazê-lo com acuidade e com assertividade para cuidar das vítimas destas situações, mas para as causas.

Olhemos para os índices de alcoolismo que ainda ontem foram falados aqui.

Deputado José San-Bento (PS): Olhemos para a corrupção nas autarquias!

O Orador: Olhemos para as dependências, olhemos para todas essas situações que nos levam de facto a termos, depois de 23 anos de socialismo, valores indignos nesta matéria.

No RSI continuamos a ser os campeões ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vamos falar do RSI!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Sim, sim! Falemos do RSI!

O Orador: ... no apoio aos mais pobres de entre os pobres.

Nas famílias em risco de pobreza, como eu já falei, os 36% da população; a iliteracia e o analfabetismo; o abandono escolar precoce que continuam os Açores a ser os campeões do abandono escolar precoce; a desigualdade dos jovens que têm de abandonar os estudos antes de uma formação que lhes permita acesso a um mercado de trabalho mais qualificado é um fator de desigualdade e este também é um fator que incentiva a pobreza; 70% dos jovens adultos em precariedade laboral, uma vergonha para qualquer região que pretende fomentar o emprego e fomentar o emprego qualificado dos nossos jovens. A geração mais bem preparada da autonomia é aquela que tem a menor expectativa de ter um emprego seguro.

Os programas do apoio ao emprego que ainda recentemente o Tribunal de Contas veio assinalar a precariedade laboral resultante de programas de apoio ao emprego.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a medida?

O Orador: É aqui nestes pormenores que nós vemos de facto esta diferença abissal que existe entre realização de políticas e obtenção de resultados: as políticas de apoio ao emprego do Governo Regional de facto não trazem segurança laboral, não trazem um futuro com melhores expectativas, conforme diz o Tribunal de Contas.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é de uma ignorância tremenda!

O Orador: Mais de 60% dos alunos açorianos que necessitam de apoio social escolar. Isso revela o conjunto enorme de famílias que têm dificuldades em comprar livros para os seus filhos, em comprar materiais escolares, em lhes dar estabilidade para que eles possam desenvolver os seus estudos em condições de igualdade com aqueles que mais têm.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Manuais gratuitos!

O Orador: É por isso que nós não vamos sair dos problemas que temos, porque temos um Governo Regional alheado destas realidades e das causas que as promovem.

Quando nós temos 51 mil pensionistas que recebem em média 340€ por mês, nós temos um fator de desigualdade tremendo que leva a que a nossa sociedade não se possa desenvolver ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas há 4 anos não era assim, era muito mais!!

O Orador: ... e que não se possa combater com verdadeira assertividade a pobreza.

Deputado José Ávila (PS): Isso é mentira! Mentira!

O Orador: Quando nós temos as diferenças de vencimentos e a desigualdade de vencimento dos técnicos superiores das IPSS's nós temos fatores que promovem desigualdade no acesso a uma profissão condigna.

Deputado José San-Bento (PS): E o Passos Coelho, Sr. Deputado?

O Orador: Quando nós temos listas de espera cirúrgicas vergonhosas e cidadãos que não conseguem obter consultas médicas a tempo e horas, nós temos desigualdade entre aqueles que mais têm e que recorrem à medicina privada e aqueles que menos têm e que ficam dependentes de um favor do Governo para obterem a sua consulta ou a sua cirurgia a tempo e horas.

Deputado Carlos Silva (PS): Os seus colegas não compreendem essa parte!

O Orador: Quando nós temos emprego público e nomeação de cariz político para cargos de incidência técnica, nós temos as razões pelas quais persiste a armadilha da desigualdade e ela vence na nossa Região.

Quando nós temos subsidiodependência que depende de influência político partidária, nós temos desigualdade que não vai resolver e não vai permitir que vença os planos de combate à pobreza.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o senhor pretende aumentar?

O Orador: E também quando nós temos isolamento e decréscimo populacional nas nossas ilhas, nós estamos a dizer aos cidadãos dos Açores que viver em ilhas mais pequenas ou mais afastadas do centro, ou em concelhos mais afastados dos grandes centros populacionais, é fator de desigualdade no acesso à cultura, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é um indicador mundial!

O Orador: ... no acesso ao emprego, no acesso ao desenvolvimento humano.

Tudo isso, ...

Deputado Carlos Silva (PS): É demagogia da sua parte!

O Orador: ... Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, é a razão pela qual findos os 23 anos de socialismo e os 4,5 mil milhões de euros nós continuamos a ser a região com mais dificuldades em

um açoriano poder, quando nasce, ter expectativa de vencer na vida em condições de igualdade com os outros.

E perguntamos assim: mas não era suposto o socialismo combater estes problemas?

Deputado Carlos Silva (PS): Quando eu nasci era bem pior!

O Orador: Eu respondo: não, não é suposto. É suposto o socialismo manter-se no poder à custa destes problemas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Essa sua intervenção foi uma ofensa aos açorianos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos a importância de debatermos este assunto onde, como se percebeu pela intervenção do Sr. Deputado Paulo Mendes, cabe tudo, que é um dos grandes desafios dos dias de hoje, não só nos Açores, mas em todo em mundo.

Estudiosos de todas as partes e de todos os quadrantes ideológicos refletem sobre as desigualdades sociais sem que, infelizmente, alguém consiga chegar à fórmula mágica para a sua extinção.

Reconhecemos igualmente plena legitimidade ao Bloco de Esquerda para se preocupar com este tema e para promover esta discussão ainda que não

compreendamos muito bem os moldes em que o fez, mas independentemente da forma, só podemos dar as boas vindas a quem queira associar-se a nós nesta contínua preocupação.

O que não vos reconhecemos (e dirijo-me ainda ao Bloco de Esquerda) é a legitimidade para pretenderem dar-nos lições nesta matéria.

Quando o Bloco de Esquerda tentava agregar ainda os fragmentos da política 21, da UDP e do PSR, já o Partido Socialista fazia muito caminho nesta matéria.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

A Oradora: Ao PSD que nos brinda sempre com estes discursos totalmente descolados da sua prática, dedico assim em jeito introdutório e de oferta (e porque a memória é um bem precioso e porque é inaceitável que não se recordem do que eram os Açores dos anos 80 ou mesmo do início da década de 90) uma passagem muito breve de há uns poucos meses de uma figura que vos é muito próxima, Álvaro Dâmaso, e que diz qualquer coisa como: “O arquipélago progrediu bastante, resolveram-se ancestrais problemas de acessibilidade, de mobilidade e insuficiência de equipamentos coletivos, foi reduzida a pressão emigratória e estabilizado o desemprego num nível muito próximo do ficcional, subiu o nível médio de rendimentos.”

Portanto, seria bom talvez que se entendessem.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista em matéria de combate às desigualdades sociais constrói há muito o seu património e tem enorme orgulho nesse caminho, nos seus resultados e nos ganhos efetivos que tem trazido à vida das pessoas. Se há matérias em que nos temos empenhado desde sempre, esta é uma delas. E dessa certeza, meus senhores e minhas senhoras, garanto-vos, não abrimos mão!

Falar de desigualdades sociais e do seu combate é falar de um assunto transversal, que exige trabalho em todas as áreas sem exceção, através de políticas públicas ativas e é com essa perceção muito clara que o Partido Socialista se apresenta na política com a humildade de aprender sempre para melhor fazer, renovando energias para enfrentar novos desafios, mas com uma perceção séria do caminho feito.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós somos o partido que apresentou uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social pioneira e arrojada já amplamente debatida nesta Casa, cujo plano de ação já em marcha visa medidas tão transversais como a melhoria da taxa de resposta a crianças sinalizadas para a intervenção precoce, o acompanhamento dos pais de crianças com perturbações mentais, a disseminação de conteúdos culturais das bibliotecas e museus através de exposições itinerantes com serviço educativo, isto apenas para, através de meros exemplos, percebermos todas as frentes em que esta luta se trava.

E o que é tudo isto senão um combate feroz e intransigente às desigualdades sociais?

Mas somos também o partido da estabilidade e da retoma.

Na República, depois de um governo liderado pelo PSD de Passos Coelho e tão apreciado por este PSD, que convidava a emigrar e que reduzia os idosos deste país a uma ‘peste grisalha’, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: ... repusemos prestações sociais, aumentamos pensões e reformas e fizemos crescer 20%, em 4 anos, o salário mínimo nacional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Quando a direita neste país liderada pelo PSD de Passos Coelho e tão admirada por este PSD congelava ordenados, cortava pensões e arrastava as pessoas para a miséria, chamando-as de piegas e oferecendo-lhes sopa e migalhas de caridade, nos Açores mantivemos e aumentamos prestações sociais, baixamos impostos, apoiamos a economia, as empresas e os trabalhadores.

Somos o partido que instalou nesta Região a melhor e mais abrangente Rede de Proteção Social do país.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Somos o partido que implementou descontos extraordinários em creches, em Jardins de Infância, em Amas e ATL, deixando mais rendimento disponível às famílias.

Somos o partido que colocou em 100% a taxa de escolarização dos 5 anos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): E a taxa de pobreza?

A Oradora: Somos o partido que terminou com o abandono escolar e que apostou tudo na educação inclusiva, trazendo todos para a escola e assim acabando com décadas de isolamento e exclusão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Somos o partido que criou o Prosucesso, a maior aposta na Educação desde que há Autonomia.

Somos o partido que na Região reduziu a taxa de desemprego ao mesmo tempo que aumentou a população ativa, registando-se aqui o crescimento mais acentuado do país na taxa de emprego feminina. Nunca houve nesta Região tantas pessoas a trabalhar! Nunca tantas mulheres desta Região estiveram a trabalhar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Somos o partido que tornou possível que o rendimento disponível das famílias seja mais alto do que a média nacional.

Somos o partido que em articulação com os parceiros sociais implementou nos Açores o contrato coletivo de trabalho nas pescas.

Somos o partido que colocou em marcha o programa ‘Inclui+’, promovendo a empregabilidade de pessoas com deficiência ou incapacidade.

Somos o partido que em 20 anos fez crescer em mais de 300% o número de CAO’s nestas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Continuem a mostrar porque é que estamos como estamos!

A Oradora: Somos o partido que aqui implementou taxas moderadoras mais baixas e que já anunciou que terminará com as que se aplicam aos cuidados primários de saúde.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Somos o partido que investiu incessantemente no Serviço Regional de Saúde aumentando em 95% o número de enfermeiros, em 71% o número de médicos, em 147% o número de consultas e em 200% os meios complementares de diagnóstico.

Somos o partido que construiu uma extraordinária rede de equipamentos sociais em parcerias com outras instituições num total que ultrapassa as 250 infraestruturas ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e que assegura mais de 700 valências em todas as ilhas e em todas as áreas de intervenção social.

Somos o partido que construiu nesta Região um parque habitacional digno, com programas de apoio específicos para o arrendamento e para a reabilitação de habitação degradada.

Somos o partido que fez aprovar nesta Assembleia há um mês um tão ansiado Regime de Apoio ao Cuidador Informal.

Repito, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: o que é isto senão um combate feroz e intransigente às desigualdades sociais?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras que não se encontra na sala.

Por isso, vou passar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Pelos vistos o Governo Regional e o Partido Socialista ficaram surpreendidos pela latitude da minha intervenção inicial.

Pois, estranho. Estranho, porquê?

Porque as desigualdades sociais não são um tema exclusivo da Região, é um tema muito atual e até mesmo de âmbito universal e é um tema que é por demais abrangente.

Aliás, eu poderia arriscar dizendo que quando se convoca um debate sobre desigualdades sociais em qualquer parte do mundo, convoca-se necessariamente aquele que será um debate sobre, neste caso, o estado da região, se fosse na República o estado do país e se fosse a nível mundial seria outra coisa completamente diferente.

Portanto, também seria expetável que naquela bancada do Governo, além da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, a quem reconheço mérito e coragem em estar a dar corpo aqui a este debate da bancada do Governo, também estivessem presentes outros secretários regionais, aliás, como estão o Sr. Secretário Regional da Agricultura que deve ter ficado surpreendido principalmente pela primeira parte da minha intervenção inicial;...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Vai ter respostas!

O Orador: ... pelo Sr. Secretário Adjunto da Presidência que está aqui a representar o Sr. Presidente do Governo Regional e pelo Sr. Secretário Regional da Ciência e das Pescas que também de certeza deve ter ficado digamos que sensibilizado com aquela matéria que lhe tocou na minha intervenção inicial.

Portanto, como escolheram como protagonista a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social eu vou tentar cingir-me um pouco à abrangência desta minha segunda intervenção.

Eu disse na minha primeira intervenção que esta Região não era para jovens e também é verdade que não é para os menos jovens, mas sobretudo não é uma Região para os mais jovens e de certeza que os Srs. e as Srs. Deputadas devem ter tido a oportunidade de ler um estudo, aliás, um conjunto de estudos que foi compilado num livro intitulado *Juventude açoriana e mundo do trabalho*, coordenado pelo Prof. Dr. Fernando Diogo, em que num desses estudos é introduzido o conceito de emancipação, é esclarecido o conceito de emancipação, como a fase de transição para a idade adulta e passo a citar qual o conceito entendido como emancipação: “Sair de casa dos pais por via de um rendimento próprio obtido através de um emprego estável e desenvolver ou não uma qualquer forma de conjugalidade e casa própria. São os principais indicadores identificados na literatura para se definir o ingresso na idade adulta.”

Ora, mas isso também o mesmo estudo conclui que metade dos jovens nos Açores ainda vive com pelo menos um dos progenitores e, portanto, não estudar e ainda residir em casa dos pais é sinal de existência de problemas na transição para a idade adulta.

A conclusão não é do Bloco de Esquerda, a conclusão é de investigadores que se dedicam às áreas das ciências sociais e humanas nos Açores e sobre a realidade dos Açores.

Ora, e falou-se aqui, aliás, o Sr. Deputado Bruto da Costa referiu isso mesmo, que a precariedade é um mal, é um mal transversal a todos os estratos etários na nossa Região, mas sobretudo entre os jovens, porque é nesse mesmo estudo que se conclui que é entre os jovens que incidem as maiores taxas de rotatividade, ou seja, com duas ou mais experiências laborais num curto trajeto laboral e mais de um terço exerce atividade sem contrato escrito e outro terço tem contrato a termo. Portanto, os jovens na Região vivem na sua maioria situações de precariedade laboral. Estão, é verdade, muitas vezes empregados, encontram

trabalho, mas não é um trabalho que lhes garanta estabilidade e perspetivas de futuro.

Aliás, ainda ontem sobre o debate acerca do estudo das dependências também tive a ocasião de reafirmar que é necessário garantir estabilidade da carreira laboral dos jovens como um fator, como uma forma de evitar consumos de substâncias ilícitas e cair em comportamentos de dependência.

Mas voltando novamente à precariedade e aos seus efeitos.

A Sra. Secretária, que tem a tutela da habitação, também deve conhecer e reconhecer que hoje em dia a maior parte da habitação é provida às famílias por via do crédito bancário. Ora, mas nem todas as famílias, e muito menos a grande maioria dos jovens, consegue aceder ao crédito da habitação e essa também é uma situação que espelha desigualdades sociais.

Aliás, são cálculos que são feitos a nível internacional que nos indicam que para os mais ricos a dívida contraída para adquirir habitação é nove vezes superior ao seu rendimento e se tivermos em conta, se considerarmos os mais pobres a dívida é 40 vezes superior ao seu rendimento. Portanto, para os jovens é quase impossível aceder à habitação.

A Sra. Secretária poderá me dizer: “Ah, mas existe habitação social e programas que apoiam a habitação e que apoiam os jovens a arranjar habitação.”

Ora, mas se formos a ver aqueles que são os dados do IDEF quer de 2010/2011, quer de 2015, quer de 2016, concluímos que na Região em comparação com as outras regiões do país somos aquela que tem uma maior taxa de auto locação. O que é que isto quer dizer?

É a região em que a maior percentagem de pessoas só tem habitação porque vive em casa de alguém, portanto, usufrui daquela que é uma renda subjetiva.

No caso da Região em 2010/2011 essa taxa era de 23,7%, o que nos colocava em primeiro lugar a nível nacional.

Em 2015/2016 subiu para 25,2%, continuamos a estar no primeiro lugar a nível nacional.

Portanto, e concluindo: é verdade que o Governo Regional tem programas na área da habitação, mas também é verdade que há muitos jovens que estão no limbo. Estão no limbo, porquê?

Não têm condições para aceder ao crédito de habitação, mas têm um rendimento ligeiramente superior que não lhes possibilita usufruir dos programas de acesso à habitação desenvolvidos pelo Governo Regional.

Nós queremos e já dissemos nesta Casa que a solução está em habitação pública, habitação pública que sirva para arrendar a quem assim o deseje. Essa é uma realidade que não é uma realidade da antiga União Soviética. É uma realidade que é uma regra nos países nórdicos. Começa até mesmo a ser regra, por exemplo, na Alemanha e, portanto, custa muito, não sei porquê, essa realidade chegar cá, aos Açores. Isso seria um passo muito importante a ser dado se nós tivéssemos oferta pública de habitação acessível a todos para prover de habitação uma classe média, média baixa, que neste momento não encontra solução nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Regional.

A Sra. Secretária falou também dos programas de apoio à infância e gostaria de me centrar naquela que é a solução de creche. Ora, nós acreditamos e creio que deverá ser uma medida, uma preocupação que deverá ser acompanhada por outros Srs. e Sras. Deputadas, que é necessário nós termos uma oferta pública de creche. Não se entende, dada a importância da creche no desenvolvimento das crianças, que a Região não integre as valências de creche na escola pública. Porquê?

Apesar dos apoios concedidos pelo Governo Regional às famílias para que os seus filhos consigam frequentar as creches, uma valência que foi delegada a IPSS's e Misericórdias e que deveria ter sido assegurada desde o início pela

Região, apesar desses apoios eu dou aqui alguns exemplos de como esses apoios são claramente insuficientes e como nós deveríamos apostar no futuro em ter as creches no âmbito da escola pública.

Um casal com um filho, cujos membros auferam do salário mínimo, que pague uma renda de casa de 200€ e com despesas de saúde à volta dos 330€ anuais paga 110€ por mês de creche.

Um casal com um filho, cujo cada membro aufera o salário mínimo, sem encargos com habitação e com uma despesa anual de saúde que ronde os 200€ paga 135€ por mês de creche.

Portanto, esta é uma despesa para quem tem um recém-nascido que é muito significativa para o seu orçamento familiar.

Portanto, se as creches fossem públicas essa era menos uma despesa que as famílias teriam com certeza na Região.

Ora, a Sra. Secretária também referiu dados recentes sobre o emprego e a qualidade do emprego e anunciou aqui, de acordo com os dados mais recentes, até o número ou a percentagem de trabalhadores por conta de outrem que teriam contrato sem termo teria aumentado. É verdade! Aumentou.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não falei disso!

O Orador: Penso que chegou a falar, que são cada vez mais aqueles que têm contratos sem termo.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Não! Vou falar mais à frente!

O Orador: Tenho ideia.

Mas também é verdade que aumentaram e em muito aqueles que têm contratos com termo, ou seja, que têm contratos precários.

Portanto, estamos longe de viver numa Região livre de precariedade.

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não há sociedades livres de precariedade!

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado Bruto da Costa lembrou e recordou aquela que foi uma constatação do Tribunal de Contas quando concluiu aquilo que o Bloco de Esquerda tem vindo a anunciar e até mesmo acusar o Governo Regional de que a maior parte dos programas de apoio ao emprego acabam por ser programas de apoio não ao emprego, mas a emprego precário. É uma constatação que já não é só do Bloco de Esquerda. É uma constatação do Tribunal de Contas.

Não faz sentido ter programas de apoio ao emprego que apoiam – e mais! – até concedem incentivos e bonificações a quem estabelece contratos de trabalho com termo. Não faz qualquer sentido quando deviam ser discriminadas positivamente as empresas que contratam sem termo.

E nós não podemos continuar a dotar a Região e as empresas da Região com um autêntico carrocel de precariedade constituído por programas que servem para contratar barato e para despedir ainda mais barato.

Por falar em despedir mais barato: do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não ouvi qualquer resposta sobre o desafio que lancei daquela tribuna.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Foi tanta coisa que o senhor disse, a gente perdeu-se!

O Orador: Então o Governo Regional que tem no seu programa a adaptação do Código do Trabalho à Região de acordo com o que são as especificidades do mercado laboral na Região não responde ao desafio que eu fiz ali daquela tribuna?

Então porque é que pelo menos não revertem aquela que foi uma medida negociada entre o PS, o PSD e o CDS e as confederações patronais no Governo da República para que o período experimental fosse alargado?

Já imaginaram o efeito que isso terá na Região, principalmente no setor do turismo, caracterizado essencialmente e fundamentalmente por contratar a prazo, contratar muitas vezes informalmente se vier a se usufruir ou se vier ter à sua

mão, à sua disposição a possibilidade de ter períodos experimentais por demais alargados?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Esse período alargado é para contratos sem termo!

O Orador: Então aí é que vamos continuar a assistir a uma rotatividade de pessoal que será extraordinário na Região e que seria de todo indesejável.

Fico-me por aqui.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há vinte e tal anos o que motivou a minha entrada na atividade política e também na docência foi o combate à pobreza e à desigualdade, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vai falar dos resultados eleitorais!

O Orador: ... o combate à falta de oportunidades dos mais pobres, o combate ao círculo vicioso da pobreza, o combate a questões que considero que são absolutamente fundamentais como a falta de igualdade de oportunidades dos miúdos no âmbito daquele que é o seu percurso de vida. Aqueles que nascem em famílias pobres têm uma grande probabilidade de não terem um percurso de vida que lhes permita melhorar o nível de vida que tinham no âmbito das suas famílias.

Esta para mim é a principal missão, é o principal tema da minha atividade política, é o que me motiva mais: é dar a todos iguais oportunidades.

Quando abordo estas questões não entrei com a filosofia de intervenção da esquerda. A filosofia de intervenção da esquerda não resolve o problema na minha perspetiva. Desenvolve políticas assistencialistas, políticas que

promovem a dependência das pessoas em relação ao Estado e a um determinado partido.

Na minha perspetiva este problema resolve-se criando igualdade de oportunidades, mas ao lado dos apoios que são concedidos ou os apoios que são concedidos devem ser sobretudo projetados para que essas pessoas possam ter uma melhor formação, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é assistencialismo!

O Orador: ... para que essas pessoas possam ter oportunidade de exercerem funções mais qualificadas, de saírem dessas situações de pobreza.

O que nós vemos na nossa Região passados 23 anos é que o Partido Socialista durante 23 anos, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor está cá há quantos anos?

O Orador: ... com as políticas que tem vindo a desenvolver, não consegue resolver este problema.

Para mim é chocante que uma região como os Açores, que tem o potencial económico que tem, de crescimento, de resolver muitos destes problemas, não o tenham feito, não o tenham conseguido fazer ao longo de 23 anos.

Vinte e três anos é um período longo, um período de governação muito longo, que vos teria permitido resolver esta questão.

Há muitos governos que em quatro anos, oito anos, se propõem a alcançar resultados significativos e os resultados ao fim de 23 anos não são significativos.

Sra. Deputada, a Sra. Deputada diz que há um combate feroz, mas a Sra. Deputada e o seu partido, o partido que apoia, não derrubou o monstro. O monstro está aí.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas não é aqui!

O Orador: O monstro é a desigualdade tremenda que continua a persistir na nossa sociedade.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Não é verdade!

O Orador: Eu não posso aceitar que os Açores seja a região do país que tenha a maior desigualdade, em que existe maior desigualdade social. Numa região tão pequena existem poucos que têm tanto e tantos que não têm nada ou têm muito pouco.

Eu não posso aceitar isso! Numa região como a nossa em que os nossos vizinhos, aqueles que vivem ao nosso lado, há tanta gente com tão pouco e há um punhado de gente que tem tanto. Esta desigualdade social tem de ser resolvida.

V. Exa. diz ... Qual combate feroz, Sra. Deputada!

As desigualdades estão aí. Tantas crianças que não têm oportunidade, que não têm oportunidade de estudar, não têm oportunidade de ter o sucesso educativo, que não têm oportunidade de aumentar os seus rendimentos ao lado de tantas famílias que têm essa oportunidade ...

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Diga onde! Diga onde é!

O Orador: ... e a quem é que têm sido concedidas oportunidades de continuar a acumular riqueza e as desigualdades sociais que continuam a incrementar-se na nossa Região.

Deputado José Ávila (*PS*): Isso não é verdade!

O Orador: O problema, Sra. Deputada, é que as desigualdades sociais se continuam a incrementar, a distância entre ricos e pobres continua a incrementar na nossa Região. Esta é a verdade! E o que os senhores criaram foram situações de dependência de grande parte da população dos Açores em relação ao Governo e aos subsídios que são concedidos.

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): **Concretize! Falta de coragem!**

O Orador: Por isso, Sra. Deputada, eu digo-lhe não é um combate feroz ...

Deputado João Paulo Ávila (*PS*): Feroz está o senhor!

O Orador: ... e não é um combate que tenha alcançado resultados que sejam aceitáveis.

A situação de pobreza em que vive grande parte da nossa população é inaceitável. É um escândalo! Eu sinto-me indignado com esta situação e ao longo de 23 anos Vs. Exas. não resolveram este problema e é um problema que se tem incrementado, porque tem aumentado.

Deputado Carlos Silva (PS): Era só isso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 05 minutos.

Vamos então dar continuidade ao debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quatro décadas depois da nossa constituição e da afirmação de um estado de direito social em Portugal nem a democracia, nem a nossa autonomia política foram capazes de resolver as mais profundas fraquezas do nosso processo de desenvolvimento económico e social.

Só assim se compreende que os recentes dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística demonstram que é na região dos Açores que se verificam as maiores desigualdades ao nível da distribuição de rendimentos.

Em consequência, confrontada com uma distribuição desigual de rendimentos, a Região está perante uma efetiva desigualdade social que condiciona negativamente o desenvolvimento económico e as condições de vida dos açorianos.

É por isso que é hoje transversalmente reconhecido na sociedade açoriana que as políticas públicas de educação, de emprego, de combate à pobreza e de exclusão social não têm conseguido corresponder às necessidades da Região.

O abandono precoce da educação conduz à inevitabilidade de emprego pouco qualificado e tendencialmente mais precário e de menor remuneração.

A ineficácia das medidas de combate à pobreza e exclusão social perpetuam o estigma e potenciam a pobreza crónica, intergeracional e até cultural.

É assim que comparativamente com o todo nacional os dados de 2017 continuam a atribuir à nossa Região um dos lugares da cauda do risco de pobreza, o que quer dizer que um em cada quatro açorianos vivem em inequívoca privação.

É assim que os Açores são uma das regiões do país com maior desigualdade de distribuição de rendimentos. É assim que os Açores têm de longe a maior percentagem de população residente com estatuto de beneficiário do RSI, representando mais do que três vezes a média nacional.

Todos nós conhecemos a realidade em que vivemos, todos nós conhecemos a realidade dos programas de apoio ao emprego na Região.

Quantos são aqueles que andam de programa de emprego em programa de emprego a colmatar as necessidades efetivas e permanentes dos serviços, das escolas, das instituições?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: É aqui que estamos e se aqui estamos foi porque chegámos e se chegámos aqui é porque existem falhas nas políticas públicas que os sucessivos governos escolheram.

Importa, por isso, refletir sobre o caminho percorrido e fazer de hoje o nosso futuro.

Para isso é necessário o novo paradigma de políticas públicas que permitam um novo efetivo ciclo de progresso e de desenvolvimento económico e social da Região.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A história da pobreza e da exclusão social nos Açores também é a história das ocasiões perdidas, das reticências face às mudanças necessárias, e da eterna ilusão de que, ao não se levantarem ondas, países e regiões mais periféricas tenham mais a ganhar do que a perder.

Contrariamente às muitas promessas, a integração de Portugal na Zona Euro e na União Económica Monetária em nada contribuiu para a melhoria da nossa qualidade de vida, uma vez que, através da sua adesão, Portugal mais não fez do que reforçar tais instrumentos, essencialmente fundamentais ao processo de integração capitalista europeu, com objetivo de intensificar a exploração sobre quem trabalha e de aumentar o domínio económico de grandes grupos monopolistas transnacionais.

A nossa realidade regional é um reflexo da realidade nacional, com um ou outro agravamento determinado pelas particularidades geográficas do arquipélago; os problemas e as carências que numa e noutra situação se evidenciam mais não são do que o resultado, este sim inevitável, das políticas de direita constantemente disfarçadas de soluções “modernas” ou “inovadoras” que

periodicamente alteram o seu grau de intensidade, mas nunca a sua natureza.

Ao falarmos de desigualdades sociais nos Açores não podemos dissociar estas das políticas empregadas pelo próprio Governo Regional dos Açores.

O consecutivo desinvestimento ou o parco e desorganizado investimento no desenvolvimento do nosso setor produtivo; a falta de determinação em dar uma justa e necessária resposta pela via pública aos anseios e necessidades dos açorianos, como é o caso da saúde ou dos transportes, têm contribuindo para colocar a nossa Região em lugares cimeiros em índices como o de abandono escolar, consumo de estupefacientes e álcool, desemprego, fosso salarial entre os nossos trabalhadores e patrões e/ou administradores, gravidez em idades precoces, pobreza, suicídio, e por aí diante.

Enquanto os programas do Governo Regional não abrirem portas a um caminho de desenvolvimento e de justiça, os Açores não conseguirão acabar com a fome, a pobreza e a desigualdade.

Continua a ser o tempo de investir nos nossos serviços públicos e em todos os setores fundamentais para o nosso desenvolvimento. A agricultura e as pescas continuarão a ser - e devem continuar a ser - dois dos maiores pilares da nossa economia, não podendo, deste modo, haver desinvestimento nestes setores em detrimento de outros que podem utilmente surgir, certamente, mas que nunca devem ser privilegiados em detrimento das atividades primárias.

Garantir que estas atividades produtivas tenham um investimento e um tratamento condignos significa, ao mesmo tempo, garantir a nossa soberania alimentar e criar trabalho. Investir na nossa Educação, que significa muito mais do que a simples aquisição de meras competências técnicas, não só faria com que os nossos jovens tivessem capacidade de encontrar o seu lugar num mercado de trabalho tão disperso e competitivo, mas criaria cidadãos integrais, críticos, capazes de pensar e argumentar.

Porque não há receitas mágicas que consigam colmatar de imediato as enormes desigualdades sociais que perduram na Região, sem nunca perder de vista o seu projeto social geral, o PCP nos Açores continuará a empenhar-se nos temas e nas alterações que reconhece serem estruturantes em vista da criação de um tecido económico e social sustentado, que relance a dinâmica evolutiva que deve existir entre as gerações.

Numa Região em que larga parte dos subsídios sociais de inserção é atribuída a pessoas que trabalham, mas que apesar disto não conseguem fazer face às necessidades próprias e das suas famílias, devido aos baixos salários praticados, insistimos na capacitação económica das populações, que elevando o poder de compra reforçaria desde logo muitas atividades económicas locais e regionais.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por estas e por outras razões, o PCP nos Açores também continuará a sua luta para que as suas medidas (concretas e com base na realidade dos Açores) sejam aprovadas, tais como: a valorização dos trabalhadores e do trabalho com a subida do acréscimo regional ao salário mínimo nacional de 5% para 7,5%; o aumento das pensões e reformas; maior investimento na Educação; aumento do investimento no Serviço Regional de Saúde; reforço do investimento público na SATA e garantia da manutenção do seu controlo público; defesa e promoção da produção regional e dos setores produtivos; entre muitas outras que melhoram a vida de todos.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o João Bruto da Costa diz que isso é assistencialista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Comecei a minha primeira intervenção por transmitir aquilo que vai ser a minha postura até ao final deste debate, ou seja, que ele seja feito com serenidade e também com muita seriedade e é por isso que a mim me custa, confesso, ouvir aqui intervenções requeitadas, discursos iguais, repetindo argumentos iguais para situações completamente diferentes, sejam elas no tempo ou no espaço.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, eu queria exatamente começar por aqui, fazendo-nos eventualmente recuar um pouco no tempo, para lembrar a todos que a credibilidade se constrói com a nossa ação do dia a dia e o Sr. Deputado João Bruto da Costa mencionou aqui um estudo que eu ainda não tive oportunidade de ler, mas que o farei com certeza, porque crescemos todos (à partida!) quando lemos e interpretamos de forma adequada aquilo que está escrito e dúvidas com certeza não restarão sobre a credibilidade do Prof. Carlos Farinha Rodrigues que fez um estudo recente sobre desigualdades de rendimento e pobreza em Portugal e foi exatamente um estudo que refletiu sobre o impacto das políticas de ajustamento que decorreram entre 2009 e 2014.

Lembra-se com certeza o Sr. Deputado quem governava o país nessa altura, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E antes também!

A Oradora: ... era o Partido Social Democrata, e lembra-se com certeza também das medidas que foram adotadas e que dizem daquilo que são as opções políticas do seu partido e como consequência da ação política do seu partido o estudo diz que a propósito de pobreza monetária: ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe que era um acordo da Troika!

A Oradora: ... “As consequências da profunda crise económica e do processo de ajustamento traduziram-se não somente num acréscimo da população em situação de pobreza, mas igualmente numa pronunciada deterioração dos recursos da população pobre.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Por acaso li esse estudo!

A Oradora: Entre 2009 e 2014 a taxa de pobreza aumentou, fazendo com que o número de indivíduos pobres em Portugal, naturalmente aumentasse.

A intensidade da pobreza regista um aumento muito acentuado subindo mais de seis pontos percentuais nesse período” e para concluir as citações o estudo apresenta ainda, revela ainda que ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse de 2009!

A Oradora: 2009-2014.

... esta situação do processo de ajustamento e, portanto, das opções políticas que foram tomadas nesse período “condicionaram de forma distinta a população idosa e as crianças”, de forma mais grave neste caso nas crianças do que nos idosos.

Portanto, estão os idosos mais bem protegidos.

Diz o estudo: “Para as crianças e jovens o processo de ajustamento foi profundamente penalizador, conduzindo a um agravamento de 2.4% na taxa de pobreza.”

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

A Oradora: Eu trago isto aqui por duas razões.

Este estudo foi feito para Portugal, dir-me-á com certeza e não reflete exclusivamente sobre a realidade dos Açores. É um facto. Mas os Açores são Portugal e os Açores são (e falou em demografia e em índices demográficos e eu também gostava de lhe dizer qualquer coisa a propósito de demografia) de facto a região do país com maior percentagem de crianças e como tal foi uma das regiões que mais se sentiu e ressentiu das políticas adotadas pelo Governo da República entre 2009 e 2014.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Governo Regional de Carlos César dizia que não!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Fale do estudo!

A Oradora: Portanto, quanto a credibilidade das intenções e das opções do seu partido penso que ficamos, com certeza, falados.

Quanto à credibilidade da sua intervenção e a abordagem aos números que faz eu também gostaria de lhe dizer qualquer coisa.

O Sr. Deputado falou em gravidez na adolescência como sendo um flagelo e um problema e com certeza que é. É no mundo, no país, sobretudo para as pessoas, para as jovens adolescentes que engravidam numa fase precoce da sua vida, onde ainda deveriam estar a estudar e fazer um percurso escolar com certeza que de alguma forma condicionado por essa circunstância.

A esse propósito eu queria dizer-lhe que também não é sério que se aborde a questão nos termos em que foi abordada aqui, até porque o Sr. Deputado sabe e muito que em 2007 a taxa de gravidez na adolescência era quase 33 por mil. Em 2017 era já de 15 por mil e em 2018 é de 10 por mil. Ou seja, há um caminho, Sr. Deputado, e há um caminho claramente no sentido e em resultado das políticas que nesta matéria um conjunto de profissionais da área de saúde e da área da solidariedade social desenvolvem. Há um com uma componente que o Sr. Deputado ignora em toda a sua intervenção: é que há aqui uma parcela substancial que decorre da vontade das famílias e do exercício individual de cidadania de cada um daqueles que contribui para estas estatísticas. Portanto, isso é muito relevante. Há também aqui um entendimento e a correspondente ação das famílias e dos indivíduos que beneficiam do trabalho de um conjunto de técnicos.

Mas também lhe queria dizer, Sr. Deputado, a propósito de Rendimento Social de Inserção. Desta vez achei interessante, é que o Sr. Deputado não falou em números. Vai-se lá saber porquê! Ou se calhar vai-se saber porquê!

O Sr. Deputado mencionou o Rendimento Social de Inserção sem mencionar números desta vez. Talvez seja porque estamos há 19 meses consecutivamente

com redução do número de beneficiários e do número de titulares de Rendimento Social de Inserção. Será por este facto, Sr. Deputado?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: As taxas de beneficiários de Rendimento Social de Inserção serviram durante anos como arma de arremesso do seu partido e de eventualmente outros que aqui se encontram ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Arma de arremesso!?

A Oradora: ... como refletindo aquilo que são tendências.

Bom, há aqui uma tendência. Era importante que o seu partido refletisse também sobre ela.

Por fim, relativamente a abandono escolar precoce, isto também a propósito de credibilidade. Sim, ainda temos o abandono escolar precoce acima da média nacional, mas reconhecerá com certeza comigo que muito mais próximos hoje em dia, à distância de um ponto percentual, daquilo que é a média nacional.

Portanto, há um caminho, há um percurso que é feito em benefício daquelas que são as nossas crianças e jovens.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está explicado!

A Oradora: Sr. Deputado Paulo Mendes, agradecendo não só o facto de trazer neste dia este tema, que é um tema que penso que merece de todos uma reflexão, como já disse aqui, séria e serena e de o fazer exatamente desta forma, de forma séria e serena, trazendo ao debate questões verdadeiramente importantes como o direito à habitação (e eu queria louvá-lo por esse facto) e também a abordagem às questões que tem a ver com a empregabilidade, o

mercado de emprego, que são verdadeiramente relevantes para discussão que aqui se pretende fazer.

Falar de desigualdades sociais é naturalmente falar de pobreza monetária, mas é também falar de privação material e na minha intervenção inicial tentei abordar as duas dimensões do problema, quer no domínio da pobreza monetária, quer no domínio da privação material.

O Sr. Deputado na sua intervenção inicial falou do índice de Gini e já houve mais quem aqui falasse a esse propósito e eu própria na minha intervenção assumindo que houve uma evolução menos positiva desse indicador de 2014 a 2017, mas é importante que também nesse domínio tenhamos em consideração que esse indicador não considera apoios não monetários, designadamente aqueles a que eu fiz referência na minha intervenção, os que dizem respeito aos descontos nas creches, ao incentivo ao arrendamento e outros que contribuem para melhorar rendimento disponível das famílias, mas não têm impacto nesse indicador.

Gostava também a propósito ainda daquilo que o Sr. Deputado trouxe aqui, a propósito de habitação, de lhe dizer que com certeza haverá um caminho a fazer e prova disso foram as recentes alterações que propusemos aqui, a esta Assembleia, ou programas novos inclusivamente de promoção da reabilitação de habitação degradada, ou de obtenção de habitação por outras vias, mas sem prejuízo de todo o esforço que ainda temos de continuar a fazer nessa matéria é importante que tenhamos consciência do ponto a que chegamos e que nos encontramos.

É interesse talvez refletir que na Região temos uma oferta de habitação social, incluindo a renda apoiada e a opção de compra que nos permite ter uma taxa de cobertura regional de 4,35% nestes domínios, enquanto que a nível nacional a taxa de cobertura é de 2,77.

Portanto, mesmo nestes domínios a Região tem um trabalho e um caminho feito e penso que é um caminho relevante. Isto a média regional, porque se nos focarmos na ilha Terceira e na ilha de São Miguel temos taxas de cobertura ao nível da habitação social e opção de compra superior a 5%.

Mas ainda sobre habitação importa também dizer que estas 1.600 famílias que beneficiam do incentivo ao arrendamento, para estas famílias são canalizados 2 milhões e 650 mil euros por ano de recursos para apoiar a renda. São recursos que as famílias não despendem no acesso e no direito à habitação e penso que este aspeto é naturalmente também muito importante.

Sr. Deputado Paulo Mendes, penso que também me colocou uma questão que dizia respeito aos contratos a prazo e aos contratos sem termo. De facto, não abordei esse aspeto na minha intervenção inicial, abordei outro aspeto que tinha a ver com a contratação a tempo parcial e a tempo inteiro, mas também penso que é importante analisarmos essa questão que nos traz, porque é uma questão de facto relevante e muito importante no domínio das desigualdades. Também para dizer que até a esse nível há aspetos positivos, como seja o facto de termos tido entre o segundo trimestre de 2018 e o segundo trimestre (comparando os dois trimestres) de 2019 mais 1.556 pessoas contratadas sem termo. Isso é um aspeto positivo, porque aquelas que foram contratadas sem termo, o número de pessoas contratadas sem termo foi superior ao número de pessoas contratadas com termo. Isto é revelador de uma tendência, penso que de uma tendência importante, mas com certeza que também neste domínio temos que continuar a trabalhar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições ainda para participar no debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para que o debate não terminasse aqui. Um debate sobre esta matéria é demasiado importante. Todos temos o dever de ter coisas para dizer, todos temos o dever de acrescentar algo a este debate, todos temos o dever de insistir no debate desta matéria e o que eu quero dizer e quero reiterar é que a Sra. Secretária avançou com alguns dados em relação a esta matéria e mostrou-se muito agradada. Mas o que eu lhe quero dizer, Sra. Secretária, é que eu estou profundamente descontente com os resultados que V. Exa. ...

Deputado Francisco César (PS): Está a falar dos seus resultados eleitorais?

O Orador: ... agora apresentou de forma eufórica.

O que eu lhe quero dizer, Sra. Secretária, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Vai tirar conclusões dos resultados eleitorais?

O Orador: ... é que os resultados alcançados por parte do Governo Regional no âmbito da luta contra a pobreza na Região Autónoma dos Açores não são aceitáveis e não são aceitáveis enquanto formos a região mais pobre do país e não são aceitáveis enquanto as desigualdades sociais forem as mais profundas do país. Estes resultados são inaceitáveis.

Diz V. Exa. que “a nossa estratégia está a ter sucesso, que estamos a alcançar sucesso no caminho que estamos a percorrer.” Não estamos, porque continuamos no sítio de onde há 23 anos partimos, continuamos a ser a região do país com maiores desigualdades sociais e por isso o progresso é zero.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Não estamos!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: É zero do ponto de vista relativo.

O que eu lhe quero aqui dizer, Sra. Secretária, é (utilizando aqui o direito à indignação que foi popularizado pelo fundador do partido socialista e muito bem) que quero aqui manifestar a minha indignação com os resultados que a Região Autónoma dos Açores continua a ter no âmbito do combate à pobreza, pela falta de oportunidade de muitos dos nossos jovens oriundos das famílias mais desfavorecidas. Estou muito descontente, estou indignado com os resultados da pobreza que permanecem na Região Autónoma dos Açores ao longo de todos estes anos e que as alterações que se realizaram não são minimamente aceitáveis, não são um resultado aceitável.

Eu termino, Sra. Secretária, dizendo-lhe que há muito mais que se pode fazer. Há muito mais que se pode fazer, sobretudo fornecendo àquelas crianças, aos jovens oriundos das famílias mais desfavorecidas uma igualdade de oportunidades efetiva. Efetiva!

É isso que lhes falta neste momento e é isso que Vs. Exas. não têm conseguido desenvolver com as vossas políticas.

Deputada Sónia Nicolau (*PS*): Não é verdade, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para clarificar uma falsidade dita pela Sra. Secretária Regional.

Não, não é verdade ...

Deputado Francisco César (*PS*): Falsidade?!

O Orador: Sim, é falso! Não, não é verdade que os dados dos beneficiários e famílias de RSI venham a descer há 19 meses consecutivos. Não, não é verdade!

Em janeiro deste ano existiam 6.293 famílias, em fevereiro 6.323. Em janeiro deste ano 17.461 beneficiários, em fevereiro 17.531, mas o problema não é a flutuação mais ou menos positiva ou negativa destes números.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas quando é para atacar ...!

O Orador: O problema mesmo, Sra. Secretária, é que não saímos destes valores, que é a maior taxa de incidência do RSI no país e que vamos continuar a ter, porque efetivamente o seu Governo, V. Exa. e o partido que o sustenta continuam a usar e a beneficiar desta condição de desigualdade para terem o seu abono eleitoral.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor sabe perfeitamente que o que está a dizer não é verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Muito rápida a minha intervenção e faço-o aqui porque de facto consideramos que a saúde é um dos fatores que intervém positiva e favoravelmente na questão das desigualdades e no combate às desigualdades.

Porque aqui já foi abordado, particularmente pelo Sr. Deputado João Costa esta questão, não vou entrar em descrições, nem em pormenores rápidos, mas só

para dizer que o caminho que o Governo tem seguido nesta matéria é um caminho seguro e é um caminho que vai ser percorrido com novas alterações do paradigma da prestação de cuidados.

Nós apostámos seriamente na promoção e na prevenção da doença pela integração e pelo ingresso de profissionais de saúde, sobretudo de medicina geral e familiar, mas mais nas unidades de saúde de ilha de psicólogos, de nutricionistas, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... de técnicos de fisioterapia, alargámos o leque para prestarmos cuidados de qualidade aos nossos cidadãos.

E mais! Percorremos um caminho que é elogiado a nível nacional, porque conseguimos baixar a taxa de mortalidade infantil na Região, conseguimos também aumentar e atingir quase em 100% aquilo que é a vacinação das nossas crianças e jovens.

É uma medida de prevenção e de promoção que muito contribui também para o combate às desigualdades.

Por fim, dizer que sob o ponto de vista de acesso aos cuidados de saúde todos nós sabemos que aumentámos a produção, quer nas unidades de saúde de ilha, quer nos hospitais. Porquê?

Porque trabalhamos mais e temos mais recursos humanos que facilitam e que melhoram a acessibilidade dos açorianos e das açorianas a cuidados de saúde de qualidade, a cuidados de saúde humanizados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra para participar no debate, certo?

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Bem, o Partido Socialista continua sem dar resposta àqueles que foram os desafios que o nosso grupo parlamentar fez daquela tribuna e acrescento mais um, que estava implícito aliás na minha intervenção inicial, assim como na minha segunda intervenção, que é transformar os programas de promoção de precariedade que existem neste momento na Região em verdadeiros programas de promoção de emprego e para isso basta uma medida: acabar com quaisquer incentivos que sirvam para premiar empresas que contratem a termo.

Segundo desafio que lancei e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu não dar resposta e que, aliás, faz parte do programa do Governo, ...

Deputado José Ávila (PS): Agora falta ver se o PSD concorda com isso!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Ainda não acabou o debate!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não seja precoce!

O Orador: ... tem a ver com a adaptação à Região do Código de Trabalho de forma a pelo menos reverter o alargamento do período experimental que foi recentemente aprovado na República. Se o Partido Socialista não responde positivamente a esse desafio então fique sabendo que o nosso grupo parlamentar apresentará uma proposta nesse sentido.

Ainda sobre desigualdades sociais e sobre (e aqui muito concretamente) pobreza.

Sabendo que a pobreza afeta na Região sobretudo aqueles de idade mais avançada nós apresentaremos também uma anteproposta de lei para que se alterem os critérios de acesso ao Complemento Solidário para idosos de forma a excluir os rendimentos dos filhos do cálculo de rendimentos.

Assim me fico, porque penso que não tenho muito tempo, mas acho que foram desafios que lançámos ao Partido Socialista. O Partido Socialista não deu resposta e se não dá resposta nós damos resposta aos açorianos e açorianas.

Obrigado.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O debate ainda não acabou!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): O senhor pode não estar com tempo, mas nós ainda temos tempo para responder!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo pede a palavra para se inscrever? Não ...

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Para uma interpelação. Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: O intervalo é regimental.

Vamos interromper os nossos trabalhos agora.

Regressamos às 15 horas.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos restantes são os seguintes: Governo Regional dispõe de 3 minutos e 46 segundos; o PS de 23 minutos e 6 segundos; o PSD de 9 minutos e 51 segundos; o CDS de 12 minutos e 24 segundos; o Bloco de Esquerda de 1 minuto e 58 segundos; o PCP de 4 minutos e 51 segundos; o PPM de 1 minuto e 36 segundos; e a Deputada Independente de 5 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 36 minutos.

Presidente: Muito boa tarde.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

No âmbito do debate de urgência sobre “Desigualdades sociais nos Açores” requerido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a Mesa ainda tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito do repto que a Sra. Secretária fez de um debate sereno nós estamos exatamente aqui para isso e há uma matéria que foi falada por si que acho que é importante repor no seu conjunto a situação. A verdade é que se entre 2014 a taxa de desemprego baixou substancialmente, se é verdade que o número de desempregados baixou substancialmente, a verdade é que o Governo que governou a partir de 2014 também foi o mesmo Governo que entre 2008 e 2007 também governou e que, portanto, teve responsabilidade naquilo que foi o aumento da taxa de desemprego. Por exemplo, entre 2008 que era de 5.6 e que ainda antes de Passos Coelho chegou a quase 11% no segundo trimestre de 2011.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Portanto, se alguém quer ter os louros daquilo que foram resultados positivos também tem de assumir a responsabilidade daquilo que foram os resultados negativos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Nós reconhecemos! Os senhores é que nos criticam quando os resultados são piores, mas quando o mérito é nosso não o reconhecem!

O Orador: Para além disso os instrumentos disponíveis a partir de 2014 também existiam antes de 2014. Portanto, se tivessem existido políticas eventualmente semelhantes às que existiram depois de 2014, seguramente que a Região não teria chegado aos 18% de desemprego que atingiu no primeiro trimestre de 2014.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Num contexto terrível, numa crise terrível, Sr. Deputado!

O Orador: Mas há outra questão que é importante: se por um lado esse esclarecimento é importante ... Eu tentava fazer um debate sereno respondendo ao desafio da Sra. Secretária, mas isso não está a ser possível, mas vou insistir ...

A verdade é que passado esse período e comparando a situação atual nós verificamos que enquanto que o país recuperou os seus níveis de desemprego ao período antes da crise, a Região nos dois últimos dois anos e meio tem andado num intervalo entre os 8 e 9%. Concretamente nos últimos sete trimestres tem taxas de desemprego superiores ao país consecutivamente e nos últimos 22 trimestres só em quatro trimestres teve uma taxa de desemprego superior à do país. Esta questão é relevante, porque significa que nós não estamos a conseguir repor a situação que existia antes da crise e é bom que não se vire a costas a isso.

Depois há particularidades que são importantes. A Região tem neste momento (e reduziu é verdade!) quase quatro mil trabalhadores em programas ocupacionais que estão financiados por fundos comunitários ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): E quantos é que eram em 2017?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e a Região afetou 100 milhões de euros de fundos comunitários em financiamento por programas ocupacionais. Não estamos a pôr em causa o

direito à dignidade que as pessoas tinham, o que colocamos em causa é o efeito reprodutivo desse dinheiro.

Portanto, é um dinheiro que caiu uma vez e que não criou riqueza.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E mais grave: não deu formação às pessoas que pudessem dar resposta àquilo que são as necessidades do mercado atualmente. Ou seja, temos 7 mil desempregados inscritos no centro de emprego, temos cerca de 4 mil ocupacionais e ainda assim há setores de atividade que não conseguem encontrar mão de obra, o que significa que não se fez uma requalificação que a economia necessitava.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

(Berto Messias): Ah, agora não há mão-de-obra!

O Orador: Outra questão que é importante e não podemos esquecer e a Sra. Secretária falou que no segundo trimestre de 2019 (e é verdade) havia 114 mil pessoas empregadas.

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Cardoso):* Mais agora, portanto!

O Orador: Mas recordo que no terceiro trimestre de 2008 havia 113 mil pessoas empregadas ...

Secretária Regional da Solidariedade Social *(Andreia Cardoso):* Em 2008!

O Orador: ... e a população ativa feminina era inferior à que existe hoje em cerca de 10 mil mulheres, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, para um mercado de trabalho mais reduzido, para uma força ativa mais reduzida havia quase as mesmas pessoas empregadas em 2008. Outra questão relevante: entre 2008 e 2018, comparando o final do ano, há menos quatro mil ativos do género masculino. Enquanto que a população

feminina ativa aumentou, a masculina diminuiu. Isso significa que há quatro mil açorianos que saíram da Região, como já foi dito pelo Bloco de Esquerda, à procura de emprego. Portanto, se nós juntarmos os ocupacionais, os desempregados e aqueles que abandonaram a Região nós não podemos virar as costas a um problema que é real e que existe e essa questão digo de uma forma construtiva.

Por outro lado, não podemos esquecer também o desemprego jovem que neste momento são 10 pontos percentuais superior à do país e tem sido nos últimos trimestres.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): A isso se chama desespero!

O Orador: Portanto, nós temos um problema de desemprego jovem grave que tem de ser encarado com realismo. Esta é uma questão relevante.

Neste momento o país tem uma taxa de desemprego inferior à que tinha antes da crise, a Região não tem, tem superior e tem-se mantido nesta legislatura entre os 8 e 9% com oscilações. É um inquérito. Não vamos valorizar muito mais uma décima, menos uma, mas não baixa dos 8%.

Outra questão que a Sra. Secretária não falou, mas falou a Deputada Renata e tem sido recorrente, é que essa situação negativa para a Região a culpa é sempre dos governos de Passos Coelho e da austeridade e nós reconhecemos que sim.

Deputado Carlos Silva e Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso é bom reconhecer!

O Orador: Que há medidas de austeridade *a posteriori*, mesmo na altura, que muitos de nós não concordaríamos, mas é bom recordar o seguinte: a austeridade não começou com Passos Coelho. Tenho que recordar, Sra. Deputada Renata Botelho, algumas das medidas de austeridade que foram implementadas pelo Governo de Sócrates em 2010 e vou recordar.

Vou começar por algumas: primeiro, congelamento de admissões e progressões na carreira da função pública, 2010, governo de José Sócrates;

É aprovado um aumento do IVA de todas as taxas em 1%, nomeadamente a taxa geral de 20 para 21;

É aprovada a tributação de mais valias bolsistas em 20%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): José Sócrates!

O Orador: Em 2011 ainda com o governo de José Sócrates os funcionários públicos com vencimento superior a 1.500€ mensais tiveram um corte nos seus salários entre 3,5 e 10%;

Todos os rendimentos foram afetados pelo congelamento da dedução específica em IRS;

As pensões foram congeladas, incluindo os beneficiários de pensões mínimas;

A taxa normal do IVA subiu para 23%, de 21 para 23% e foi alargado o conjunto de bens sujeitos à taxa normal;

As taxas moderadoras passaram a incidir sobre os desempregados e pensionistas com rendimentos superiores ao salário mínimo nacional.

Mas isso foi o que o governo de Sócrates implementou enquanto lá esteve, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Depois houve um buraco negro!

O Orador: ... e depois há o Pack IV que não foi aprovado. E o que é que previa o Pack IV?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Que desespero!

O Orador: Também é bom recordar isso.

Eu vou citar algumas das medidas do Pack IV que foram chumbadas ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Ainda bem que Passos Coelho fez tudo bem!

Deputada Graça Silva (PS): Os senhores queriam reverter isso tudo!

O Orador: ... e começo pelo corte das pensões. Uma das medidas contidas no Pack IV (e a Sra. Deputada gosta muito de falar nas pensões) o corte nas pensões acima de 1.500€ através da aplicação da contribuição extraordinária de

solidariedade, sendo que esta medida permitirá uma redução na despesa de 0.25% do PIB;

Aumentar moderadamente as pensões mais baixas em 2012, abandonando a regra automática da isenção à infração.

Depois, há medidas mais graves: a suspensão dos benefícios fiscais para os créditos depois de 2012.

São tudo medidas que estavam no Pack IV que foi chumbado.

O Governo estimou com as suas medidas ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nós somos testemunhas abonatórias do Passos, vocês do Sócrates!

O Orador: ... poupar 450 milhões de euros na rede escolar com a melhor eficiência das aquisições por parte das escolas.

O aumento dos transportes o Governo preparou a atualização extraordinária das tarifas com um ganho que representaria 0,1% do PIB.

Outra das medidas que estava prevista no Pack IV: a reorganização das urgências nas áreas metropolitanas, reduzindo os gastos na saúde.

O aumento do salário mínimo foi colocado em causa em função da atividade económica e o próprio critério de subsídio de desemprego foi colocado em causa pela sua alteração através de carta.

Oh, Sra. Deputada, só para lhe dizer o seguinte: não é correto, nem intelectualmente correto quando se atira a crise para a culpa de um governo, esquecendo aquilo que foram as medidas do governo que o precedeu, nem entrando sequer nas causas da crise económica do país.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso, vocês defendam o Passos Coelho!

O Orador: Portanto, acho que naquilo que foi o desafio da Sra. Secretária de um debate sereno fazia sentido expor aqui estas razões que tornam o debate mais sério e mais rico.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

O Orador: Sra. Presidente!

Presidente: Quando os Srs. Deputados quiserem deixar o Sr. Deputado Carlos Silva falar, ele falará.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu percebo o incomodo do PSD com as próprias declarações do Deputado António Vasco, porque é bem notória a diferença de postura entre as intervenções que foram realizadas pelos próprios intervenientes do PSD.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual deles?

O Orador: Relativamente ao que disse aqui o Deputado António Vasco, ele contradiz-se no fim. Começa a sua intervenção acusando o Governo Regional da culpa do desemprego, da culpa do desemprego jovem e termina a sua intervenção dizendo que não se deve imputar responsabilidades a um Governo. Portanto, demonstra bem o desnorte que anda nesta bancada.

Há uma outra matéria relevante ...

Sr. Deputado, se quiser podemos falar desse e de outros assuntos.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PSD e do PS)

O Orador: Sr. Deputado, posso continuar ou continuo a incomodar?

Este debate é uma matéria que é importante para os açorianos. O combate às desigualdades é um combate que não deve ser só apenas do Partido Socialista e do Governo Regional, deveria de ser uma missão de todos os partidos aqui presentes, mas aquilo que vimos até agora, e principalmente daquele que se diz o maior partido da oposição é muito pouquinho.

Até agora medidas concretas zero. Zero!

O PSD nada trouxe a este debate.

Deputada Mónica Seidi (PSD): O que é que o senhor trouxe?

O Orador: Pelo menos enalteço a postura do Bloco de Esquerda que apresentou aqui propostas concretas, fez o seu diagnóstico, concordemos ou não, não é isso que está em causa, e apresenta propostas concretas. Esta é pelo menos uma postura digna e que contribui efetivamente para melhorar o nível de vida dos açorianos.

Em relação a algumas declarações que foram aqui ditas e que é importante refutar.

O Deputado Bruto da Costa demonstra de forma recorrente um complexo e um preconceito com os açorianos que recebem o Rendimento Social de Inserção. Há um complexo evidente na sua postura, há um ataque feroz aos açorianos que passam por momentos difíceis, que auferem o Rendimento Social de Inserção como uma medida digna e uma medida eficaz no combate às desigualdades. Esta é uma medida importante e aquilo que o senhor veio aqui fazer ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se é com essa falsidade que vai ganhar votos continue!

O Orador: ... é atacar os açorianos que passam por momentos difíceis, é atacar os açorianos que auferem o RSI, acusando-os de se venderem por votos. Foi aquilo que o senhor fez não apenas agora ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que é demagogia!

O Orador: Não o fez apenas hoje, já o tinha feito no passado. Já foram motivo de protesto as suas intervenções nesta Casa, ...

Deputado António Almeida (PSD): Serviu de muito!

O Orador: ... mas o senhor continua a fazer de forma recorrente achando que é o caminho certo. Continue neste caminho que os açorianos saberão efetivamente demonstrar o seu apoio ou não. Continue no caminho certo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas o Sr. Deputado Bruto da Costa que veio aqui pregar que está preocupado com a desigualdade social, mas efetivamente o que é que o PSD tem feito e tem proposto nesta Assembleia?

Propõe a redução do IRC sobre o lucro das empresas, medida que é exatamente o contrário do combate às desigualdades sociais.

Acusa o Partido Socialista e o Governo de adotar medidas assistencialistas, de propor subsídios e outras medidas de apoio social, mas o que é que faz o PSD a este respeito?

Vem propor o aumento do Complemento Regional de Pensão e muito recentemente veio propor aquilo que o senhor designa de medida assistencialista: propor o aumento do subsídio de Fundopesca. Isso é

exatamente o desnorte e contrariar aquilo que dizem num momento e apresentam noutra. É exatamente essa postura.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sabe porque é que é preciso? Por causa das más políticas do Governo!

O Orador: Diz ainda e esquecem o Deputado Bruto da Costa e o Deputado António Vasco que o governo do Partido Socialista desde a primeira hora adotou como prioridade no combate às desigualdades sociais a redução dos impostos sobre o trabalho.

Isso é evidente naquilo que aconteceu em 2015 e tem acontecido de forma recorrente quer aqui, quer na República, com medidas muito concretas na redução dos impostos sobre os salários.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai falar outra vez na carga fiscal?

O Orador: É bom lembrar que a sobretaxa foi extinta com o governo do Partido Socialista, é bom lembrar também que o Governo da República tem vindo a reduzir a taxas de IRS, tem vindo a promover a progressividade e com isso, promovendo a progressividade, atualizando os escalões, combate eficazmente as desigualdades sociais e permite uma redistribuição mais justa dos rendimentos e isso são medidas muito concretas e têm sido as prioridades dos partidos socialistas quer aqui, quer na República. **Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, aquilo que veio aqui a debate de medidas de discussão sobre aquele que é um problema que afeta não apenas os Açores, mas é um tema e um assunto que tem vindo a ser discutido a nível mundial, que é o assunto das desigualdades. É bom lembrar que recentemente foram premiados economistas com Prémio Nobel exatamente por colocarem na agenda a discussão sobre as desigualdades sociais e a promoção de inclusão e do combate à pobreza.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Cardoso*): Muito bem!

O Orador: É um tema que é mundial, não é apenas um problema que se assiste na Região Autónoma dos Açores.

É também bom lembrar que é o próprio desenvolvimento e é o próprio crescimento económico que gera desigualdade e cabe, como é óbvio, aos governos criar e aplicarem medidas que combatam essa desigualdade, mas isso é um problema transversal.

Mas a este respeito e exatamente por essa razão, por abordar esta razão, que é importante lembrar aqui algumas medidas que foram tomadas pelo Governo Regional, que é suportado pelo Partido Socialista, e que tem vindo ao longo destes anos a traçar e a aplicar medidas concretas no combate à desigualdade.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não acredita nisso!

O Orador: Falo, em primeiro lugar, do crescimento do PIB na nossa Região que tem permitido gerar riqueza e gerando riqueza tem permitido criar emprego e a criação de emprego é uma das principais medidas de combate à desigualdade ...

Deputada Renata Correia Botelho (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... e é um fator muito concreto.

Já foi aqui dito pela Sra. Deputada Renata e também pela Sra. Secretária que nunca tivemos tantos açorianos empregados na nossa Região como temos hoje. São cerca de 115 mil açorianos empregados e isso contradiz aquilo que disse o Deputado António Vasco. Este é um fator diferente daquele que se registava antes da crise. Antes da crise tínhamos menos açorianos empregados. Hoje temos muitos mais açorianos empregados.

É verdade que a taxa de desemprego não está a níveis inferiores àquele que se regista a nível nacional, mas há uma trajetória claramente descendente. Em pouco mais de quatro anos passámos de 18 para 8,2% de redução na taxa de

desemprego e isso demonstra um caminho e os açorianos sabem reconhecer esse caminho que tem vindo a ser seguido.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas também foi aqui abordado o assunto dos programas ocupacionais. Creio que a Deputada Catarina Cabeceiras falou, mas também esqueceu-se de reconhecer (pelo menos o Deputado António Vasco fez) que em pouco mais de três anos há uma redução de 40% dos açorianos que frequentam programas ocupacionais e isto acontece ao mesmo tempo que a taxa de desemprego reduz e que a população empregada aumenta.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Muito bem!

O Orador: São tudo fatores que contrariam as acusações que a Sra. e os Srs. Deputados da oposição muitas vezes fazem ao Governo e ao Partido Socialista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Diga isso às pessoas!

O Orador: Também é bom lembrar que são os próprios deputados e alguns que até são presidentes de junta da oposição que são os mesmos que solicitam cada vez mais pessoas para frequentar programas ocupacionais, mas que vêm aqui criticar ...

Não estou a dizer que é o seu caso, mas que vêm aqui criticar quando eles existem.

Portanto, os programas ocupacionais dão dignidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Eu percebo o incomodo.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do PSD)

O Orador: Sr. Deputado Jaime Vieira, não há nenhum mal em pedir programas ocupacionais para a junta de freguesia. Reconhece a importância do programa

ocupacional e reconhece que este programa dá dignidade a quem está inserido nele. Portanto, não há que ter vergonha disso, Sr. Deputado Jaime Vieira.

Também é aqui importante realçar uma vez mais que se há partido que tem um património no combate às desigualdades sociais e no aumento dos salários nesta Região e também na República são os governos do Partido Socialista.

Em quatro anos o salário mínimo aumentou cerca de 20% e é bom relembrar que antes disso este esteve congelado durante alguns anos e isso é uma medida muito eficaz no combate à desigualdade social ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... e no aumento do rendimento das famílias.

Além disso, também foi aqui abordado pelo Deputado Paulo Mendes que o Governo Regional dos Açores não tem programas de apoio à contratação sem termo, mas é mentira, Sr. Deputado. Não é verdade aquilo que diz e não é verdade e vou citar aqui uma Resolução do Conselho de Governo n.º 140/2017, de 6 de dezembro de 2017, vou resumir, mas diz que “cria o programa de estabilidade laboral permanente” e que se aplica a empresas que promovam a criação de emprego sem termo. Isso é muito concreto e é uma medida que tem sido muito eficaz na criação de emprego e na criação de emprego estável e permanente e já foi aqui abordado pelo Sr. Vice-Presidente que desde a sua implementação no início de 2018 são cerca de mil pessoas que já foram abrangidas por esta medida e que por esta via têm um contrato de trabalho estável, sem termo, promovendo assim dignidade e estabilidade no seu posto de trabalho. Isto é uma medida muito concreta e poderei entregar à Mesa para distribuir se assim o quiser.

Termino esta intervenção ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso faz bem, terminar!

O Orador: ... realçando as medidas e o papel que o Partido Socialista tem tido nesta Região no combate à desigualdade: falamos de salários, falamos de

emprego, falamos de desenvolvimento sustentável e de criação de condições dignas de bem-estar das famílias, falamos também no rendimento disponível das famílias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foram as políticas de V. Exas. que criaram essa desigualdade!

O Orador: É bom lembrar uma vez mais que os Açores têm o rendimento disponível das famílias superior à média nacional e isso acontece por duas razões muito concretas.

Acontece por duas razões muito concretas: acontece porque o IRS é mais baixo na Região Autónoma dos Açores e acontece por uma razão que o Sr. Deputado Bruto da Costa apelida de assistencialista, que são as transferências sociais e que têm um impacto muito significativo na redução da pobreza, na promoção da inclusão social e no combate à desigualdade social.

Deputada Graça Silva (PS): E na vida das pessoas!

O Orador: É um fator reconhecido por especialistas nesta matéria como uma medida muito eficaz na promoção de medidas de melhoria dos rendimentos das famílias e é por isso que o rendimento disponível é superior já à média nacional. Também importa lembrar que no período entre 2000 e 2017 os Açores foram a única Região do país que convergiu com a média nacional e isso foi aqui menosprezado e esquecido.

Deputado Francisco César (PS): Ah, pois!

O Orador: No período entre 2000 e 2017 o PIB *per capita* passou de 10 mil para cerca de 17 mil, crescendo mais de 68%...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E os outros?

O Orador: ... e o rendimento disponível das famílias aumentou no mesmo período 54%. São dados concretos e que confirma a trajetória de crescimento e desenvolvimento sustentável da Região Autónoma dos Açores ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que tem vindo a conseguir superar os desafios que lhe são colocados e isso é um sinal de desenvolvimento. Os desafios existem. Nós estamos aqui para continuar a desenvolver e a aplicar medidas de combate à desigualdade e não fugimos à responsabilidade que temos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E termino, Sr. Deputado Paulo Mendes, dizendo que quando iniciámos o debate eu pensei que o Bloco de Esquerda tivesse algo a comunicar efetivamente aos açorianos e a esta Assembleia, mas eu reparo que a única preocupação era saber o que é que o Partido Socialista tinha a dizer sobre o assunto. Portanto, ficamos todos lisonjados com isso e também enalteço o reconhecimento do património do Partido Socialista nesta e noutras matérias do ponto vista social.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por esclarecer o Sr. Deputado Carlos Silva acerca da acusação que me atribuiu de que eu não reconhecia que o Governo Regional teria programas que promovessem realmente o emprego e emprego estável. Foi isso que o Sr. Deputado disse.

Ora, o que eu disse foi que pelo menos tivessem a coragem de converter aqueles que são programas que incentivam a contratação a termo ...

Deputado Carlos Silva (PS): E há! O RECONVERSÃO faz isso!

O Orador: ... em programas que promovessem tão e somente (e que já não é pequena coisa) a contratação sem termo.

Ora, o sinal que existe uma exceção e é uma exceção e o Sr. Deputado Carlos Silva gosta de se esconder atrás das exceções é que até o Tribunal de Contas reconhece que apenas um programa para a redução da precariedade e o Sr. Deputado Carlos Silva refugia-se nessa exceção, porque na realidade, de forma genérica, os programas de promoção de emprego na Região têm funcionado essencialmente para promover a precariedade e nada mais do que isso.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Somos os melhores do país, Sr. Deputado!

O Orador: Quanto à criação de emprego e continuando na criação de emprego. É com algum desalento que eu denoto que na bancada do Governo temos ali a ausência do Sr. Vice-Presidente que tem a tutela do emprego num debate que claramente se iria falar de desemprego e emprego e qualidade do emprego criado. Portanto, não compreende como é que o Sr. Vice-Presidente não está neste debate.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): Mas não deixei de falar no assunto, pois não?

O Orador: Seria importante que estivesse, mas já reconheci o mérito da Sra. Secretária de ter dado a cara pelo Governo e pelo tema das desigualdades sociais.

Ora, é verdade que o emprego é importante, o emprego é importante para combater não só a pobreza, como também a desigualdade social.

O problema é que na Região a pobreza não está relacionada com o desemprego. A pobreza está intimamente relacionada e sobretudo com a precariedade. Não é o Bloco de Esquerda que chega a essa conclusão. São os vários estudos da Universidade dos Açores que o apontam.

Deputado Carlos Silva (PS): É a sua interpretação!

O Orador: Aliás, basta ver aquelas que são as publicações insistentes e persistentes do professor Fernando Diogo acerca desta matéria e ele também chega a essa conclusão.

Portanto, não é tanto o desemprego que é a marca da pobreza, é a precariedade que é a marca da pobreza nos Açores. Tanto é que até o Rendimento Social de Inserção nos Açores tem servido para colmatar as falhas no que diz respeito à qualidade de emprego.

Aliás, o RSI é utilizado como o complemento salarial a açorianos e açorianas que trabalham, mas que não conseguem atingir, apesar de tudo, apesar de trabalharem, um rendimento condigno sem recorrer ao Rendimento Social de Inserção para terem um rendimento que pelo menos garanta a sua sobrevivência.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E com isto termino a minha intervenção e este debate.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A participação do Bloco de Esquerda no debate.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM tem tempo porque administra muito bem, algo que Vs. Exas também deveriam aprender em termos de aulas de gestão.

Eu ouvi a intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva. Parecia uma narração futebolística. Eram golos de cabeça, pontapés de bicicleta da parte da equipa do PS, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Também joguei futebol!

O Orador: ... chilenas, pontapés de meia distância, penaltis, golos de livre e depois eu pergunto-lhe aquilo que perguntava ao meu amigo Zé Diogo do Sporting, que me descrevia os jogos desta forma: então em que lugar é que está a equipa?

Está em último lugar. Continua em último lugar.

Deputado Francisco César (PS): Mas quem é que está em último lugar, homem? Estamos à frente!

O Orador: Como é que é possível depois dessa panóplia de medidas extraordinárias, tão eficazes, como é possível que se tenha perdido o jogo e que se continue em último lugar. Como é que V. Exa. explica este paradoxo?

Pergunta V. Exa. (eu não tenho muito mais tempo, já vejo a Sra. Presidente a olhar para mim, portanto, devo estar a terminar) qual é o contributo?

Olhe o contributo do PPM nesta matéria, vou-lhe dizer, fui o primeiro ...

Deputado Carlos Silva (PS): Nem falei de si!

O Orador: ... a pedir de forma repetida neste Parlamento que fosse criado um plano de combate à pobreza, fui o primeiro a alertar para o problema da pobreza na Região Autónoma dos Açores insistentemente. É absolutamente factual. Está no registo dos diários. Fui o primeiro a insistir nesta matéria.

Há uma Sra. Deputada que dizia: “Os planos de combate à pobreza isto é uma coisa completamente inovadora.”

Completamente inovadora para os Açores, porque já existia em toda a Europa, para regiões mais pobres, planos de combate à pobreza, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... nomeadamente em Espanha. As Canárias, por exemplo. Foi um dos planos que tive a oportunidade de ler.

Portanto, V. Exa. diz-me: o que é que fez?

Fiz isso! Insisti muitas vezes nesta matéria e vou-lhe dar um caso, só para terminar.

Deputado Carlos Silva (PS): Não lhe perguntei o que o senhor fez!

O Orador: Com ferocidade, passando por sacrifícios tremendos do vista pessoal sou capaz, fui capaz, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ninguém lhe perguntou nada!

O Orador: ... tenho orgulho de o ter feito, de me debater para que as desigualdades, nomeadamente ao nível do território na ilha do Corvo em que as crianças não tinham acesso a refeições escolares o tivessem e combati com ferocidade (aí sim, com ferocidade) para resolver esse problema. Esse e muitos outros!

Isso é que é combater com ferocidade os problemas, as injustiças que existem na nossa Região.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para participar neste debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma última intervenção no pouco tempo que ainda resta ao PSD para repor a verdade e fazer a denúncia.

Repor a verdade de que este debate e as intervenções do Partido Socialista voltam, como eu disse, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor é que disse que era assistencialista!

O Orador: Como eu disse mais uma vez neste debate e como tenho que reafirmá-lo voltam a demonstrar porque é que a Região continua sem ter eficácia nos planos e nas medidas que elabora de combate à pobreza.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que temos a maior taxa de população empregada!

O Orador: É por esta forma sub-reptícia ou a forma até de criar aqui uma espécie de artifício ... O PSD é contra o RSI, o PSD quer retirar o RSI ... Portanto, os senhores quando vão fazer as campanhas eleitorais e quando vão tratar de preencher os pedidos de Rendimento Social de Inserção vêm dizer: ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Cardoso): O senhor tem problemas de interpretação!

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor acusou os beneficiários de se venderem!

O Orador: ...“Cuidado! Olhem que os senhores do PSD querem acabar com isso, querem acabar com o apoiozinho que nós vamos dar.” Essa é a vossa forma de fazer política, que essa sim é destruidora da democracia, é destruidora dos direitos de cidadania e é destruidora da política que devia existir de combate às dificuldades e às desigualdades sociais.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Quer saber porque é que é falsa a sua afirmação, porque é que é mentirosa a sua afirmação?

Deputado Carlos Silva (PS): Então prove!

O Orador: Em plena crise o PSD/Açores propôs nesta Casa o Complemento Regional de Rendimento Social de Inserção para Crianças e Jovens e imaginem quem é que chumbou essa medida?

Deputado Carlos Silva (PS): Hoje não foi o que o senhor disse!

O Orador: Foram os senhores que impediram as crianças e jovens dos Açores, os mais pobres de entre os pobres, de terem um complemento relativamente à miséria em que viviam e em vivem para necessitarem desse apoio.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez este debate veio demonstrar em que campo é que cada um se situa.

Deputada Graça Silva (PS): Seja sério!

O Orador: Os senhores não aprenderam nada, os senhores não querem aprender nada com a armadilha das desigualdades, porque os senhores por mais medidas sociais que apliquem voltam sempre ao início ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e voltam sempre ao ponto de partida onde as desigualdades são aquelas que provocam a pobreza e a exclusão social.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir neste debate, mas já ouvi aqui tanta coisa que vou ter de dizer duas ou três coisas.

Aqui ninguém falou na questão do poder de compra, por exemplo. Ninguém falou do poder de compra.

Nós, em 1993, tínhamos 67,6% do valor de referência nacional e nós em 2015 tínhamos 85,5%.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Isso é pré-história!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, é engraçado que no Corvo a diferença que separava o poder de compra da média regional em 93 era de 22 pontos e agora em 2015 é apenas de 11.2. Diga-me lá se isto não é uma convergência importante?

Para mim é claramente uma convergência. Nós convergimos 17.9 a nível regional.

É verdade que toda a gente fala nas empresas, que as empresas criam riqueza, que criam trabalho e criam emprego na nossa Região, mas ninguém disse que tinha havido um crescimento no número de empresas. Por exemplo, entre 2004 e 2016 cresceram as empresas em nome individual, cresceram cerca de 11%.

Ninguém falou também que as sociedades tinham crescido entre 2004 e 2016 cerca de 45%. São valores importantes.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Se as empresas criam riqueza, nós estivemos aqui para testemunhar que as empresas cresceram em todos os seus segmentos.

Se é verdade que o número de trabalhadores tem crescido, o número da população empregada tem crescido, nós temos que falar em números. É verdade que em 96 não chegavam a 90 mil; em 2010 já eram mais de 110 mil. Há aqui um crescimento de mais de 22% de população empregada.

Curiosamente há aqui um grupo etário em que há um decréscimo e sabem qual é?

Por acaso é da população jovem, mas não é por acaso e vou explicar porque é. Onde há um decréscimo é entre os 14 e os 24 anos. Esses foram para a escola. Esses foram para a escola, Srs. Deputados!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Voltaram à escola, que é o lugar onde deviam estar.

Sras. e Srs. Deputados, eu aqui não posso deixar de referir, se calhar vou ser condenado por isso, se calhar vão-me dizer que não devia fazer isso, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Então é melhor não fazer!

O Orador: ... mas vou ter que fazer.

O primeiro plano regional de emprego que foi executado pelo Governo do Partido Socialista já lá vão uns anos a população empregada durante o período de vigência desse plano cresceu 24% (não é coisa pouca! Em 10 anos cresceu 24%).

As mulheres, os empregados do sexo feminino cresceram 39% e os empregados jovens cresceram 53%.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que eles estavam?

O Orador: Portanto, há aqui um trabalho que é preciso louvar e os senhores tentam sempre apoucar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, fui buscar o primeiro plano regional de emprego não foi por acaso. Fui buscar este primeiro plano regional de emprego do Partido Socialista, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Onde é que está a coisa polémica? Estava à espera de uma coisa polémica!

O Orador: ... executado pelo Partido Socialista, com estes números que são importantes para comparar com o último do PSD.

O último do PSD é assim: começou em 86 e acabou em 96, 10 anos.

Houve um aumento da população empregada – imaginem! - de 88.500 para 88.530. Houve um crescimento de 30 empregados. Dá 0,03! 0,03!

Ora bem, só queria chamar a atenção de mais uma outra questão. É verdade e o Sr. Deputado João Bruto da Costa diz que chumbamos aqui e ali (de vez em quando faz isso), mas é verdade que também chumbamos aqui uma grande

solução que o PSD tinha para o emprego jovem que era criação de emprego na extração de hulha e de petróleo. Nós chumbámos isso aqui de facto porque isso não tinha interesse nenhum para o desenvolvimento dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Vou terminar, Sras. e Srs. Deputados, dizendo simplesmente que é verdade: nós hoje podíamos estar muito melhor se durante os 20 anos em que o PSD esteve no poder tivesse feito um bom trabalho.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Pergunto ao Governo se quer usar do tempo restante para fazer alguma intervenção final. Não.

O Bloco de Esquerda na qualidade de requerente também já não tem tempo, por isso encerramos aqui este nosso ponto da Agenda.

Chamo a vossa atenção de que vamos passar de imediato para o ponto 20 da nossa Agenda, da nova Agenda que foi distribuída por todos, que decorre de um requerimento que deu entrada na Mesa ainda antes do almoço da Representação Parlamentar do PPM que requiere a **Apresentação do Projeto de Resolução n.º 166/XI – “Recomenda que o Governo Regional assegure, de forma urgente,**

o regular e adequado abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas do Corvo e das Flores, obtendo, para o efeito, o concurso de um navio com capacidade para transportar o número de contentores necessários para concretizar a referida operação”.

Diz o artigo 81.º do nosso Regimento que a apresentação de iniciativas tem prioridade na Agenda e é esse o motivo pelo qual dou de imediato a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar esta iniciativa, que já foi despachada para a comissão competente em razão de matéria.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão dispõe de 10 minutos. Finda a apresentação, para quem quiser, há um período também para pedido de esclarecimentos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com grande sentido de responsabilidade que apresentei esta iniciativa. Não é uma iniciativa que tenha como objetivo gerar conflitualidade entre o Parlamento dos Açores e o Governo dos Açores.

Não é uma iniciativa que tenha como objetivo qualquer tipo de guerrilha política. É uma iniciativa que tem como objetivo dar um contributo para enfrentar a situação de grande urgência que enfrentamos nas ilhas do Corvo e das Flores em relação ao abastecimento de mercadorias, de combustíveis, de materiais de construção, etc., etc.

O que eu considero que é fundamental nas presentes circunstâncias é encontrar soluções. Eu tive a oportunidade na terça-feira de colocar um conjunto de questões que considerei fundamentais, questões práticas, um grande número de questões práticas que fundamentalmente tentavam recolher da parte do Governo Regional respostas objetivas para as necessidades que os corvinos e florentinos estão a sentir nas presentes circunstâncias.

Eu considerei que algumas das respostas que me foram dadas por parte do Governo Regional não foram suficientemente explícitas e fundamentalmente também considerei que o Governo Regional não reconheceu algo que eu considero que tem de ser urgentemente alterado e enfrentado com muita convicção por parte de todas as entidades regionais, nomeadamente por parte do Governo Regional, que tem a ver com o facto do circuito logístico de abastecimento neste momento é claramente insuficiente, não dá respostas objetivas às necessidades das ilhas das Flores e do Corvo.

O navio que está neste momento a operar, a transportar contentores e a transportar combustíveis é o navio *Paulo da Gama* e esse navio não tem capacidade, mesmo que se aumente a frequência com que o navio faz a ligação às ilhas do Grupo Ocidental, mesmo que se aumente a frequência, este navio está muito longe, mas mesmo muito longe de poder algum dia dar uma resposta cabal às efetivas necessidades das Flores e do Corvo.

É necessário encontrar uma solução. Esta iniciativa do PPM aponta um caminho e esse caminho é claramente contratar um navio, contratar um serviço de transporte marítimo de mercadorias que permita dar uma resposta efetiva às necessidades das ilhas das Flores e do Corvo.

Este navio tem de ter uma capacidade de transporte de contentores muito superior. Este navio tem de ter a capacidade de navegar no Grupo Ocidental durante o inverno. Este navio tem de ter a capacidade de operar nas circunstâncias e nos condicionalismos que existem, nomeadamente no âmbito do Porto das Lajes das Flores, que são condicionalismos muito específicos e por isso é necessário que exista essa capacidade. É necessário que este navio tenha por isso esta capacidade de transporte e tenha também a capacidade, tenha também a configuração, tenha as características técnicas, as características de construção que lhe permitam operar nas circunstâncias vigentes atualmente na

ilha das Flores e também no âmbito da ilha do Corvo, que como se sabe tem uma instalação portuária intacta.

Por isso, meus senhores, eu considero que é importante (importante!) que esta questão seja analisada com muito sentido de responsabilidade por todos nós.

Até agora por parte das populações existiu a convicção que o Governo e as entidades agiram no âmbito daquilo que tivemos de enfrentar, o furacão Lorenzo e as suas consequências, que agimos de forma globalmente positiva e digo muito à vontade, por isso os senhores já estão a ver com que filosofia eu estou aqui a apresentar esta matéria, mas é importante que se encontrem neste momento mecanismos de resposta que sejam efetivos e da parte dos empresários, da parte dos comerciantes, da parte da população em geral, quer na ilha das Flores, quer na ilha do Corvo, a perceção que se tem e até da parte de especialistas que tive a oportunidade de consultar antes de apresentar esta iniciativa é que o dispositivo que está montado é absolutamente insuficiente e que a situação se irá agravar muito rapidamente e podemos ter gravíssimos problemas ao nível do abastecimento.

Por isso, é necessário desde já desenvolver uma estratégia e a estratégia é realmente encontrar este navio no mercado internacional, conseguir fretar um navio com estas características que dê uma resposta efetiva às necessidades que estamos a enfrentar.

Outra questão que eu considero que é fundamental também é que o circuito logístico que está a ser montado seja devidamente transmitido às populações, porque como Vs. Exas. compreenderão e alguns que têm experiência comercial, empresarial, que se sentam aqui nesta sala, é evidente que nas atuais circunstâncias, sem a definição do circuito logístico, estes comerciantes, no âmbito da atividade que têm de desenvolver estão limitados, porque não sabem qual será a resposta que será dada às encomendas que precisam de realizar.

Quanto tempo esses produtos demoram a chegar?

Em que condições é que chegam?

Quem é que têm de contatar?

Qual é a origem e a escala preferencial em relação ao circuito logístico que o Governo vai montar?

Há um grande conjunto de respostas que é necessário dar. Há em relação a esta matéria muita falta de informação e como sabem no mundo empresarial e no mundo comercial é necessário que exista segurança, é necessário que exista informação para que se possam tomar as opções comerciais adequadas e as opções suficientemente informadas.

Por isso, é necessário transmitir esta confiança, transmitir esta confiança a estes agentes para que eles possam retomar a sua atividade dentro dos condicionalismos que temos de enfrentar. O que nós temos a fazer é reparar o mais rapidamente possível, meter mãos à obra e com toda a energia resolver o problema o mais depressa possível. Sei que não é possível resolver já, nem este Governo, nem nenhum outro tem capacidade para fazer isso, mas é importante que exista esta determinação e o que é importante é que esta informação seja transmitida muito claramente: as linhas logísticas são estas, as opções são estas e é com isto que os senhores podem contar.

A partir daí as pessoas já podem desenvolver a sua atividade com informação, já podem desenvolver a sua atividade com informação que é absolutamente necessária.

Por isso, eu apelo ao Governo Regional, apelo a todas as bancadas. Não precisava de apelar, porque eu sei que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda, a Representação Parlamentar do PCP, o CDS, o PSD, todos nós, não há um único deputado que não esteja empenhado na resolução desta questão. Estou absolutamente convencido de que não faço nenhum favor em dizer isto. O que é necessário é que esta determinação exista, que seja transmitida e que o Governo Regional tenha este sentido de urgência e

que tenha a perceção que a transmissão desta informação é absolutamente decisiva e fundamentalmente que é preciso tomar decisões, decisões que permitam que o abastecimento logístico destas ilhas seja efetuado correspondendo às necessidades das ilhas do Corvo e das Flores. Neste momento não sucede e com as condições para já logísticas que foram montadas não sucede.

Finalmente, é necessário também que as duas linhas logísticas, quer a da ilha das Flores, quer a do Corvo (e a do Corvo como se sabe o Sr. Presidente do Governo Regional comprometeu-se a que o abastecimento seria feito diretamente a partir da ilha do Faial), comecem a funcionar o mais depressa possível.

Basicamente são estas as preocupações do projeto de resolução. Conto com o vosso apoio nesta matéria, que é uma matéria que nos diz a todos, a muitos, a todos nós e também conto que o Governo Regional tome boa nota deste assunto e que atue em conformidade, atue com urgência, com sentido de urgência que o assunto necessita.

Termino aqui esta intervenção, Sra. Presidente, e quero dizer que estou absolutamente disponível para responder às questões que entenderem colocar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a apresentação.

Pergunto se há alguma questão que queiram colocar.

Julgo não haver nenhuma questão.

Como referi na apresentação da iniciativa a mesma já foi despachada para a Comissão de Economia, onde será agora apreciada por todas as Sras. e Srs. Deputados.

Vamos então retomar o ponto onde terminámos ontem, o ponto 13 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2001/A, de 6 de março, que**

desafeta do regime florestal parcial uma parcela de terreno do Núcleo Florestal da Achada, nas freguesias de São Bento, Porto Judeu e Ribeirinha do concelho de Angra do Heroísmo”.

Os tempos são os do processo legislativo comum.

Não sei se irá usar da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

A presente proposta de Decreto Legislativo Regional procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 4/2001/A de 6 de março, que desafeta do regime florestal uma parcela de terreno do núcleo florestal da Achada com uma área de 135 hectares nas freguesias de São Bento, Porto judeu e Ribeirinha do concelho de Angra do Heroísmo.

Esta alteração justifica-se e pretende corrigir um erro que ocorreu aquando da aprovação e publicação do diploma, visto que a planta publicada representa uma área inferior aos 135 hectares que foi efetivamente a área desanexada.

Com a alteração deste diploma através da substituição da planta anexa de forma a que a delimitação cartográfica corresponda na integra à área entretanto desafetada e por sua vez permitirá à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que avance com o projeto de loteamento com vista à realização das obras de infraestruturas no parque industrial de modo a permitir captar mais investimento privado para o concelho.

Já terminei.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à proposta agora em análise, antes de mais importa referir a importância da zona industrial de Angra do Heroísmo.

Iniciada há cerca de duas décadas atrás, com uma área realmente como já referiu o Sr. Secretário de 135 hectares, onde estão integrados o parque industrial, o aterro intermunicipal, o centro de formação dos bombeiros e o canil municipal.

A zona loteada e já infraestruturada representa dois terços da área total, estando completamente lotada e tendo algumas situações em fase de ocupação.

Até à data foram ali criadas e instaladas dezenas de empresas, representando um investimento privado na ordem da grandeza, onde o Governo dos Açores também apoiou, tendo sido criados centenas de postos de trabalho.

A proposta de DLR em análise tem como ponto único a substituição da planta, como já referiu o Sr. Secretário e bem, em anexo ao DLR n.º 4/2001/A de 6 de março, pela planta em anexo ao presente diploma.

O município de Angra do Heroísmo realmente pretende prolongar o parque industrial para a zona sul do aterro, sendo que no decurso do processo de loteamento e infraestruturação foi detetada a discrepância entre o texto do diploma e a planta que lhe está anexa.

Neste sentido a presente iniciativa visa corrigir uma situação ocorrida anteriormente aquando da aprovação e da sua publicação, como já referi o DLR n.º 4/2001/A de 6 de março, que desafetou do regime florestal uma parcela de terreno do núcleo florestal da Achada com 135 hectares e onde a planta publicada em anexo ao referido diploma definiu uma área inferior, aliás, como se pode agora verificar com as duas publicações da planta.

Neste sentido, como é óbvio, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a presente iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Não havendo, encerramos assim o debate.

Vamos então passar à votação deste diploma.

Começamos, como é habitual, pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Este diploma é composto por apenas dois artigos. Penso que os posso colocar à votação conjunta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Em votação final global a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Avançamos assim com os nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 14 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 139/XI – “Apoio à recuperação, produção e comercialização de produtos hortícolas, nomeadamente o inhame e o café nas fajãs de S. Jorge”**.

Alerto a câmara, até precisamente porque altera o título do próprio diploma, para uma proposta de substituição integral apresentada pelo CDS-PP à iniciativa inicial, que foi, entretanto, distribuída por todos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde o povoamento, as fajãs de São Jorge foram identificadas com um microclima especial, com terreno fértil e, por isso, desde logo, usadas para o cultivo de produtos hortícolas, como por exemplo o inhame, a vinha e o café. Com o passar dos anos, sobretudo pela diminuição da população, o cultivo desses terrenos, nomeadamente os socalcos nas suas encostas, foram sendo abandonados. Como resultado desse abandono os terrenos foram invadidos por vegetação infestante que em muito contribui para a desagregação dos solos, o que constitui um fator de risco e de segurança para as pessoas, para além de descaracterizar a paisagem que outrora existia, num progressivo desaparecimento dos sistemas tradicionais de utilização do solo, ameaçando, assim, a própria identidade da paisagem das fajãs da ilha de São Jorge, de grande valor patrimonial e etnográfico, fundamental à implementação do Plano Integrado das Fajãs. Fajãs estas com características ímpares e onde a produção de café tem condições únicas na Europa, a qual está comprovada ser de manifesta qualidade, contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade da economia local, sobretudo pelo seu valor acrescentado.

O café é um produto diferenciador que já é um ponto turístico obrigatório para quem visita a nossa ilha, como se tem verificado pelo aumento do número de pessoas que procuram conhecer o café produzido nas nossas fajãs.

O incentivo à utilização do solo com diversificação agrícola nos socalcos com culturas como o café e de culturas com capacidade de sustentação do solo, nomeadamente, o inhame junto às ribeiras que atravessam as fajãs, contribui para a ocupação e conseqüente proteção do solo, para além de constitui um incentivo à manutenção de práticas agrícolas ambiental e socialmente desejáveis.

Considerando que o Governo dos Açores criou um sistema de sistemas para a manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera, assim propomos que o Governo Regional promova a melhoria e adaptação dos sistemas de incentivos existentes de apoio à recuperação, manutenção e produção agrícola em fajãs costeiras, por forma a torná-las mais atrativas às especificidades das fajãs potenciando a sua produção agrícola sustentável.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa apresentada com o objetivo de apoiar a recuperação dos socalcos das fajãs e a produção e comercialização do café e do inhame na ilha de São Jorge configura uma preocupação transversal não apenas numa perspetiva geográfica, como também quanto às produções referenciadas.

São Jorge encerra especificidades únicas na paisagem com as suas fajãs, na agricultura com o queijo, na gastronomia com as ameijoas, entre tantas outras virtuosidades.

A existência de microclimas nas fajãs de São Jorge potencia a diversificação agrícola desde sempre, incluindo produtos exóticos e tropicais. É praticamente possível qualquer tipo de fruto ou vegetal nos ambientes das fajãs com principal incidência na costa sul da ilha.

Os inhames foram sem dúvida alguma um produto de extrema importância na alimentação dos jorgenses, sendo a primeira ilha dos Açores onde este

tubérculo foi introduzido num período em que a batata ainda não tinha chegado à Europa.

Já o café, um produto exótico trazido mais tardiamente por imigrantes que retornaram à ilha, era um luxo das famílias mais abastadas.

As fajãs de São Jorge num período em que a população da ilha era sensivelmente o triplo do que é atualmente foram exploradas de forma agrícola ao máximo da sua produção. Todos os socalcos e terraços eram cultivados, toda a íngreme e alcantilada encosta era desbravada num trabalho árduo para garantir a sobrevivência das muitas famílias.

A ilha era praticamente autossuficiente e a diversificação agrícola exigia-se como única forma de sustento dos ilhéus que não tinham alternativa possível, porque nos Açores, talvez como em mais nenhum outro lugar, a geografia é mesmo tão importante como a história.

A recente condução da economia da ilha de São Jorge para uma especialidade leiteira, a enorme diminuição da população e a conseqüente redução de mão de obra, reduziu o cultivo agrícola das fajãs a uma diminuta área devolvendo a maior parte das fajãs à natureza selvagem, onde os terraços e socalcos que outrora foram cultivados estão atualmente cobertos por vegetação, na sua maioria de espécies infestantes, tais como o incenso e a conteira.

Poucas são as fajãs onde a diversificação agrícola ainda subsiste de forma ténue assegurada por alguns habitantes persistentes, alguns já com idade avançada, mas que estoicamente resistem a abandonar as suas hortas.

Com o aumento do turismo que se faz sentir um pouco por todas as ilhas surge uma procura cada vez maior pelos produtos da ilha, uma oportunidade de valorizar e comercializar esses produtos naturais, genuínos com saber autêntico.

O facto das fajãs de São Jorge fazerem parte da Reserva da Biosfera é um estatuto que vem valorizar a ilha, mas para preservar exige investimento, envolvimento, parceria e comprometimento para uma verdadeira certificação de

marcas da ilha, intrinsecamente ligadas ao espaço rural, onde o seu valor de mercado, mas também promocional são cruciais para a afirmação da ilha.

A criação de marcas de ilha associada aos produtos das fajãs, como algumas que já foram registadas e já se encontram no mercado, como é o caso do café da fajã, do mel da fajã, são importantes para a salvaguarda da qualidade dos produtos e associação dos mesmos a uma região, ilha ou localidade.

A família Nunes na Fajã dos Vimes foi pioneira no registo de marcas de café, bem como numa associação de artesanato à comercialização do produto com a confeção de sacos de selagem típica da ilha para embalar o café e tem sido desde há alguns anos o único espaço onde locais e turistas podem degustar um café genuíno e puro, bem como visitar a plantação biológica de café e o processo artesanal de preparação do mesmo.

O legado da família Nunes é hoje património da ilha e da Região.

O PSD/Açores tem relevado consistentemente o extraordinário potencial da cadeia de valor integrado da agricultura com o turismo e o ambiente.

É o setor turístico na atualidade um dos elementos que introduz interesse e motivação para um novo empreendedorismo com raízes comuns na história dos Açores.

É aqui que nasce a importância económica das produções tradicionais com principal preocupação na criação de emprego jovem e não menos interessante na obtenção de outro nível de rendimento que facultem a manutenção de pessoas e vivências em espaços rurais.

A Fajã dos Vimes, onde a microeconomia do café é o propósito na atração de turistas, pode e deverá ser replicado em outras fajãs de São Jorge, com estas ou outras produções, que serão certamente o elemento diferenciador para diversos tipos de intervenção estruturada, estimulando os proprietários locais na requalificação daqueles espaços únicos como eco paisagem.

As fajãs merecem um programa de apoio à atividade agro rural, estimulando a produção de café e do inhame, mas também de outras variedades frutícolas, apícolas ou outras, com o apoio técnico e financeiro à utilização desses produtos agrícolas em soluções gastronómicas locais.

Isso pode e deve ser conseguido através de empresas familiares, com o propósito de preservar a tipicidade da paisagem, requalificar o património edificado, quer para habitação permanente, quer para alojamento turístico e local.

A criação de uma rota de café em São Jorge proposto pelo PSD nos últimos planos e orçamentos e sucessivamente chumbada pelo Partido Socialista deveria ser implementada para beneficiar a promoção do produto e da ilha.

Acresce que o inhame e o café, em diversos casos, assumindo o método de produção biológico ou facilmente enquadráveis no quadro eco agrícola, merecem uma atenção distinta, visto que noutras paragens o interesse na produção intensiva de café ou de outras produções em nada será comparável com o que acontece localmente na ilha de São Jorge.

Esta preocupação foi demonstrada na audição do núcleo empresarial de São Jorge em que foi assumido publicamente o receio que o nome café de São Jorge possa vir a ser indevidamente utilizado em produtos não produzidos na ilha, como já acontece com a marca Açores.

Consideramos mesmo que será no âmbito do estatuto da agricultura familiar, adequado à realidade açoriana e que respeite a especificidade de cada ilha, que o novo quadro de incentivos deve surgir, quer através de apoios a fundo perdido ou investimento, quer eventualmente em subsídios reembolsáveis para estimular o surgimento de outras atividades, mesmo que sazonais, criadoras de emprego local e familiar, sustentadas nas produções tradicionais enraizadas nos seus berços geográficos.

Este tipo de incentivos deve ser construído em conjunto com os seus destinatários localmente, aferindo o seu interesse e sensibilidade em aceitar os novos desafios da agricultura, do turismo e do ambiente, integrados num estudo de ordenamento, espaço, objeto e intervenção.

Como facilmente se percebe a intervenção nas fajãs de São Jorge deve ser assumida com recursos financeiros, materiais e humanos do ambiente, da agricultura e do turismo, pois serão estes três setores a beneficiar da valia resultante, a par da atenção necessária nos investimentos em infraestruturas públicas naqueles locais, adequadas ao propósito, atentas às preocupações futuras de descaraterização que urge evitar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Analisamos agora nesta Casa um projeto de resolução do CDS-PP que essencialmente e a nosso ver (e bem!) pretende a recuperação do potencial produtivo das fajãs de São Jorge.

De facto, as fajãs de São Jorge são fator identitário e fator diferenciador da nossa ilha, que devem ser valorizados em todos os locais, nomeadamente nesta Assembleia.

As fajãs de São Jorge começaram inicialmente por ser despovoadas aquando das crises sísmicas que têm tido sempre uma atenção especial quer por esta Assembleia, quer pelos governos regionais do Partido Socialista.

São exemplo disso a candidatura das Fajãs de São Jorge a Reserva da Biosfera pelo Governo Regional e fê-lo porque estas se constituem como uma característica diferenciadora da ilha, pela relação equilibrada entre o homem e a natureza, pelas vivências únicas, paisagens e biodiversidade e também pelas suas especificidades culturais.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Outro exemplo dado por esta Assembleia foi a aprovação do Plano Integrado de Desenvolvimento das Fajãs, também proposto pelo CDS-PP, e que na nossa ótica deve ser integrado pelo Governo Regional e realizado de forma conjunta no futuro plano de ação da Reserva da Biosfera com os objetivos claros de conservação da natureza, de conservação da biodiversidade, da sustentabilidade e do equilíbrio entre as atividades económicas, o homem, a sua qualidade de vida e a natureza, com a valorização deste importante património e a imagem das fajãs, com a manutenção e recuperação do seu potencial agrícola e nunca esquecendo, mantendo sempre as vivências das fajãs.

Este trabalho realizado também tem sido prosseguido através da recuperação de algum património edificado e já são alguns exemplos na ilha de São Jorge e bons exemplos de recuperação de casas de fajãs que estão agora a ser recuperadas e colocadas ao serviço do turismo, com aproveitamento de fundos comunitários tanto do quadro anterior, como do atual através do Competir+, com a promoção do turismo em espaço rural, ainda no quadro anterior também com alojamento local onde já é possível dormir na Fajã, viver na Fajã, comer e provar os produtos das Fajãs.

Para além deste trabalho de recuperação do edificado também tem sido feito um trabalho na ótica do turismo, do turismo dos Açores, na potenciação das experiências e das vivências e na ilha de São Jorge o expoente máximo dessas experiências tem a ver com a nossa rede de trilhos, com a nossa grande rota, que foi organizada de forma a percorrer tanto espaços nos centros das

freguesias, como também estes espaços fundamentais, essenciais e diferenciadores da ilha de São Jorge, que são as fajãs, que permite percorrer esses territórios de forma a que o próprio turismo e também o residente possa vivenciar essas mesmas experiências *in loco*.

Também nesta Assembleia e recentemente na área da energia foram propostas na revisão que foi feita ao sistema de incentivos do Pro Energia colocados fatores diferenciadores e majorações para territórios como as fajãs de São Jorge e como as Reservas da Biosfera e esse também é um trabalho que na nossa ótica deve ser realçado.

Este conjunto de trabalho já realizado e já produzido já trouxe também alguns resultados quer do ponto de vista dos produtos locais. Ainda o Sr. Deputado António Pedroso e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras referiram o exemplo do “Café Nunes” que já consegue valorizar bem o seu produto *in loco*, ou seja, sem ter nenhum custo de exportação nem de comercialização do seu produto já consegue vender a um bom preço, a um excelente preço diria eu, o seu produto a quem visita a sua exploração e o seu café.

Mas este é um trabalho que na nossa ótica não está concluído, é possível fazer mais e melhor e é nesse sentido que concordamos com o projeto de resolução que o CDS-PP nos apresenta aqui, onde é necessário aumentar e melhorar este trabalho de sustentabilidade agrícola das fajãs. Aproveitar esta onda que vivemos e boa onda de turismo para, para além do trabalho de recuperação do património e dos trilhos, também garantir que agora a parte agrícola possa crescer de forma sustentável, de forma biológica de forma também na nossa ótica a permitir a diversificação agrícola, reduzindo por um lado importações e valorizando por outro aquilo que melhor se faz nas nossas fajãs.

Outro contributo que também penso que poderá ser importante para o futuro das fajãs de São Jorge e para o potencial produtivo das fajãs é o recente diploma que o Governo Regional já colocou em consulta pública sobre a agricultura

familiar e uma vez que estamos a falar de pequenas explorações e pequenas unidades penso que esse diploma também tem um papel importante de refletir esta realidade da ilha de São Jorge.

Por último, dizer que do ponto de vista dos objetivos que o Partido Socialista pensa que este projeto de resolução pode atingir, concordamos com eles e essencialmente de potenciar os produtos das fajãs, que promova a recuperação da sua imagem e do seu património, seja através da recuperação e manutenção dos socalcos, combatendo por essa via também as invasoras que existem. O facto de não haver agricultura no território e não haver essas pessoas no território faz com que haja potenciação dessas mesmas invasoras ocuparem o território. Queremos, por outra via, a parte da produção agrícola que seja sustentável e biológica e o terceiro fator essencial aqui também é a adequação às especificidades das fajãs.

Estamos a falar de tipos de terrenos diferentes do que existe na restante ilha e também na Região. A dimensão dos terrenos e a dimensão das propriedades é outro fator que tem de ser avaliado pelo Governo Regional e também a acessibilidade a esses mesmos terrenos.

Não é a mesma coisa aceder a um terreno com uma estrada normal e produzir nesse terreno, outra coisa é estarmos numa fajã onde temos o pomar, a encosta e temos um trilho para chegar a esse mesmo terreno.

Dito isto tudo, consideramos que temos aqui uma boa oportunidade para dar mais um bom contributo para o desenvolvimento da ilha de São Jorge, onde se promove claramente a intenção de melhorar o rendimento das pessoas, melhorar o emprego, melhorar a sua sustentabilidade, melhorar a imagem das fajãs, recuperar e valorizar o seu património edificado e também por via agrícola aumentar o valor acrescentado.

Nesse sentido concordamos que o Governo deva melhorar, adaptar às especificidades das fajãs de São Jorge os sistemas de incentivos que existem de

forma a torná-los cada vez mais atrativos para que os produtores e as famílias jorgenses possam daí tirar rendimento e viabilidade às suas explorações.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos perante aqui uma iniciativa que deve ser perspetivada fundamentalmente como um incentivo ou um sinal política com vista à promoção da diversificação agrícola na ilha de São Jorge e consideramos que é importante dar esse sinal, até porque em comissão foi o Presidente do Núcleo Empresarial de São Jorge que assumiu a ausência de diversificação agrícola na ilha, ou pelo menos graves deficiências na diversificação agrícola.

Também é verdade que na comissão ficámos a conhecer que os incentivos na forma de subsídios até existem. São, é verdade, pouco procurados, por isso também é difícil perceber se serão incentivos de montante superior àquilo que seria necessário, ou se pelo contrário, até são apoios que poderão ser considerados de pouco montante para a necessidade da ilha.

Portanto, não é de facto possível fazer esse diagnóstico, também por isso o proponente entregou uma proposta de substituição ao seu projeto de resolução inicial dando conta e enquadrando melhor o objeto resolutivo no sentido de,

neste caso, promover a melhoria e adaptação dos sistemas de incentivos existentes, em vez de criar novos sistemas de incentivos.

Digo que a procura por esses incentivos é parca, porque até tivemos alguns exemplos que foram dados em comissão e penso que foi o próprio Sr. Secretário que deu esses exemplos: apoios à manutenção da paisagem na componente de pomares tradicionais de 1500€ por hectare não recebeu quaisquer candidaturas; o POSEI, que apoiava até 1400€ por hectare apenas recebeu uma candidatura e claro também sem esquecer o PRORURAL+ que atribui incentivos para investimentos até 300 mil euros, ou seja, até 65% de comparticipação, mas são apoios que de facto não têm tido grande procura, se calhar porque também não tem havido grande incentivo à diversificação agrícola, ou pelo menos as pessoas não têm sido sensibilizadas para isso.

Portanto, mesmo no que diz respeito aos apoios, julgamos que eles não devem ser pensados no estrito senso da limpeza dos socalcos das fajãs. Basta ver que existem outros problemas por resolver no que toca por exemplo à propriedade dos terrenos e até mesmo um sistema que se calhar é demasiado burocrático (e quando digo aqui sistema, é o sistema essencialmente fiscal e administrativo que é demasiado burocrático) que pode ser um entrave também para se proceder à diversificação agrícola e a um maior incremento da horticultura e fruticultura.

Nunca é demais recordar que seria importante, não só em São Jorge, mas em toda a Região, apostar na extensão rural, porque a extensão rural seria sobremaneira importante para que tivéssemos boas práticas de diversificação agrícola, porque permitiria a aquisição de conhecimento na área do saber fazer, do saber saber e assim poderíamos possibilitar o incremento de novas culturas.

Esta extensão rural podia ser feita em articulação com a Universidade dos Açores, aliás, basta recordar que um dos fundamentos fundacionais da Universidade dos Açores foi mesmo ter a Universidade dos Açores como um

elemento, um parceiro para a extensão rural e convinha envolver a Universidade dos Açores nesta área.

A única pergunta que tenho para fazer ao Sr. Secretário, que foi aliás referido em sede de comissão, é se essa articulação com a Universidade dos Açores existe relativamente ao plano estratégico para a fruticultura, abrangendo também o café e seria importante envolver a Universidade dos Açores na extensão rural, porque assim a comunidade sentiria o efeito da Universidade dos Açores e da produção de conhecimento advinda da Universidade dos Açores no seu dia a dia, ainda mais quando falamos da comunidade que se dedica ao setor agrícola.

Seria de facto benéfico para uma relação entre académicos e agricultores que, infelizmente, continua a ser uma relação algo distante e podia ser uma forma de aproximação e claro como poderíamos possibilitar essa aproximação entre académicos e agricultores, ou seja, entre o conhecimento e a ciência aplicada, também estaríamos a valorizar o papel da Universidade dos Açores.

Portanto, para nós o apoio formativo à agricultura e não só para nós, falo de uma pessoa insuspeita, penso que foi até o professor Tomaz Dentinho, que não é propriamente uma pessoa na área do Bloco de Esquerda, que defende que a extensão rural não pode estar quase exclusivamente atribuída às marcas comerciais. Tem de ser competência da Região, sobretudo da competência da Região, e em colaboração com o Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores pugnar também por dar esse apoio formativo. Não estou aqui a dizer que os serviços de desenvolvimento agrário não fazem, ou não desempenham a sua parte, mas achamos que deveriam ir mais além em colaboração com a Universidade dos Açores, aproveitar este conhecimento que é produzido na academia, em vez de atribuirmos grande parte deste conhecimento, desta transmissão do saber fazer muitas vezes a marcas comerciais. Penso que essa é a realidade que neste momento se vive na Região.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que foi possível reunir um consenso alargado sobre esta medida.

A verdade é que este projeto de resolução, sendo aparentemente simples, tem uma importância fundamental, porque aposta naquilo que eu acho que é fundamental para a economia dos Açores, nomeadamente também para a agricultura, que é a especialização, é a diversificação e aproveitar as potencialidades que existem nas nossas ilhas, que têm diferentes capacidades de especialização e tentar rentabilizar produções locais que podem ter um sucesso significativo. O melhor exemplo é de facto o exemplo da vinha na ilha do Pico, que teve um sucesso muito acentuado e continua a crescer muito significativamente.

Considero que estes exemplos que aqui são descritos por parte do CDS-PP em relação à produção de café e inhame e em relação à necessidade de melhorar os circuitos de comercialização do café e do inhame produzidos e também no âmbito da nova redação em que é assumido que existe um regime de incentivos que pode e deve ser melhorado para concretizar estes objetivos, que este é de facto o caminho correto que se deve seguir nestas matérias.

Na minha perspetiva o Governo Regional nesta matéria teve uma posição construtiva que valorizo muito e também os diversos grupos parlamentares.

É evidente que da parte do PPM nós vamos também votar favoravelmente.

Valorizamos muito a iniciativa em causa. Este é o caminho.

Agora o que temos que conseguir é que de facto possa existir uma concretização rápida daquilo que aqui é proposto, ou seja, que de facto este regime de incentivos possa ser melhorado e que depois os produtores sejam de

facto incentivados a aproveitar estas oportunidades que são aqui criadas e que estão agora aqui descritas.

Por isso, o que é necessário agora é uma boa execução de uma boa ideia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

As fajãs na ilha de São Jorge, devido ao seu microclima especial e aos terrenos férteis, são espaços por excelência para atividade agrícola na área da diversificação.

O desenvolvimento da atividade agrícola nesses espaços contribuiu para a conservação da paisagem, fixação das pessoas, o desenvolvimento social e económico local e a promoção do desenvolvimento sustentável local.

A orografia do território, a reduzida área das parcelas e as acessibilidades impõem condicionalismos suplementares que dificultam fortemente a atividade agrícola naqueles espaços. Por isso mesmo a atividade agrícola nas fajãs é predominantemente artesanal, com práticas agrícolas com custos de produção elevados e com pouca rentabilidade.

A verdade é que a qualidade das produções e o selo da reserva da biosfera contribuem para uma valorização das produções, mas ainda insuficientes para compensar os sobrecustos da produção.

Apesar dos apoios públicos existentes ao desenvolvimento da atividade agrícola nas fajãs, como é o caso de incentivos à manutenção da paisagem agrícola, às ajudas no âmbito do POSEI, no PRORURAL, sejam nas agroambientais, agricultura biológica e ainda nas MAAZD, seja nas ajudas ao investimento no caso do PROAMAF, a verdade é que a adesão dos agricultores a essas ajudas é residual ou até inexistente.

Este facto poderá encontrar explicação nas situações seguintes: desde logo por desconhecimento dos próprios produtores; pelo desinteresse em virtude das pequenas áreas das parcelas, associada naturalmente à burocracia da candidatura e ao baixo valor do apoio a receber.

Também tem outra situação particular que é as áreas mínimas para efeitos de candidaturas aos apoios no POSEI e também das MAAZD não serem compatíveis com a dimensão das próprias parcelas de terrenos nas fajãs.

Em resumo, os apoios existentes não têm sido suficientemente atrativos para a promoção da atividade agrícola nas fajãs de São Jorge como desejaríamos.

A apresentação deste projeto de resolução da iniciativa do CDS-PP teve o mérito de identificar estas particularidades em relação à dificuldade de acesso às ajudas por parte dos agricultores nas fajãs.

Desde já importa inverter esta situação. Por isso mesmo o Governo Regional dos Açores irá reforçar o apoio técnico aos agricultores com uma maior proximidade e presença quer na divulgação dos sistemas de incentivos existentes, quer no apoio técnico.

Os resultados obtidos com uma situação análoga na cultura da vinha em socalcos na ilha de Santa Maria dá-nos a forte esperança de que nas fajãs de São Jorge teremos já no próximo período de candidaturas ajudas a mais agricultores com melhores condições para desenvolverem as suas culturas.

É inegável, como já foi dito aqui pelos Srs. Deputados, o potencial existente nas fajãs para a produção de algumas culturas em regime de produção biológica, com elevado valor acrescentado, como é o caso do café, mas para que este potencial seja transformado em desenvolvimento e em sustentabilidade da economia local é necessário um crescimento nas áreas de produção e o envolvimento dos jovens.

Em virtude das limitações das ajudas existentes o Governo Regional está naturalmente disponível para aperfeiçoar as medidas de apoio à recuperação, à

manutenção da produção agrícola, de modo a responder às especificidades da atividade agrícola próprias das fajãs.

Com este propósito estamos certos que se poderá dar um novo impulso no crescimento de algumas produções e atração de jovens agricultores.

Por outro lado, estamos convictos que a implementação do plano estratégico para a agricultura biológica e posterior aplicação da estratégia para a fruticultura iremos potenciar uma produção agrícola sustentável nas fajãs de São Jorge.

Gostaria ainda nesta fase de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Paulo Mendes e dizer que o Sr. Deputado da forma como apresenta as questões parece que o Governo Regional e no setor agrícola está de costas viradas para a Universidade dos Açores.

Está perfeitamente enganado.

Nós temos um histórico e uma longa tradição de colaboração com a Universidade dos Açores e temos aperfeiçoado e melhorado nos últimos tempos. Desde logo, os planos estratégicos quer da agricultura biológica, quer da fruticultura tiveram, como julgo que foi público, a coordenação do Prof. Dr. Horta Lopes que com a sua energia, com a sua sabedoria conseguiu motivar um conjunto de técnicos internos dos departamentos da agricultura, mas também externos, das organizações de produtores, para que tivéssemos na Região um excelente plano estratégico da agricultura biológica e que naturalmente será implementado e desenvolvido nos próximos anos.

Dentro de poucos dias será entregue o plano estratégico para a fruticultura. Outro bom exemplo de cooperação entre a Universidade dos Açores e com a sociedade civil, com técnicos do Governo e estou certo que será mais um instrumento importante para desenvolvermos a área da diversificação agrícola nos Açores.

Por outro lado, temos uma longa tradição de outros trabalhos ao nível dos solos. É verdade que ao nível da experimentação, da extensificação rural nunca fomos por aí, porque na verdade os serviços de desenvolvimento agrário dotaram-se dos meios, as próprias organizações de produtores também fazem este tipo de prestação de serviços aos agricultores, por isso é que o Governo Regional apoia fortemente as organizações de produtores.

A verdade é que existe para além disso outros projetos que são financiados no âmbito da Direção da Ciência e Tecnologia que envolve a universidade, outros projetos ligados à agroindústria, projetos que permitem acrescentar mais valor às nossas expressões.

Isto para dizer que há de facto uma boa ligação e uma boa parceira entre a agricultura e a Universidade dos Açores que naturalmente pode ser sempre aperfeiçoada e melhorada no futuro.

Dizer também, naturalmente, que esta iniciativa de criar melhores condições para que a diversificação agrícola cresça de outra forma e tenha um desenvolvimento melhor na ilha de São Jorge, é naturalmente vital dadas as suas especificidades nas fajãs, mas é preciso também dizer que nos Açores, nos últimos anos, a área da diversificação agrícola tem crescido sem paralelo.

Nos últimos quatro anos (2015 a 2019) as áreas de produção ligadas à diversificação agrícola cresceram 40%.

Da parte do Governo houve um acompanhamento ao nível do POSEI. Foi possível, apesar das limitações, do POSEI alocar mais recursos para ajudar o desenvolvimento na área da diversificação agrícola. No mesmo período a dotação cresceu 30%. São números sem paralelo no histórico na área da diversificação agrícola.

Naturalmente que é sempre possível melhorar, é sempre possível fazer melhor. Estamos empenhados nesse sentido.

Estamos a concluir também um trabalho muito importante que vai ajudar este setor sobretudo a ajustar as suas produções às necessidades do mercado. Estamos a fazer um trabalho que identifica as necessidades dos consumidores ao longo do ano para um conjunto de produtos hortícolas e frutícolas que a Região tem condições de produzir. Estamos também a estudar do lado da produção qual é que a produção ao longo do ano, de modo a compatibilizar a procura e a oferta.

Estamos certo de que quando esta ferramenta estiver disponível para os produtores será mais um instrumento importante, sobretudo para rentabilizar melhor aquilo que se produz na área da diversificação agrícola.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CSD-PP queria congratular-se pela aprovação desta iniciativa.

Sem dúvida acreditamos que esta será um estímulo à produção agrícola, para além da recuperação da paisagem das nossas fajãs.

Claro que estamos satisfeitos com a aprovação da iniciativa, mas aquilo que nos motiva é sem dúvida a concretização da mesma, porque acreditamos que

efetivamente esta será um contributo para a melhoria de vida dos jorgenses e um estímulo à economia local.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou favoravelmente este projeto de resolução com o intuito, e por via dessa forma, deste projeto de resolução e dos objetivos que estão inerentes a ele, garantir melhores condições de vida para os jorgenses, garantir um melhor rendimento para os nossos agricultores, melhorar a sustentabilidade do nosso território, garantir a qualidade da imagem das nossas fajãs, valorizar o património existente nessas mesmas fajãs e aumentar o valor acrescentado nas nossas produções.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos assim este nosso ponto da Agenda.

Vamos continuar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 15:

Projeto de Resolução n.º 164/XI – “Primeira alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro - Comissões Especializadas Permanentes”.

Este projeto de resolução é subscrito por mim própria e também por todos os Grupos e Representações Parlamentares e tal como o próprio nome indica é uma alteração à composição das comissões.

Julgo não haver inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O projeto de resolução anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora entrar nas urgências, nos pedidos de urgência e dispensa de exame em comissão.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes a serem ambas aprovadas as duas iniciativas serão debatidas em conjunto, uma vez que versam sobre a mesma matéria.

Em primeiro lugar então darei a palavra ao Sr. Deputado António Lima para justificar a urgência do **Projeto de Resolução n.º 163/XI – “Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Aplicação e Revisão do Subsídio Social de Mobilidade (CEAARSSM)”**.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta este pedido de urgência com a justificação da importância da matéria em causa. Trata-se de uma medida essencial. O subsídio de mobilidade é uma medida essencial para a garantia do direito à mobilidade, justifica-se também pelo processo de revisão em curso e pelas recorrentes declarações públicas de responsáveis políticos acerca dessa mesma revisão.

Consideramos, por isso, que o Parlamento através de uma comissão deve acompanhar este processo, numa comissão eventual e daí considerarmos que ela deva ser criada de imediato já nesta sessão plenária.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo vamos votar ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, no âmbito da urgência?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Julgo então não haver inscrições.

Vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão do **Projeto de Resolução n.º 165/XI – “Acompanhamento pela Comissão Permanente de Economia do processo de revisão do subsídio social de mobilidade em curso entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República”**, este apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Pergunto se haverá justificação da urgência.

Não haverá?

Pergunto então se há alguma inscrição.

Não havendo também, vamos votar a urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido ambas as urgências aprovadas, vamos fazer este debate em conjunto.

Vou anunciar os tempos que cada grupo e representação parlamentar tem para o debate: os autores da iniciativa, neste caso o Bloco de Esquerda e o PS, assim como o Governo, dispõem de 35 minutos; o PSD, 30 minutos; o CDS, 25 minutos; o PCP e o PPM dispõem ambos de 20 minutos.

Dou então agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima desta feita para apresentar a iniciativa.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Subsídio Social de Mobilidade, que é atribuído aos passageiros residentes e equiparados no âmbito das suas deslocações ao continente e à Região Autónoma da Madeira, foi criado aquando da alteração do modelo de transportes aéreos como forma de proteger o direito à mobilidade dos residentes no seguimento da eliminação das obrigações de serviço público nas rotas entre São Miguel, Terceira, o continente e a Região Autónoma da Madeira.

A sua importância é óbvia para garantir o princípio da continuidade territorial atenuando assim as desigualdades inerentes aos constrangimentos causados pela insularidade e dispersão geográfica num contexto em que agora são as leis do mercado que ditam as regras sem quaisquer preocupações sociais.

Este modelo de transporte aéreo foi uma imposição do então Governo da República do PSD e CDS. No entanto, o PS, PSD e CDS disputam a paternidade do mesmo.

Certo, é que a responsabilidade pela garantia do princípio da continuidade territorial é do Governo da República seja ele de que partido for.

Há quase dois anos que os Governos Regional e da República constituíram um grupo de trabalho para rever o modelo de atribuição do Subsídio Social de Mobilidade. Por variadíssimas vezes o Bloco de Esquerda questionou neste Parlamento o Governo Regional acerca das negociações em curso e sobre as propostas apresentadas pelo Governo Regional em sede do referido grupo de trabalho. Nunca obtivemos respostas claras. Sempre foram anunciados princípios vagos e abstratos sem qualquer concretização.

Perante esta ausência de informação apenas se pode concluir uma de duas coisas: ou o Governo Regional e o Presidente do Governo escondem deliberadamente do Parlamento o que andam a negociar com o Governo da República; ou então o Governo Regional não tem proposta nenhuma e as

alterações que serão implementadas serão a imposição de António Costa e do Governo do Partido Socialista.

Para o Bloco de Esquerda o Parlamento dos Açores e os açorianos e açorianas não podem ficar arredados deste processo e têm de conhecer o que se está a negociar e a decidir no Terreiro do Paço.

Na ausência de respostas do Governo Regional sobre esta matéria e perante as afirmações do Secretário Geral do PS e Primeiro-Ministro António Costa que afirmou que tinha proposto regionalizar a gestão do Subsídio Social de Mobilidade, o Bloco de Esquerda propôs que o Parlamento, este Parlamento, através da Comissão de Economia, reunisse com o Ministro das Infraestruturas e Habitação. Essa proposta foi chumbada pelo Partido Socialista na Comissão de Economia, ou seja, o Governo Regional do Partido Socialista não dá as respostas e esclarecimentos que se exigem ao Parlamento e o mesmo Partido Socialista não permite que o Parlamento procure essas respostas junto do Governo da República.

O Partido Socialista assim tudo faz para impedir a fiscalização do Parlamento escondendo o que está a negociar no segredo dos gabinetes.

Deputado Francisco César (PS): O que o senhor quer a gente sabe bem!

O Orador: O Bloco de Esquerda não desiste de trazer transparência a este processo e tudo fará para que os açorianos e açorianas não sejam presenteados com factos consumados, castradores do seu direito à mobilidade. Por isso, apresentamos hoje um projeto de resolução para que seja criada neste Parlamento uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Aplicação e Revisão do Subsídio Social de Mobilidade.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através desta comissão, deve acompanhar e fiscalizar todo o processo de revisão do Subsídio Social de Mobilidade em curso, o que implica necessariamente acesso aos

dados que permitam uma avaliação exaustiva da aplicação do Subsídio Social de Mobilidade até à data, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já existem comissões suficientes para isso!

O Orador: ... assim como o acompanhamento permanente e próximo das negociações em curso.

Propomos que esta comissão cumpra três objetivos: em primeiro lugar, avaliar a aplicação do Subsídio Social de Mobilidade atribuído aos cidadãos beneficiários no âmbito dos serviços aéreos entre o continente, a Região Autónoma dos Açores e esta e a Região Autónoma da Madeira; em segundo lugar, obter todos os dados relevantes sobre a aplicação do Subsídio Social de Mobilidade, entre os quais o custo total suportado pelo Subsídio Social de Mobilidade desagregado por rota e por companhia aérea, assim como o número de passageiros transportados em cada uma das rotas e por cada companhia aérea, para além dos preços das tarifas cobradas a residentes e não residentes; em terceiro lugar, acompanhar de forma ativa e próxima a revisão do Subsídio Social de Mobilidade em curso ou outra que tenha lugar no decorrer do período de vigência da comissão, podendo, no decorrer desses processos, a comissão emitir recomendações ao Governo Regional.

Propomos ainda que a comissão seja composta por deputados e deputadas de todos os partidos com assento parlamentar e que no prazo de seis meses apresente ao plenário da Assembleia o seu relatório final, podendo esse prazo ser prorrogado até ao final da presente legislatura.

Qualquer revisão do Subsídio Social de Mobilidade dada a sua importância fulcral no direito à mobilidade e para concretizar o princípio da continuidade territorial, assim como para a proteção dos açorianos e açorianas da voragem das leis do mercado tem de passar por um processo de decisão transparente, participado, com respeito pela Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa não pode ficar arredada deste processo. A revisão do Subsídio Social de Mobilidade não é apenas mais um assunto a acompanhar. Para o Bloco de Esquerda a mobilidade é um assunto de importância central para os açorianos e açorianas. Ninguém compreenderá que este Parlamento faça outra coisa que não seja dedicar-se afincadamente ao acompanhamento deste assunto através de uma comissão eventual criada especificamente para este efeito, com objetivos claros e definidos à partida por esta Assembleia.

Esta é a melhor proposta para acompanhar a revisão do Subsídio Social de Mobilidade ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso pensa o senhor!

O Orador: ... com objetivos que são perfeitamente definidos e que têm dedicação ao assunto. Pelo contrário, apresenta o Partido Socialista uma proposta de quem quer apenas ouvir quem não quer nada dizer, ou seja, o Governo Regional, sem sequer definir o que pretende fazer com a sua proposta. O Partido Socialista é neste debate o personagem do romance *O Leopardo* do escritor italiano Giuseppe di Lampedusa, quando diz que é preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma.

Deputado Carlos Silva (PS): Está a adotar o estilo de Paulo Estêvão!

O Orador: A proposta do Partido Socialista é isso mesmo: mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma, para que se continue a negociar nas costas dos açorianos e açorianas um ataque ao seu direito à mobilidade.

É por isso que a proposta do Bloco de Esquerda é a única proposta consequente e objetiva na defesa do direito à mobilidade dos açorianos e açorianas e que não serve para que fique tudo na mesma.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O modelo de acessibilidades aéreas, nomeadamente a questão do Subsídio Social de Mobilidade, tem trazido enormes benefícios aos açorianos e parece-me que esta conclusão deverá ser partilhada por todos.

No entanto, como qualquer modelo, por mais perfeito que seja, por mais blindado que aparente, a sua aplicação prática acaba por revelar algumas fragilidades que muito naturalmente é preciso melhorar e aperfeiçoar. Essas questões, essas imperfeições, estão perfeitamente identificadas no preâmbulo do projeto de resolução que o Partido Socialista apresenta e que vamos passar a discutir e trata-se da excessiva carga burocrática na obtenção do reembolso, na existência de valores exorbitantes nos preços dos bilhetes e aumento do valor investido pelo Governo da República e o decréscimo dos usufrutuários deste modelo.

É claro que estas fragilidades provocam dificuldades aos açorianos e também por outro lado podem dar lugar a algumas fraudes como também já foram identificadas.

No entanto, apesar de sabermos que há necessidade de melhorar, de rever o sistema atual, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aceita de todo que essa revisão possa pôr em causa o direito à mobilidade dos açorianos que é um dos direitos considerados fundamentais para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Não aceitaremos que as questões económico-financeiras prevaleçam ao direito da mobilidade dos açorianos.

Ao contrário do Bloco de Esquerda, que quer criar uma nova comissão eventual para tratar deste assunto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que é à Comissão de Economia que compete acompanhar a par e passo todo este processo da revisão do Subsídio Social de Mobilidade.

Deputado Carlos Silva (PS): Já está criada!

O Orador: É por isso que propomos que a Comissão Permanente de Economia acompanhe até à respetiva conclusão do processo de revisão do Subsídio Social de Mobilidade atualmente em vigor entre o Governo dos Açores e o Governo da República e também propomos que a Comissão Permanente da Economia pautе a sua atuação pela defesa intransigente dos legítimos interesses dos Açores ...

Deputado Carlos Silva (PS): Como é habitual!

O Orador: ... e por fim que dê nota periódica do trabalho de acompanhamento desenvolvido a esta Assembleia.

Apresentamos esta proposta, porque achamos que esta é a melhor forma de acompanhar este processo e ao mesmo tempo prestar contas à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A nós não compete decidir, mas temos de acompanhar estas negociações e defender intransigentemente os açorianos, levando este desígnio com o objetivo principal do processo de revisão do Subsídio Social de Mobilidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 35 minutos.

Vamos então entrar no debate destas iniciativas. A Mesa tem duas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Estamos perante duas iniciativas aparentemente semelhantes, mas não o são, não são nada semelhantes, há uma diferença política, há um conjunto de diferenças políticas muito substanciais que as separam.

Deputado Carlos Silva (PS): Explique lá!

O Orador: A primeira questão que eu quero referenciar, antes de me centrar na questão da substância, é falar aqui na questão do regime. Esta questão começa por ser a diferença entre a proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e a do Bloco de Esquerda, começa por ser uma questão de regime. Nesta posição do Partido Socialista em relação ao Parlamento, à menorização do Parlamento na vida política regional, o Partido Socialista está ao lado de um personagem como por exemplo o Boris Johnson, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ele é parecido consigo!

O Orador: ... que tentou durante a sua atividade governativa menorizar o Parlamento Inglês em detrimento daquelas que são as funções do Governo. E, por isso, nesta conjuntura, o Partido Socialista assemelha-se à condução política de Boris Johnson, à conceptualização de Boris Johnson. Contra a sua própria história, porque a história do Partido Socialista foi sempre de luta contra o poder excessivo do Presidente da República. Todos estão lembrados das lutas entre o Partido Socialista e o General Ramalho Eanes. E o Partido Socialista sempre defendeu a diminuição dos poderes do executivo nacional e do Presidente da República, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah, do Presidente da República!

O Orador: ... reforçando os poderes do Parlamento. Porquê? Porque tinham uma má memória do regime de 1933, que constitucionalmente era um regime

presidencialista, com um executivo muito forte, teoricamente dependente do Presidente da República. E, portanto, isto começa por ser uma questão de regime. E eu considero que nesta matéria o Partido Socialista está no lado errado da história e está acompanhado de alguns dos personagens mais lamentáveis da história contemporânea da Europa.

Em segundo lugar, quero aqui dizer e quero aqui fazer referência ao seguinte: o que é a política, meus senhores? Ainda ontem, o Partido Socialista acusava a bancada do Partido Social Democrata de se ter antecipado, de ter utilizado (como é que era a palavra?) um truque, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Um truquezinho!

O Orador: ... ter utilizado um truquezinho, o PSD, para se adiantar no âmbito do debate parlamentar e deturpar o que estava planificado. E agora, menos de 24h depois, aqui temos mais um truquezinho. Aqueles que acusavam os outros de terem truquezinhos são agora aqueles que aplicam o truquezinho, que é: o Bloco de Esquerda apresenta uma proposta, uma iniciativa e, dias depois, o PS, que nada tinha dito sobre isto, apresenta outra iniciativa para tentar anular a iniciativa do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): Nada anula! Vai a votação!

O Orador: Em relação aos truquezinhos, estamos conversados. Truquezinho com truquezinho se paga!

Deputado António Parreira (PS): O Partido Socialista não pode apresentar uma proposta?

O Orador: Pode! O PSD também podia a foi acusado do truquezinho!

Deputado António Parreira (PS): E o senhor também pode!

O Orador: É só para que vejam a inconsistência das vossas posições nesta matéria e como depressa se apanha mais um truquezinho. E, portanto, isto é um truquezinho. V. Exas. têm razão e o conceito está correto. É um truquezinho.

Um truquezinho para tentar parar a iniciativa política do Bloco de Esquerda nesta matéria.

Qual é o objetivo da iniciativa do PS? Bem, perante a importância desta questão, o Partido Socialista considerou que estava numa situação desconfortável. Bem, isto é uma questão que interessa muito aos açorianos, a questão do subsídio de mobilidade. E o que pensou foi: como é que nós descalçamos esta bota? E, portanto, o que pensou foi: vamos apresentar uma iniciativa e vamos meter isto na Comissão de Economia e vamos dizer que é a mesma coisa. Não é a mesma coisa!

Deputado Carlos Silva (PS): Não é a mesma coisa! É melhor! Se fosse a mesma coisa, votava-se a do Bloco!

O Orador: E não é a mesma coisa, em primeiro lugar, porque a iniciativa do Bloco de Esquerda de criar uma Comissão Eventual de Acompanhamento para acompanhar esta questão de forma específica, em primeiro lugar, tem o mérito de focalizar esta questão, ou seja, há uma Comissão que tem especificamente esta responsabilidade. E isso é uma vantagem! E isso é uma vantagem significativa! Já a proposta do Partido Socialista remete o assunto para centenas de outros assuntos que a Comissão de Economia está a analisar. É apenas mais um assunto. Ou seja, a proposta do Partido Socialista o que pretende aqui é tentar que o assunto não seja tão escrutinado, tentar que o assunto seja minorizado. A proposta do Bloco de Esquerda focaliza bem a importância do assunto que aqui nos traz. Esta é uma diferença fundamental.

Mas há outra, o tempo. O Bloco de Esquerda propõe que este assunto e que a Comissão possa produzir um relatório no prazo de 6 meses. É importante porque o vai fazer antes das eleições. E, portanto, ao fim de 6 meses, temos uma deliberação sobre este assunto. Já o Partido Socialista remete esta situação para uma série de relatorizinhos, a acompanhar o truquezinho, para intercalares e

não há a segurança que possa ser produzido um relatório final sobre esta matéria antes das eleições.

Deputado Carlos Silva (PS): É esse o respeito que tem pela Comissão!

O Orador: Depois, o Partido Socialista... eu dou os parabéns ao estratega do Partido Socialista que escreveu este texto. É que conseguem que o mal da história, que é quem diz: não, estou farto de gastar dinheiro com os Açores e com a Madeira com a mobilidade, aquilo é um roubo, os senhores fiquem lá com esse problema! Tomem lá!

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é que custa uma Comissão Eventual?

O Orador: Isto está muito mal, vocês que façam a gestão! Então, não têm autonomia? Tomem lá o assunto! Bom, quer dizer, o vilão desta história é apresentado aqui pelo Partido Socialista como se fosse o Pai Natal! Afinal, não! Ele só quer melhorar! Só quer melhorar as coisinhas! O que é que pretendemos? Pretendemos melhorar! Isso não está bem! Portanto, qual é a necessidade? Até cito aqui: “É necessário melhorar o sistema.” O António Costa, o Sr. Primeiro-Ministro nunca falou em melhorar o sistema! O que ele quer é livrar-se do problema e da despesa!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (PSD): É para dar mais uns dinheirinhos para a CP!

O Orador: Agora, melhorar o sistema!? Isto nunca foi de forma nenhuma referenciado! Mas quem escreveu isto tem uma habilidade impressionante. É um texto mesmo sibilino. É um texto em que o autor, quer dizer, o vilão é pintado com umas cores diferentes. Portanto, este é o objetivo também tático do Partido Socialista em relação a esta matéria.

A verdade é esta: é, ou não, fundamental que o Parlamento acompanhe de forma focada e com as competências específicas esta questão?

Deputado Francisco César (PS): Mas não é isso que o Bloco está a solicitar! Está a solicitar governar!

O Orador: É essencial! É essencial que se faça este acompanhamento!

Porque a verdade é a seguinte e esta é a questão, para mim, fundamental... Ah, o autor do texto também diz o seguinte: aquilo é uma fraude! É preciso investigar esta fraude! Há gente que está aqui a ganhar dinheiro! Há aqui concertação de preços! Bem, então, mas quem é que tem a tutela em relação às entidades que podem combater a fraude, que podem perseguir os criminosos, que podem detetar a concertação de preços entre as companhias aéreas? Quem é que tem a tutela, é o Governo Regional ou é o Governo da República? É o Governo da República que tem a tutela sobre estas entidades! Então quem é que está em melhor situação de fazer a gestão desse processo e de detetar as fraudes e de as combater? Quem é que está em melhor posição? O Governo da República! Mas não, o paradoxo é que a entidade que não tem esta tutela sobre estas entidades é a que recebe a encomenda para resolver o problema. Quem tem menos mecanismos é que recebe a encomenda para resolver os problemas.

Ó meus senhores, o que o Sr. Primeiro Ministro quer é pagar menos! Porque se existe fraude, o que é que está à espera para combater a fraude?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Mas não foi o que os senhores tentaram fazer com a investigação científica?

O Orador: Se existe concertação de preço, o que é que está à espera para combater a concertação dos preços entre as companhias aéreas? Não é ele que tem essas competências? Não é ele que tutela essas entidades?

Deputado Francisco César (PS): Mas não estamos a falar de companhias aéreas!

O Orador: Porque é que quer remeter essa questão para o Governo Regional? Quer remeter, porque, obviamente, este é um assunto em que o Sr. Primeiro-Ministro quer poupar! E, portanto, como isto é uma fatura demasiado elevada...

O Sr. Primeiro-Ministro tem uma ideia, uma interpretação sobre a autonomia regional: quando é para pagar, quando a fatura é muito elevada, meus senhores, tomem lá, façam a gestão dessa questão, façam então a gestão desse assunto.

Mas no mar dos Açores, o Sr. Primeiro-Ministro já não pensa assim! Porque é que o Sr. Primeiro-Ministro não tem um pensamento autonómico igual e diz assim: o mar dos Açores tem um enorme potencial para a Região, tomem lá a gestão dessa matéria, façam lá a gestão. Não é isto que é a autonomia? Façam lá gestão. Já não disse a mesma coisa! Como há uma fatura para pagar, o Sr. Primeiro-Ministro tem a interpretação que autonomia é isto mesmo, é mandar as despesas e as faturas para os outros!

Por isso, eu considero que esta não pode ser uma negociação apenas entre o Governo Socialista da República e o Governo Socialista dos Açores. Esta tem que ser uma questão acompanhada de perto pelo conjunto de partidos, pelo Parlamento dos Açores, um acampamento focalizado nesta questão. É isto que o Bloco de Esquerda aqui propõe e que o PPM apoia. É fundamental que se faça isto, que se esteja atento e que se possa ter uma intervenção a tempo de conseguir que este assunto seja resolvido, na defesa dos interesses dos Açores. Porque, eu peço-vos desculpa, eu não confio que se encontre a melhor solução se a solução for apenas negociada entre o Governo da República e o Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Ah, então está explicado! A questão é essa!

O Orador: Eu considero que é fundamental que todos tenham um papel e uma intervenção ativa nesta matéria! E que o Parlamento dos Açores, do alto daquilo que é o nosso Estatuto Político-Administrativo que define o nosso regime como um regime parlamentar, tenha um papel decisivo e que possa dizer: não, nós não queremos este acordo porque este acordo prejudica os Açores, porque este acordo prejudica os açorianos!

Por isso, a V. Exas. quero dizer que apoio e que votarei favoravelmente a vossa iniciativa.

Deputado José Ávila (PS): E a nossa? Já agora...

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS, o primordial é não colocar nunca em causa o direito à mobilidade dos açorianos, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... a mobilidade que é um direito que está consagrado na Constituição da República, de acordo com os Princípios da Solidariedade e Continuidade Territorial.

O CDS e julgo que todos os açorianos ficaram preocupados, aquando do anúncio do Sr. Primeiro-Ministro António Costa, quanto à mudança do subsídio de mobilidade atualmente em vigor e quando diz que o subsídio social de mobilidade é absurdo e ruinoso. Sem dúvida que isto é algo que nos preocupou a todos de uma forma transversal e todos aqueles que necessitam de se mover para fora da Região por motivos quer sem eles de saúde, de lazer, de negócio.

E, efetivamente, consideramos que é necessário acompanhar de uma forma ativa. É necessário fiscalizar o processo de revisão do subsídio social de mobilidade. E o CDS considera que a Comissão de Economia apresenta as competências e atribuições necessárias para acompanhar o processo de revisão que decorre entre o Governo Regional e o Governo da República.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é que é sensatez! Isso é que é respeitar a Comissão de Economia!

A Oradora: Este acompanhamento, no nosso entender, tem de ser efetivo, ativo, este tem de ser um trabalho regular e divulgado, pois trata-se de um

assunto de extrema importância para todos aqueles que vivem na nossa Região e que por motivos de saúde, lazer, ou trabalho têm de se movimentar.

A mobilidade é um direito imprescindível para os açorianos e para o desenvolvimento económico e social da nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção, gostaria, em primeiro lugar, de começar por dizer que a proposta do Bloco de Esquerda teve, para já, o mérito que nem sequer o Partido Socialista pode negar, que foi trazer este assunto a debate e, acima de tudo, trazer uma proposta do Partido Socialista sobre este assunto, que tem fugido deste assunto como o diabo da cruz. Tem sido questionado sobre ele vezes sem conta neste Parlamento e pela primeira vez trouxe uma proposta a este Parlamento. Uma proposta que já iremos a ela.

Primeiramente, respondendo àquela que foi a intervenção do Partido Socialista, pelo Deputado José Ávila, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quanto é que custa uma Comissão Eventual?

O Orador: ... valorizando aquele que é o papel da Comissão de Economia no acompanhamento dos assuntos de transportes, nomeadamente, entre muitas outras competências que tem a Comissão de Economia, eu gostaria de lembrar e eu não estive nessa reunião, mas o Sr. Deputado julgo que esteve, não sei se ainda faz parte da Comissão de Economia, perdoe-me se me enganei, que já não faço parte dela, o Bloco de Esquerda apresentou exatamente na Comissão de Economia uma proposta para que a Comissão de Economia solicitasse uma audiência ao Ministro com a competência desta matéria!

Deputado Francisco César (PS): Durante as eleições! Este é que é o truque!

O Orador: Depois das eleições, Sr. Deputado Francisco César! Depois das eleições! Depois das eleições, na primeira reunião da Comissão de Economia! O que é que aconteceu nessa votação do requerimento do Bloco de Esquerda? Toda a oposição votou favoravelmente e alguém impediu essa mesma reunião! Foi o Partido Socialista! E nós solicitamos essa reunião com o Ministro exatamente porque questiona-se o Governo Regional sobre este assunto e a resposta é nenhuma!

Deputado Francisco César (PS): Vocês até são tão amigos desse Ministro!

O Orador: A última vez que este assunto veio aqui a Plenário, o Bloco de Esquerda questionou a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas sobre o andamento e as negociações do tal famoso grupo de trabalho de revisão do subsídio de mobilidade. Qual foi a resposta da Sra. Secretária do Transportes e Obras Públicas? Disse e passo a citar: “Quanto ao grupo de trabalho e a evolução das suas conclusões, pois, de facto, ainda não são conhecidas e, portanto, nessa medida, eu ainda não estou em condições de informar a Assembleia e as Sras. e Srs. Deputados sobre essas conclusões.” Bem, esta tem sido a resposta, plenário após plenário. E o assunto dos transportes tem sido, sem dúvida, aquele que mais vezes tem sido debatido nesta Casa. E a resposta do Governo sobre esta matéria é sempre esta, com mais palavra ou menos palavra não tem passado daqui. Por isso, o Bloco de Esquerda, já que não tem respostas do Governo Regional, procurou que a Comissão de Economia tivesse respostas do Governo da República. E o Partido Socialista o que é que fez? Chumbou a proposta!

Deputado Francisco César (PS): Insista!

O Orador: A proposta do Partido Socialista mudou de posição e acha que é a Comissão de Economia que tem a competência e tem o dever de acompanhar esta matéria.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor considera resposta quando é do seu agrado, senão não é resposta!

O Orador: Em primeiro lugar, vamos ter essa proposta como bem-intencionada e que até serviria para alguma coisa. Vamos ponderar se isso poderia acontecer. Eu recorro, partindo desse princípio, que o Bloco de Esquerda tem muitas dúvidas, porque, como já disse, a proposta do Partido Socialista só surge porque o Bloco de Esquerda apresentou uma proposta, como também disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Foi aprovada, no ano passado, uma Resolução desta Assembleia sobre um assunto que é tão importante como a questão da mobilidade para os Açores e que se trata da negociação nacional e comunitária com vista à definição do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia no pós-2020. Esta foi uma Resolução debatida aqui nesta Casa, foi apresentada pelo mesmo Partido Socialista que agora apresenta uma Resolução que tem um objeto que é semelhante, ou seja, acompanhar o processo pela Comissão de Economia. O que é que dizia essa Resolução? E passo a citar os seus pontos resolutivos:

– Em primeiro lugar, “que a Comissão Permanente de Economia, em articulação com as restantes Comissões, em razão das competências conferidas a cada uma destas, acompanhe, até à sua conclusão, o processo desenvolvido pelo Governo Regional na negociação nacional e comunitária com vista à definição do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia no pós-2020” – primeiro ponto resolutivo;

– Segundo ponto resolutivo, “que a Comissão Permanente de Economia dê nota periódica desse trabalho de acompanhamento, nomeadamente através da elaboração de um relatório semestral, até à conclusão do processo referido no número anterior”.

Esta Resolução foi aprovada a 23 de fevereiro. E eu pergunto: onde é que estão os relatórios desta Comissão, que já devia ter feito dois relatórios?

Deputado Francisco César (PS): O senhor quantas vezes requereu ou fez diligências?

O Orador: A Comissão tem um Presidente, tem um Relator e tem um Secretário. E a sua Mesa não fez relatório nenhum, nem agendou audições com um Membro do Governo. Ora, é isto que o Governo quer fazer, que o Partido Socialista quer fazer com a questão do subsídio de mobilidade: é colocá-lo na gaveta para que o Parlamento não possa fiscalizar a atuação do Governo Regional!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E é isso que o Bloco de Esquerda quer! Não quer governar, como já ouvi aqui em apartes. O Bloco de Esquerda quer avaliar a aplicação do subsídio de mobilidade, ...

Deputado Francisco César (PS): O que o senhor quer é tornar isto tudo num modelo público!

O Orador: ... obter toda a informação sobre o subsídio de mobilidade e quer acompanhar o processo de negociação. Julgo que a nossa proposta é mais do que clara e é mais do que objetiva e não queremos colocar na gaveta este assunto, como é a intenção do Partido Socialista, até porque já o fez, como já demonstrei, com um assunto tão ou mais importante do que este!

Disse.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A importância deste tema já foi discutida hoje, tem sido discutida no passado nesta Assembleia e foi objeto de uma pronúncia, em abril de 2018, apresentada por iniciativa própria da Assembleia, apresentada pelo PSD, que foi aprovada

por todos os partidos da oposição e que foi chumbada pelo Partido Socialista. E, portanto, é um assunto que a nós diz muito e diz há muito tempo. E a realidade é que toda a informação que este Parlamento tem, tem exclusivamente por via da comunicação social. Não há qualquer informação oficial. Há perguntas não respondidas à Secretária da tutela, ao Sr. Presidente do Governo. Há um grupo de trabalho criado em março de 2017 que até hoje não se sabe qualquer resultado. E, portanto, a verdade é que este Parlamento não tem qualquer informação.

Perante isto, o Bloco de Esquerda apresenta uma iniciativa no dia 14 de outubro e o Partido Socialista apresenta uma iniciativa que anula esta, na prática, ...

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: ... porque sabemos o sentido da votação, no dia 16 de outubro. E isso faz-me recordar uma técnica semelhante que foi a apresentação, pelo PSD, por duas vezes já, da proposta de criação da Unidade Técnica Orçamental, em que o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração que inviabiliza, levando a que o PSD retire a sua proposta. Aliás, era altura de perguntar ao PS se a proposta de alteração que fez já considera irrelevante. É porque, entretanto, teve tempo para apresentar a sua proposta, que era a nomeação de assessor no sentido de colmatar aquilo que eram as competências, que nós propusemos, da Unidade Técnica Orçamental.

E, portanto, aquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão é verdade, é um truque, é uma forma repetida de anular uma iniciativa que não foi do Partido Socialista.

Mas, independentemente deste enquadramento, há uma questão essencial, que é a própria proposta do Bloco de Esquerda. A proposta do Bloco de Esquerda faz sentido. A proposta do Bloco de Esquerda é uma proposta séria, que tem um conteúdo resolutivo que pode ser útil a esta Assembleia, no sentido de acompanhar um assunto que é importante para todos. E aquilo que o Partido

Socialista faz, de uma forma atabalhoada, claro que vai inviabilizar a proposta do Bloco de Esquerda e apresenta uma proposta que é perfeitamente extemporânea. E há aqui matérias que, ou existindo, ou não existindo a proposta do Partido Socialista, são competências próprias da Comissão Permanente de Economia e, portanto, não era necessária a proposta do Partido Socialista para que a Comissão de Economia, no âmbito das suas competências, exercesse exatamente aquilo que é o acompanhamento dessa matéria.

Aliás, eu não resisto a citar aqui, a transcrever uma parte do n.º 2, em que diz o seguinte: “A Comissão Permanente de Economia, no cumprimento da missão referida no número anterior, pautará a sua atuação pela defesa intransigente dos legítimos interesses dos Açores.” Bom, se o Partido Socialista tem a maioria da Comissão, isso é um recado ao próprio Partido Socialista, aos Deputados do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E, portanto, da nossa parte, e também digo, sendo chumbada a proposta do Bloco de Esquerda, nós vamos aprovar a proposta do Partido Socialista. Nós vamos exatamente cumprir aquilo que é essa recomendação que o Partido Socialista faz à Comissão, ou seja, faz a si mesmo, que é defender os interesses dos Açores no âmbito dessa Comissão.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A mobilidade dos açorianos é, sem qualquer sombra de dúvida, questão de fundamental importância, que diz respeito a todos os cidadãos, pese embora o facto de existirem grupos mais diretamente afetados que outros, nem por isso qualquer açoriano está isento de, por uma ou outra razão, ter de vir a deslocar-se para fora da região.

Parece, hoje, ser consensual a constatação de que o subsídio de mobilidade, tal como está e é aplicado, necessita de profunda reformulação.

Para nós, PCP, que desde sempre mantivemos sérias reservas e oposição à aplicação do designado subsídio social de mobilidade nos moldes atuais, sempre estivemos certos de que, mais dia, menos dia, o mesmo teria de ser repensado e reformulado.

Sendo esta uma matéria de relevantíssima importância para todos os açorianos sem exceção, não se compreende nem a razão nem o objetivo de qualquer entrave a uma ampla informação dos legítimos representantes de todos os açorianos sobre aquilo que são as propostas concretas existentes, tenham elas origem no Governo da República, tenham elas origem no Governo da Região Autónoma dos Açores.

É urgente que se faça luz sobre esta matéria e é urgente que este assunto saia do segredo dos gabinetes e seja objeto de um amplo e participado debate, de modo que as soluções encontradas sejam, não só as melhores, como as mais consensuais possíveis numa matéria que assim o exige.

Porque é urgente que assim se proceda, faz todos o sentido o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão das propostas apresentadas sobre este assunto.

Para nós, Representação Parlamentar do PCP, é essencial que, sendo esta matéria, como aliás já o referimos, de importância vital para toda a população

açoriana, haja o máximo de representatividade e participação no acompanhamento e debate da mesma.

Assim sendo e sem qualquer demérito da capacidade de acompanhamento deste processo por parte da Comissão Permanente de Economia, faz muito mais sentido e justifica-se que seja criada uma Comissão Eventual com a presença de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia. Aliás, das propostas presentes sobre esta matéria, torna-se evidente que, para além da representatividade, também o âmbito de atuação da Comissão Eventual proposta pelo BE é mais coerente com o objetivo que se pretende alcançar.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tivemos aqui uma aula de história do Sr. Professor e Deputado Paulo Estêvão. É sempre bom ouvi-lo nessa matéria porque nessa matéria é especialista. Mas eu queria... aqui, alguém me disse, há bocadinho, que o senhor não se esquecesse que foi a Rainha de Inglaterra que quis suspender o Parlamento.

Deputado José Contente (PS): Ora bem!

O Orador: E, já agora, também lembrar que foi a Sra. Dra. Manuela Ferreira Leite que também quis suspender a democracia. Portanto, assim vai a monarquia, assim vai a social democracia!

Sr. Deputado António Lima, é verdade que o Partido Socialista inviabilizou o que era requerido pelo Bloco de Esquerda relativamente a esta matéria. É verdade. Inviabilizou em plena Comissão de Economia. Mas também era preciso fazer um enquadramento sobre esta situação. Nós tínhamos um Governo em gestão e estávamos em plena campanha eleitoral.

Deputado António Lima (BE): Não! Não, senhor!

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi depois!

O Orador: Sr. Deputado, eu peço que veja com atenção. Eu tenho aqui o requerimento e eu já lhe mostro.

Deputado Carlos Silva (PS): Apresentado foi antes, debatido foi depois!

O Orador: O requerimento é do dia 11 de setembro.

Deputado António Lima (BE): E a votação?

O Orador: Ora bem, eu só lhe queria dizer que o que se evitou foi um truquezinho pré-eleitoral. Portanto, é isso que estava a acontecer.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ora aí está!

O Orador: O Bloco de Esquerda queria fazer um brilharete com esta matéria. Mas, Sr. Deputado, aqui, o que está em questão é uma matéria muito simples: nós todos queremos defender o direito à mobilidade dos açorianos. Os senhores querem criar mais uma Comissão. Nós atendemos às competências da Comissão de Economia que têm a ver com os transportes e acessibilidades. Portanto, achamos que a Comissão de Economia é suficiente para tratar deste assunto, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então bastava chumbar a proposta do PS!

O Orador: ... porque a nós, convém também lembrar, não compete decidir, mas tão só acompanhar e fiscalizar. E é isso que a nossa proposta apresenta. E agora a pergunta que se faz aos partidos, nomeadamente ao PSD, que estou a estranhar aqui o PSD, juntou-se aqui ao Bloco de Esquerda com um ar muito desconfiado relativamente a esta matéria, o que eu queria dizer sobre esta matéria e a pergunta que se impõe e que o PSD deve responder aqui...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Já estava escrito!

O Orador: ... é se quer, de facto, acompanhar e fiscalizar este problema que deve ser resolvido, ou então se quer criar, como diria o Sr. Deputado Paulo Estêvão, mais uma comissãozinha.

Deputado Luís Maurício (PSD): É assim que os senhores respeitam as Comissões, é tratá-las por comissõezinhas!

O Orador: É isso que nós queremos saber e é isso que está em causa aqui nesta discussão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é que é o respeito que os senhores têm pelas Comissões, é tratá-las por comissõezinhas!

O Orador: Porque, Sr. Deputado, relativamente ainda a esta questão...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... parece-me que, para o Bloco de Esquerda, a grande questão não tem a ver com o facto de ser uma Comissão Eventual ou se é uma Comissão Permanente. A questão do Bloco de Esquerda é outra, é as empresas privadas. A questão do Bloco de Esquerda é o serviço prestado pelas empresas privadas nos céus dos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem o Bloco de Esquerda sabia essa!

O Orador: E é isso que está a custar muito ao Bloco de Esquerda.

Por isso, é preciso clarificar esta situação e também tentar perceber qual é a posição de cada um dos partidos que estão nesta Casa.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Vai perceber na votação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional Berto Messias.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Não pode, o Governo dos Açores, deixar de participar neste debate tendo em conta aquelas que foram as afirmações do Sr. Deputado António Lima, quer ali da tribuna, quer também da bancada, insinuando que o Governo não se teria

pronunciado sobre esta matéria ou não teria respondido às questões que lhe foram colocadas sobre esta matéria. O Governo dos Açores já se pronunciou sobre este assunto por variadíssimas vezes, inclusive pelo próprio Presidente do Governo mais do que uma vez, quer sobre o trabalho que está a ser desenvolvido pelo grupo de trabalho designado para fazer a avaliação do atual modelo, quer também afirmando publicamente desde logo aquelas que são as linhas vermelhas para o Governo dos Açores relativamente a esta matéria.

Deputado António Lima (BE): Não disse nada!

O Orador: Ou seja, qualquer revisão ao subsídio social de mobilidade não pode pôr em causa o princípio da mobilidade dos açorianos, nem pode sequer onerar as famílias açorianas nas viagens para fora da Região e de fora para dentro da Região.

E nós estamos aqui a discutir duas formas de permitir que o Parlamento possa acompanhar este processo, esta avaliação e este processo negocial. Da parte do Governo, achamos muito bem. Temos uma proposta do Bloco de Esquerda que quer criar uma Comissão Eventual para esse acompanhamento e temos da parte do Partido Socialista uma proposta para que seja a Comissão de Economia a fazê-lo.

Eu não posso deixar de dizer, Sras. e Srs. Deputados, que não deixa de ser estranho e julgo que nunca o tinha visto desde que estou neste Parlamento, o exercício de menorização e de menosprezar uma Comissão Permanente desta Assembleia. É no mínimo estranho aquilo que alguns Deputados aqui disseram, menosprezando a Comissão de Economia e o trabalho de uma Comissão Permanente e, aliás, até menosprezando e menorizando o seu próprio trabalho, porque, convém esclarecer, a relação de forças entre partidos que existe numa Comissão Eventual é exatamente a mesma relação de forças que existe na Comissão de Economia e que existe nas Comissões Permanentes deste Parlamento.

Da parte do Governo, achamos muito bem que o Parlamento decida acompanhar de perto este processo. E obviamente que o Governo tem total disponibilidade para fornecer ao Parlamento, quer presencialmente, quer através de envio de documentação, todas as informações que o Parlamento assim entender.

Mas também não posso deixar de dizer o seguinte, porque não se pode dizer aqui aquilo que se quer, até de forma leviana, eventualmente imbuídos de espírito pós-eleitoral, não se pode esperar dizer isso e que fique tudo na mesma, porque neste processo o Governo sabe muito bem onde é que está.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E para onde vai!

O Orador: Neste processo temos pronúncias próprias de partidos políticos neste Parlamento que já disseram mais do que uma vez o que é que defendem e o que é que querem no âmbito da revisão do subsídio social de mobilidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas há uma coisa que ninguém sabe nos Açores nem neste Parlamento, que é o que é que o Bloco de Esquerda quer no processo de revisão do subsídio social de mobilidade. Ninguém sabe! Os senhores nunca o disseram! E, portanto, talvez até fosse interessante e eu sei que não estamos aqui a discutir o subsídio social de mobilidade, sei que estamos, sim, a discutir a criação, ou não, de uma Comissão Eventual e do acompanhamento da Comissão de Economia, mas seria interessante para a comunicação social, para os açorianos que nos acompanham: afinal o que é o Bloco de Esquerda quer neste processo de revisão? Seria certamente muito enriquecedor para todos que o Bloco de Esquerda nos esclarecesse o que é que pretende e o que é que defende no processo de revisão para o subsídio social de mobilidade. E esta pergunta é, obviamente, extensível a todos os partidos políticos aqui neste Parlamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Toda a gente sabe o que é que PS queria!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, não esperava que V. Exa. arriscasse um comportamento politicamente incorreto, como foi agredir a nonagenária Rainha de Inglaterra. Mas eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que a Rainha reina mas não governa e que a Constituição (não escrita) do Reino Unido a obriga a assinar os documentos que lhe são apresentados pelo Governo, legítimo, do Reino Unido. Mas quero dizer também que fiquei absolutamente surpreendido com a intervenção do Sr. Secretário Berto Messias. A intervenção do Sr. Secretário Berto Messias foi no sentido de defender a proposta do Partido Socialista e, no fundo, dizer o seguinte: *l'État c'est moi*. Ou seja, nós é que decidimos sobre essa matéria. Foi o V. Exa. veio aqui dizer.

Deputado Francisco César (PS): Por acaso até está definido, quer no Estatuto, quer na Constituição!

O Orador: E depois diz assim: mas eu quero saber mais algumas coisas, quero saber qual é a posição do Bloco de Esquerda, quero saber a posição dos outros partidos. Para quê? Para a comunicação social saber. Eu pensei que V. Exa. estivesse a fazer uma intervenção em nome do Governo, pensei que fosse para V. Exa. saber qual é a posição dos outros partidos. Não. O que V. Exa. disse

foi: não, o que nós queremos é que vocês digam que é para a comunicação social ouvir.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E esta Casa também!

O Orador: Eu vejo que V. Exa. já não é o porta-voz do Governo, é o porta-voz da comunicação social.

Agora, o que eu considero que é fundamental é resolver aqui nesta Assembleia um mistério, porque eu estou à procura e peço a ajuda de V. Exas., do Sr. Deputado Berto Messias, que acabou de pedir aqui informação muito relevante para a comunicação social... Sr. Secretário, é verdade. Estou habituado porque está aqui desde 2008 a exercer funções e estive aqui durante muitos anos a exercer funções como Deputado. E chamar-lhe Deputado não é uma despromoção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): De forma nenhuma!

O Orador: De certeza absoluta.

Portanto, o que eu lhe quero dizer, Sr. Secretário e também aos Srs. Deputados do Partido Socialista, peço uma ajuda, que é a seguinte: eu tentei encontrar o grupo de trabalho que o Partido Socialista aqui refere na sua iniciativa... Porque diz assim: “O modelo atualmente vigente de acessibilidades aéreas no território nacional e para os Açores integra como peça central a agenda do grupo de trabalho estabelecido entre o Governo da República e o Governo Regional.” E depois diz assim: “No estudo do referido grupo de trabalho (...)”, e vejam bem, isto é extraordinário, um grupo de trabalho que trabalha desde 2017 pressupostamente, “(...) o qual se encontra ainda em curso, (...)”, depois diz assim: “(...) e por consequência sem conclusões e resultados.” Por consequência de trabalhar ao longo dos últimos 2 anos, não tem nem conclusões nem resultados. E, portanto, este grupo de trabalho, eu procurei, procurei, procurei... não encontro o grupo de trabalho. Não há nenhuma nomeação dos membros do

grupo de trabalho. Onde é que está o grupo de trabalho? Onde é que se encontra o grupo de trabalho e quem é que constitui o grupo de trabalho?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário deve saber!

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe quem é o que constitui o grupo de trabalho? Já foi dito aqui!

O Orador: Era muito importante porque a constituição do grupo de trabalho devia dizer: é constituído por este, este, aquele representante. Depois, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2015, dizer o seguinte: o que é que o grupo de trabalho está de facto a estudar. Está a estudar a revisão do modelo de acordo com o prevê a Resolução? Não! É uma impossibilidade legal! Sabem porquê? Porque os grupos que são constituídos o que é que estudam? Estudam... eu vou ler, vale a pena ler. Desta vez tenho 20 minutos e, portanto... (não vou gastar tudo). Diz assim, artigo 13.º – Revisão anual do subsídio de mobilidade: “Para efeitos do disposto nos n.ºs 2 a 4 do artigo 4.º, o valor do subsídio social de mobilidade é revisto anualmente, ouvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores, com base numa avaliação das condições de preço, procura e oferta nas ligações abrangidas pelo Decreto-Lei e da respetiva utilização pelos passageiros beneficiados.” Não está aqui uma revisão do modelo, o que está aqui é uma revisão do preço! Mas não é essa a ambição do Primeiro-Ministro António Costa! O Primeiro-Ministro António Costa quer rever o modelo e quer revê-lo profundamente, porque o que o Sr. Primeiro-Ministro disse foi que não quer essa despesa e quer enviar essa despesa para os Açores e para o Governo Regional! Mas esta Resolução do Conselho de Ministros apenas dá uma prerrogativa a este grupo de trabalho, que é a de estudar e analisar o preço. Mais nada! Não é o modelo!

Agora, o que eu pergunto a V. Exas., deixo aqui este enigma, a resolução deste enigma, estou aqui a arriscar bastante porque os senhores se souberem a

resposta, dizem assim: olhe, o senhor é um ignorante, está aqui o nome de toda a gente que constitui o grupo...

Deputado Francisco César (PS): Não podemos fazer isso!

O Orador: ... e depois as suas funções são estas. Vejam bem o risco que eu estou aqui a correr! E as suas funções são estas. Por isso, V. Exas. podem dar-me aqui uma ajuda. Quem é que constitui o grupo? Quais são as funções? Estão para além daquilo que está previsto na Resolução do Conselho de Ministros? Dêem-me uma respostas concreta a esta matéria porque isto é importante. É importante porquê? É importante porque os dois primeiros parágrafos de V. Exa. com que entra neste debate de forma desabrida fazem referência a um grupo de trabalho fantasma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho mais uma vez a debate, como é obvio, porque há, obviamente, questões que têm que ser respondidas. E já lá vou às questões diretas colocadas ao Bloco de Esquerda.

Em primeiro lugar, às acusações de eleitoralismo só tenho a dizer uma coisa: é que o requerimento do Bloco de Esquerda foi votado na semana passada...

Deputado Francisco César (PS): Deu entrada a 11 de setembro!

O Orador: Foi votado na semana passada e não consta que este Parlamento tenha entrado de férias. O Bloco de Esquerda continuou a trabalhar, como sempre esteve, ...

Deputado Francisco César (PS): Não era candidato à Assembleia da República?

O Orador: ... a fazer o seu trabalho de fiscalização do Governo e a apresentar os requerimentos que bem entendeu, com a sua legitimidade democrática que todos aqui temos.

Em segundo lugar, o Partido Socialista chamou esta Comissão e classificou as Comissões Eventuais como comissõezinhas. Eu gostaria de dizer que isso é um insulto a esta Casa e a todos os Deputados que já apresentaram Comissões Eventuais nesta Casa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: A começar por todos os partidos que já subscreveram Comissões Eventuais, por exemplo a que está em funcionamento, a CEVERA – Comissão Eventual para a Revisão da Autonomia. E é um insulto ao próprio Partido Socialista que já apresentou propostas, aprovadas, de Comissões Eventuais sobre assuntos que são matéria de Comissões Permanentes, nomeadamente a Comissão Eventual para Analisar a Aplicação do Rendimento de Social de Inserção nos Açores, em 2010.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado! É verdade!

O Orador: Menorizou a Comissão de Assuntos Sociais! É isso que os senhores dizem com esta proposta do Bloco de Esquerda! Se nós estamos a minorizar a Comissão de Economia, os senhores minorizaram a Comissão de Assuntos Sociais! Ora, esse argumento não faz qualquer sentido!

Queremos uma Comissão Eventual para analisar aprofundadamente este assunto, com coerência, com dignidade, acedendo aos dados que são necessários.

E sobre as questões que o Sr. Deputado... Sr. Secretário, peço desculpa, já estou como o Sr. Deputado Paulo Estêvão a chamar-lhe de Sr. Deputado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é ofensivo!

O Orador: Sr. Secretário, já que tanto falaram de campanha eleitoral e de eleições, julgo que poderia ter prestado mais alguma atenção àquela que foi a campanha eleitoral do Bloco de Esquerda, ...

Deputado Francisco César (PS): Então diga lá!

O Orador: ... porque afirmei, eu, em nome do Bloco de Esquerda, qual era a nossa posição, clara, sobre o subsídio de mobilidade.

Deputado Francisco César (PS): Qual era?

O Orador: E a nossa posição não é só do Bloco de Esquerda/Açores, é a posição do Bloco de Esquerda. Eu não sei qual é a posição do Partido Socialista. Aliás, sei, acha que o subsídio de mobilidade é absurdo. O Partido Socialista nacional acha que o subsídio de mobilidade é absurdo. O Partido Socialista dos Açores tem uma posição ligeiramente diferente.

Deputado Francisco César (PS): Mas então qual é a posição do Bloco!

O Orador: Para o Bloco de Esquerda, é a defesa inequívoca do direito à mobilidade!

Deputado Francisco César (PS): Oh!...

O Orador: Não podem ser os açorianos...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso, até a Rainha de Inglaterra!

O Orador: Se me deixar concluir... Não podem ser os açorianos a pagar direta ou indiretamente qualquer mexida no subsídio de mobilidade. E os açorianos têm que pagar no máximo 134 euros sem adiantamentos, sem a romaria aos CTT. Disse isso várias vezes em entrevistas e em debates. E se os senhores não ouvirem, podiam ter prestado mais atenção porque é também essa a vossa obrigação.

Gostaria também de dizer outra coisa: aquilo que fica demonstrado com este debate e com as propostas e com este caminho, com o chumbo na Comissão de Economia do requerimento do Bloco de Esquerda para ouvir o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação e com o presumível chumbo dessa proposta do

Bloco de Esquerda que, recorde, teria como obrigação a solicitação e o acesso a dados que são dados importantes para analisar qualquer revisão do subsídio de mobilidade, dados ao nível dos custos, das rotas, da ocupação, porque ouve-se muitas vezes dizer que o número de passageiros tem diminuído, mas não vejo ninguém a apresentar esses dados, e isso seria uma das competências dessa Comissão, mas tudo o que seria informação e contactos com o Governo da República, o Partido Socialista chumba. E é por isso que quer uma Comissão que tenha o Partido Socialista e o Governo Regional como filtro de toda a informação que chegue a este Parlamento.

A proposta do Partido Socialista é muito óbvia. Não queria, o Partido Socialista, chumbar a proposta do Bloco de Esquerda porque seria incómodo, teria que ter uma alternativa. Mas permitam que lhes diga, Srs. Deputados e Sras. Deputadas do Partido Socialista, a proposta do Partido Socialista é daquelas coisas... é como o Melhoral, não faz bem, nem mal.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para deixar aqui uma correção: ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... obviamente, a legislação a que estava a fazer referência há pouco era o Decreto-Lei n.º 41/2015, de 24 de março.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Pergunto se ainda há inscrições para participar no debate. Julgo não haver.

Vamos passar à votação. Começamos pela votação do Projeto de Resolução n.º 163/XI, pertencente ao Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Muito obrigado. Peço desculpa por este lapso. O Projeto de Resolução foi rejeitado com 30 votos do Partido Socialista, 1 do CDS-PP; votaram a favor 18 Deputados do PSD, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, e 1 do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação do Projeto de Resolução n.º 165/XI, pertencente ao Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução foi aprovado com 30 votos do Partido Socialista, 18 do PSD, 1 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do PPM; e a abstenção do Bloco de Esquerda 2 votos.

Presidente: Encerramos assim os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É muito rápido. É só para dizer porque é que votei favoravelmente a iniciativa do Partido Socialista. Obviamente, como defendi ao longo deste debate, a proposta do Bloco de Esquerda servia melhor os interesses dos Açores e deste Parlamento. A proposta do Partido Socialista não era a melhor proposta, tem todos aqueles erros que eu aponte, mas, apesar de tudo, constitui um instrumento para pressionar o Governo e o próprio Grupo Parlamentar do Partido Socialista no âmbito da defesa dos interesses dos Açores nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente a sua proposta obviamente por considerar que era a melhor e absteve-se na proposta do Partido Socialista porque ela serviu fundamentalmente para que o próprio Partido Socialista tivesse uma saída e não tivesse apenas que chumbar a proposta do Bloco de Esquerda, apresentando uma proposta que, na prática, não vem adiantar nada, apenas vem recomendar à Comissão de Economia que faça aquele que é o seu trabalho, quando, muitas vezes, como referi no debate, resoluções deste tipo já foram aprovadas sem qualquer consequência. Por isso, consideramos que a proposta apresentada não trazia nada de substancial e que a proposta que o Bloco de Esquerda apresentou era, sim, uma proposta consequente, com objetivos claros, com metas e com definição de dados que seriam obtidos e relatórios emitidos e que seria uma proposta muito mais consequente para a defesa do direito à mobilidade dos açorianos e açorianas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós votamos convictamente a proposta do Bloco de Esquerda porque entendemos que seria uma mais-valia para o Parlamento e que permitiria um acompanhamento muito mais rigoroso do ponto de vista técnico daquilo que é uma questão essencial para os açorianos, que é o subsídio social de mobilidade. O Partido Socialista inviabilizou, como se tinha percebido, por ter apresentado uma proposta posterior. Ainda assim, aprovamos a proposta do Partido

Socialista, sendo que daremos verdadeiramente cumprimento àquilo que é o n.º 2, no sentido de todo o empenho da Comissão de Economia, neste caso dos Deputados do Partido Social Democrata, em que a Comissão possa defender os interesses da Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou favoravelmente a sua proposta, como não poderia deixar de ser, porque entende que é no âmbito da Comissão de Economia que este assunto deve ser acompanhado de forma atenta e proativa. E é neste contexto que nos queremos empenhar e comprometer na defesa dos açorianos e o direito à sua mobilidade, mantendo a atratividade das rotas e a competitividade das operadoras.

Lembramos que aqui não está em causa o subsídio social de mobilidade. O que está aqui em causa é saber como é que se faz esse acompanhamento, se é através de uma Comissão Eventual, se é através da Comissão que tem competências definidas no Regimento para acompanhar processos relativos ao transporte e à acessibilidade. A uns caberá decidir, a outros caberá acompanhar e fiscalizar. A uns e a outros caberá prestar contas. Nós, mais uma vez, cá estaremos para defender os Açores e os açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos os nossos trabalhos.

Vou passar a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está encerrada a sessão. Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 18 horas e 31 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal de Lima

Partido Independente

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Documentos entrados

1 - Projetos de Resolução:

Assunto: [Cria a Comissão Eventual de Acompanhamento da Aplicação e Revisão do Subsídio Social de Mobilidade \(CEAARSSM\) – n.º 163/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14

Comissão: Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Primeira alteração à Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 6 de dezembro - Comissões Especializadas Permanentes – n.º 164/XI](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16;

Assunto: [Acompanhamento pela Comissão Permanente de Economia do processo de revisão do subsídio social de mobilidade em curso entre o Governo Regional dos Açores e o Governo da República – n.º 165/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16

Comissão: Com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Recomenda que o Governo Regional assegure, de forma urgente, o regular e adequado abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas do Corvo e das Flores, obtendo, para o efeito, o concurso de um navio com capacidade para transportar o número de contentores necessários para concretizar a referida operação - n.º 166/XI](#)

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2019 – 12 – 04.

2 - Requerimentos:

Assunto: [Reforço de funcionários na Escola Básica Integrada da Horta](#)

Autores: Carlos Ferreira, Maria João Carreiro e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16

Referência: 54.03.07 – N.º 748/XI.

3 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Obra da Escola Básica Integrada de Capelas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14

Referência: 54.03.02 – N.º 687/XI;

Assunto: [Avaliação das condições em que está a ser implementado o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A, de 23 de julho de 2019](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14

Referência: 54.07.00 – N.º 706/XI;

Assunto: [Programa «Espaço para a Saúde Mental»](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 685/XI.

4 - Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a informar a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, a partir desta data, deixará de integrar o Grupo Parlamentar do CDS-PP, passando a exercer o mandato como independente e que deseja integrar a Comissão Especializada Permanente de Economia

Proveniência: Maria da Graça Amaral da Silveira, Deputada eleita pelo círculo de compensação do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14;

Assunto: Ofício ref.^a 95 – Retirada de recurso referente ao requerimento n.º 690/XI – “Solicitação de cópia do caderno de encargos do protocolo ou de qualquer outro documento que estabeleça as condições em que se encontra contratualizado o fornecimento de refeições escolares aos alunos, docentes e não docentes da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira para o ano letivo 2019/2020”

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14;

Assunto: Ofício ref.^a 96 – Retirada de recurso referente ao requerimento n.º 706/XI – “Avaliação das condições em que está a ser implementado o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2019/A, de 23 de julho de 2019”

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Of. Gp 1022-XI a solicitar a exoneração de João Paulo da Silva Carvalho do cargo de Adjunto do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Of. Gp 1023-XI a solicitar a exoneração de António Eduardo da Rosa Freitas, Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Of. Gp 1024-XI a solicitar a exoneração de Rafael Costa Medeiros, Auxiliar de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Of. Gp 1025-XI a solicitar a exoneração de Mariana Jorge Correia Magalhães da Mota do cargo de Secretária do Grupo Parlamentar do CDS-PP, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Of. Gp 1027-XI a informar a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que nomeia, para o cargo de Secretário do Grupo Parlamentar do CDS-PP, João Paulo da Silva Carvalho, com efeitos a partir de 14 de outubro de 2019, inclusive

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Ofício a retirar o Projeto de Resolução n.º 147/XI – “Reabilitação do Porto das Poças na ilha das Flores”

Proveniência: Luís Maurício, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Envio, por correio eletrónico, de um documento intitulado “*Auditoria da UE – uma síntese*”, no qual são resumidas as principais constatações, conclusões e recomendações do Relatório Anual relativo ao exercício de 2018

Proveniência: João Figueiredo, Membro da Curia Rationum, Cours des Comptes Européenne

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: Correio eletrónico a remeter o parecer sobre o cenário macroeconómico subjacente ao Projeto de Plano Orçamental para 2020

Proveniência: Nádía Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho de Finanças Públicas

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16;

Assunto: Carta de agradecimento pelos votos de condolências enviados aquando do falecimento de Maria Manuela Rocha Freitas

Proveniência: Fátima Fernandes Ferreira

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16;

Assunto: Ofício a retirar o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 33/XI – Para alteração ao artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 59/2006/A, de 29 de dezembro – “Estabelece o regime jurídico dos apoios financeiros à construção, ampliação, alteração e aquisição de habitação própria permanente na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

Data de Entrada: 2019 – 10 – 16;

Assunto: Ofício ref.^a 98, a solicitar a apresentação do Projeto de Resolução n.º 166/XI – “Recomenda que o Governo Regional assegure, de forma urgente, o regular e adequado abastecimento marítimo de mercadorias às ilhas do Corvo e das Flores, obtendo, para o efeito, o concurso de um navio com capacidade para transportar o número de contentores necessários para concretizar a referida operação”

Proveniência: Paulo Estêvão, Representação Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2019 – 10 – 17.

6 - Relatórios:

Assunto: [Relativo à CAPAT, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónomas dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14;

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónomas dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14;

Assunto: [Da CAS, nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónomas dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 1236/XIII \(ILC\) – Termina com a atribuição de apoios financeiros por parte de entidades públicas para a realização de atividades tauromáquicas – n.º 256/XI-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2019 – 10 – 15;

Assunto: [Artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónomas dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2019 – 10 – 14.

Os redatores, Ana Machado e André Silva